

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
NÍVEL MESTRADO

DANIELA CONTE

**NELSON WERNECK SODRÉ E AS INTERPRETAÇÕES DO BRASIL  
MODERNO (1958-1964):**

ANÁLISE DE CONCEITOS E CONTEXTO DE UM INTELLECTUAL  
BRASILEIRO

PORTO ALEGRE

2010

Daniela Conte

NELSON WERNECK SODRÉ E AS INTERPRETAÇÕES DO BRASIL  
MODERNO (1958-1964):  
Análise de conceitos e contexto de um intelectual brasileiro

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, como requisito  
parcial para obtenção do título de  
Mestre em História

Orientadora:  
Prof. Dra. Claudia Wasserman

Porto Alegre  
2010

Daniela Conte

NELSON WERNECK SODRÉ E AS INTERPRETAÇÕES DO BRASIL

MODERNO (1958-1964):

Análise de conceitos e contexto de um intelectual brasileiro

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, como requisito  
parcial para obtenção do título de  
Mestre em História

Aprovada pelos membros da Banca Examinadora, em 22/12/2010 com os seguintes conceitos:

Professor Doutor Temistocles Américo César – UFRGS - A

Professora Doutora Natália Pietra Mendéz – UCS - A

Professora Doutora Marluza Marques Harres – Unisinos - A

Porto Alegre

2010

Ao companheiro Plínio de Arruda Sampaio, testemunha e sujeito do período aqui estudado, “lutador das cem guerras perdidas”, que não só não esmorece em sua inabalável fé nos trabalhadores como reacendeu a minha convicção de que nossa classe, por origem ou opção, triunfará. Venceremos!

## **AGRADECIMENTOS**

Felizmente, posso tecer longos agradecimentos, sinal de que neste percurso não estive sozinha. Agradeço a minha família, que sempre está ao meu lado, pela certeza do almoço de domingo e da confusão das crianças, porto seguro de todo o caminho desta vida. Especialmente, agradeço ao meu irmão Daniel Conte incentivador e cobrador assíduo desde os tempos da escola, pois sua coragem em enfrentar o mundo fez com que meu caminho fosse mais suave.

Agradeço aos amigos em geral pela torcida permanente pelo bom andamento deste trabalho. A cada uma e cada um deles que, sempre prontos a ajudar, perguntavam como andava o texto. Agradeço imensamente, também, àqueles que, na ânsia de ajudar, nada perguntaram sobre o (não) andamento do texto, mas muito fizeram pra que eu conseguisse reencontrá-lo e terminá-lo.

Entre os amigos, meu especial agradecimento àqueles que dividem comigo o sonho de um mundo justo em sua essência e não apenas em períodos de aparente prosperidade. Este sonho louco que nos move, e que há mais de uma década nos uniu, é um grande desafio e nossas diferenças sobre como enfrentá-lo não cindem nossa amizade e respeito mútuos.

Nominalmente, agradeço à Bruna Sirtori, Tiago Luis Gil, Davi Ruschel e Rafael Farias de Menezes, meu “comitê de emergência nacional”, sempre disposto a ajudar, a incentivar, a acalmar os ânimos, a pensar juntos, a achar saídas. Assim, também agradeço a Vicente Gil da Silva, à Teresa Cristina S. Marques e à Cheron Moretti pela leitura atenta, pelas dicas indispensáveis. A estes, assim como a Eduardo Ruppenthal, Eduardo Pergher (Alemão), Raquel Vercelino, Juliana Caetano, Uilson Brito, Mauro Messina, Chico Cougo, Clarissa Brasil, Carine Leal, Caroline Bauer, Alexandre Dornelles, Mário San Segundo, Carolina Lopes, Luciana Nascimento, Samara Marino, Sandra Feltrin, Agnaldo Fernandes e José de Campos, meu agradecimento posto que cada um é parte de mim, do que eu sou e do que quero ser.

Agradeço também aos professores determinantes na minha formação acadêmica: Cláudia Wasserman, minha orientadora, que apresentou a pesquisa como parte do trabalho do historiador e, de certa forma, o próprio Werneck Sodré como possibilidade objeto de trabalho. Também aos professores Enrique Serra Padr s e S lvia Regina Ferraz Petersen, pelo exemplo.

Por último, registro o quão determinante em minha forma o   a educa o pública. Não fosse ela, não estaria aqui. Não fosse o acesso   educa o gratuita, não poderia prosseguir os estudos. Não fosse o financiamento público da bolsa CNPq, não teria me mantido no curso de p s-gradua o. Não agradeço porque considero um direito. Registro pelo testemunho da necessidade de que este direito seja estendido a todas e todos, sem distin o.

*“Não ter uma posição política justa, disse alguém, é como não ter alma.”*

*Nelson Werneck Sodré*

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo apresentar Nelson Werneck Sodré como um dos intérpretes do Brasil moderno, nos anos de 1958 a 1964). Para isso, analisa as três obras consideradas essenciais ao entendimento do autor (Introdução à Revolução Brasileira (1958), Formação Histórica do Brasil (1962) e História da Burguesia Brasileira) e debate a construção dos seus conceitos principais, observando sua lógica interna, suas referências teóricas e sua relação com a realidade. Para isso, parte-se das noções de “geração”, “redes de sociabilidade” e “itinerário intelectual”, conforme sistematizadas por Jean François Sirinielli. Por geração, considera-se o conjunto de intelectuais, nominados intérpretes do Brasil moderno, que tem por referência e fato fundador o processo de urbanização e industrialização do Brasil. Por redes de sociabilidade, compreende-se as instituições determinantes em sua produção no período estudado, quais sejam o PCB e o ISEB. O itinerário intelectual é trabalhado pelo próprio desenvolvimento das obra dentro do processo vivido no Brasil e pelas referências feitas pelo autor em suas notas e citações. Desta análise conclui-se que o autor é parte do processo de construção do marxismo brasileiro, apresentando os limites das interpretações possíveis quando analisados os elementos teóricos disponíveis e a determinante relação com a conjuntura, que propugnava o nacionalismo e o desenvolvimentismo como uma ideologia de massas. Assim como reafirma-se a hipótese inicial de que Werneck Sodré figura como um dos principais intérpretes do Brasil moderno visto que tal categorização independe de seu “acerto” ou “erro”, mas conforma-se da relevância de sua tentativa de analisar o passado e o presente do Brasil.

**Palavras-chave:** Nelson Werneck Sodré; Interpretações do Brasil, Marxismo Brasileiro, Nacionalismo, Desenvolvimentismo.



**RESUMÉ: RESUMÉ : RESUMÉ :** Ce travail a comme objectif de présenter Nelson Werneck Sodré, comme un interprète confirmé du Brésil moderne entre les années 1958 et 1964. Pour ce faire, on analyse les trois œuvres considérées comme essentielles pour la compréhension de l'auteur (Introduction   la Révolution Brésilienne (1958), Formation Historique du Brésil (1962) et Histoire de la bourgeoisie brésilienne) et débat sur la construction de ses principaux concepts, observant sa logique interne, ses références théoriques et sa relation avec la réalité. Ainsi, nous utilisons les notions de « génération », « réseaux de sociabilité » et « itinéraire intellectuel », conformément   la systématisation développée par Jean François Sirinielli. Par génération, nous comprenons l'ensemble des intellectuels considérés comme des interprètes du Brésil moderne, et qui ont comme référence et acte fondateur le processus d'urbanisation et d'industrialisation du Brésil. Pour les réseaux de sociabilité, nous percevons les institutions les plus importantes pour sa production sur la période d'analyse, c'est   dire, le PCB et l'ISEB. L'itinéraire intellectuel est étudié selon le développement de ses œuvres dans le processus vécu au Brésil et selon les références faites par l'auteur dans ses notes et citations. De cette analyse nous concluons que l'auteur fait partie du processus de construction du marxisme brésilien, présentant les limites des interprétations possibles par l'analyse des éléments théoriques disponibles et par la relation fondamentale avec la conjoncture qui a soutenu le nationalisme et le développement comme une idéologie massive, si ce n'est de masses. En plus, nous confirmons l'hypothèse initiale selon laquelle Nelson Werneck Sodré est l'un des principaux interprètes du Brésil moderne. Nous croyons que cette catégorisation est indépendante de sa « réussite » ou de son « erreur », mais qu'elle est basée sur l'importance de sa tentative d'analyser le passé et le présent du Brésil.

**Mots-clés:** Nelson Werneck Sodré; Interprétations du Brésil, Marxisme Brésilien ; Nacionalisme ; D veloppementalisme.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2 INTELLECTUAIS EM PAUTA: POLÍTICA E TEORIA A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO</b>	<b>25</b>
2.1 As influências possíveis na construção do pensamento de Nelson Werneck Sodré	26
2.2 Desenvolvimentismo e Nacionalismo: o papel do Instituto Superior de Estudos Brasileiros	36
2.3 Reforma ou Revolução (Brasileira)? O Partido Comunista do Brasil	44
2.4 Sobre tênues linhas: a crítica à política pecebista e a revisão do marxismo no Brasil	53
2.5 Apontamentos ao debate	60
<b>3 AS BASES DE UM PROJETO NACIONAL: A HISTÓRIA DE UM PAÍS</b>	<b>62</b>
3.1 Modernidade e concepção de História	63
3.2 Colônia e capital mercantil	70
3.3 Área Vicentina e feudalismo	76
3.4 Monopólio Comercial e autonomia	82
3.5 Classe Média e República	89
3.6 Apontamentos para o debate	94
<b>4 A REVOLUÇÃO BRASILEIRA NA ORDEM DO DIA</b>	<b>98</b>
4.1 O papel da Revolução de 1930 e o conceito de Revolução Brasileira	99
4.2 Quem é o povo no Brasil? Os agentes da Revolução Brasileira	107
4.3 Burguesia e operariado: nacionalismo como opção de “classe”	115
4.4 Latifúndio e Imperialismo: duas faces da mesma moeda	126
4.5 Apontamentos para o debate	132
<b>5 CONCLUSÃO</b>	<b>134</b>
<b>FONTES</b>	<b>140</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>141</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nos anos 1950 e 1960, a efervescência política e cultural que o Brasil experimentava era inédita em sua história. Nestas duas décadas, houve o rápido desenvolvimento industrial e a mineração, a siderurgia e a exploração do petróleo mudaram as feições do país. As cidades cresceram rapidamente e já em 1950 o número de habitantes urbanos superava o número de habitantes do campo. Esta nova fisionomia econômica do país transformou também as formas de relação política. Experimentou-se o mais longo período de legalidade democrática que o Brasil vivera até então. É a primeira vez que governos eleitos por sufrágio universal tomaram posse e que, mesmo com as tentativas de golpes de Estado<sup>1</sup>, mantiveram-se a decisão das urnas.

A produção intelectual não está apartada destas mudanças. Acompanha-as, busca novos temas que dêem conta de explicar a nova realidade do país, assim compreende, justifica e propõe novos rumos e projetos nacionais. Ao conjunto dos intelectuais envolvidos neste processo convencionou-se chamar de intérpretes do Brasil. Porém, o risco de excluir intelectuais que objetivaram interpretar a história do país antes desta data e da efetivação deste processo específico, implica aqui em uma precisão do termo: passo a chamá-los de intérpretes do Brasil moderno.

O uso do termo “moderno” justifica-se pelo centro de tensão da análise que caracteriza estes autores: a dualidade entre “moderno” *versus* “arcaico”. A construção desta dualidade está diretamente ligada ao processo de industrialização, considerado por todos os autores do período como sinônimo de desenvolvimento. Industrialização, modernidade e desenvolvimento complementam-se de sentido econômico, cultural e político.

Figuram na historiografia sobre período, como autores clássicos deste debate, Caio Prado Júnior (como “a visão de esquerda”), Raimundo Faoro, Hélio Jaguaribe e Celso Furtado, entre outros. Autores amplamente

---

<sup>1</sup> Considero aqui o processo que leva ao suicídio de Getúlio Vargas em 1954, tencionado pelas disputas internas do poder e o processo de Legalidade, de 1961, que busca destituir o vice-presidente eleito.

reconhecidos pela historiografia como porta-vozes das teses sobre a formação e caminhos do Brasil Moderno<sup>2</sup>. Contudo, muitos outros sujeitos da construção intelectual deste período foram excluídos pelos silêncios ou motivado pelas disputas intelectuais da época e a vitória de certos pontos de vista. Entre os autores “excluídos” desta categoria de intérpretes do Brasil moderno, está Nelson Werneck Sodré<sup>3</sup>.

O objetivo desta dissertação é apresentar Nelson Werneck Sodré como um dos intérpretes do Brasil moderno através da análise dos conceitos que autor utiliza, de como os constrói e de como os relaciona com as teorias clássicas do marxismo. Parto dos seguintes questionamentos: quais os motivos que levam à exclusão de Nelson Werneck Sodré da categorização de intérprete do Brasil Moderno, se o esforço de questionamento e a busca pela sistematização de uma resposta plausível e verossimilhante são comparáveis aos dos autores considerados clássicos, como os aqui citados como exemplo? O que define um intelectual como intérprete do Brasil e o que o exclui desta categoria? Quais os elementos que levaram ao ostracismo Werneck Sodré, autor de vasta obra em quase 70 anos produção?

Desta forma, acredito que a categoria de geração está determinada pela própria noção de “intérpretes do Brasil Moderno” e perpassa por todo o texto. A geração aqui tratada define-se pela negação da história do país contada até então. Uma história que já não tem condições de explicar o presente, sendo necessária sua revisão, ampliando seus atores e reformulando suas determinantes internas, externas, políticas, econômicas e culturais. Esta mesma perspectiva de “geração” está presente, também, no fato de os “intérpretes do Brasil moderno” terem como ponto comum de sua produção a construção de perspectivas de futuro, de projetos nacionais. O acontecimento fundador desta geração é a própria construção da noção de modernidade/ desenvolvimento/ industrialização, seja ela vista de forma mais ou menos

---

<sup>2</sup> Ver, por exemplo: SILVA, Marcos (org.) **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001.

<sup>3</sup> Os silêncios aqui tratados são referentes aos não-usos da obra de Werneck Sodré na academia, por exemplo, a qual dedica menos de dez teses e dissertações sobre sua obra de mais de 50 livros e 3 mil artigos jornalísticos; ao qual foram dedicados dois seminários de debates após a sua morte, em 1999; e da própria esquerda que não o reivindica como intelectual viável e relevante de sua trajetória no Brasil.

positiva (visto que entre os principais autores desta geração não há nenhum que defenda um retorno ao “arcaísmo”).<sup>4</sup>

Nelson Werneck Sodré foi militar de carreira. Inicia seus estudos na Escola Militar do Realengo, Rio de Janeiro, entre 1931 e 1933. Em 1934, já nos quadros do Exército, é destacado para 4º Regimento de Artilharia Montada, em Itu (SP). Desde então, segue carreira militar com locações em diversos regimentos espalhados pelo país, incluindo o Mato Grosso, onde as disputas pela terra e a guerra entre latifundiários e pequenos agricultores pobres são consideradas um dos determinantes de sua formação ideológica<sup>5</sup>.

Desde a Escola Militar, Werneck Sodré escrevia sobre crítica literária, primeiro para a revista dos alunos da escola, depois para o Correio Paulistano, culminando esta relação com a publicação, em 1938, do seu primeiro livro – até hoje considerado um clássico –, *“História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos”*<sup>6</sup>. Nos dez anos seguintes, o autor publicou mais sete livros, muitos já como ensaísta de história.<sup>7</sup> Uma das abordagens comuns neste período nos livros de Werneck Sodré são as questões ligadas à história militar ou de conflitos de fronteira. Esta temática está relacionada com sua formação na Escola do Comando e Estado Maior, iniciada em 1944 e concluída em 1946 e na qual foi docente da cátedra de História Militar, entre os anos de 1947 e 1950.

No ano de 1950, o envolvimento de Werneck Sodré com a política do Clube Militar – território de disputa entre nacionalistas, progressistas e conservadores – acabaria por levá-lo ao “exílio interno”, em 1951. Devido às suas opiniões, o autor foi retirado de suas funções na Escola do Comando e Estado Maior e enviado ao batalhão de Artilharia de Santa Cruz do Sul, no Rio

<sup>4</sup> SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. IN: RÉMOND, Réne. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 2ed

<sup>5</sup> **NELSON WERNECK SODRÉ**. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/nelson\\_werneck\\_sodre](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/nelson_werneck_sodre)>. Acesso em: 02. Nov. 2010.

<sup>6</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos**. 1 ed. São Paulo: Cultura Brasileira, 1938. 238 p.

<sup>7</sup> São ele: Panorama do Segundo Império, em 1939; Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril, em 1941; Orientações do Pensamento Brasileiro, em 1942; Síntese do Desenvolvimento Literário no Brasil, em 1943; Formação da Sociedade Brasileira, em 1944 e O que se Deve Ler para Conhecer o Brasil, em 1945; História do Vice Reinado do Prata, 1947 e A Campanha Rio Grandense, em 1950.

Grande do Sul. O objetivo era deixá-lo apartado de qualquer intervenção política nos espaços internos do Exército. O autor afirma em suas memórias que neste momento optou pela política e pôs fim a sua carreira militar.

O que eu não podia prever, naquele momento, era que essa decisão iria alterar profundamente a minha vida e inutilizar a minha carreira. Não poderia prever por estar desatento ao que o problema tinha de fundo. Se tivesse previsto, a decisão teria sido a mesma.<sup>8</sup>

Contudo, manteve-se no Exército até 1962 quando, mais uma vez punido por suas opiniões políticas – no caso, a defesa da Legalidade em 1961 –, fora destacado para servir em Belém do Pará. Assim Werneck Sodré solicita sua passagem para a reserva, e a faz elevando sua patente à General, devido sua formação na Escola do Comando e Estado Maior.<sup>9</sup>

Sua relação com o Exército e as influências desta instituição em sua produção intelectual e referencial teórico-metodológico foi analisada por Paulo Ribeiro da Cunha, na obra *“Um olhar a esquerda...”*<sup>10</sup>. Segundo Cunha, até meados dos anos 1940 a obra de Werneck Sodré é marcada por

(...) tímidas posturas políticas [...] ainda que a crítica literária venha travestida de crítica social nos muitos artigos de um período característico de um contexto capitalista de transição. Consideramos que essa é uma fase que tem característica política marcante, ainda que negada a posteriori pelo próprio autor.<sup>11</sup>

É difícil apontar o início de sua relação com o marxismo, como demonstra Paulo Ribeiro da Cunha em seus estudos. Porém, concordo com a hipótese levantada pelo autor na qual afirma que o processo de aproximação de Werneck Sodré inicia-se ainda nos anos 1940, tendo seu exílio interno (1951-1955), em decorrência de suas posições na eleição do Clube Militar, contribuído para o aprofundamento dos estudos e para a constituição de uma leitura e referencial teórico mais amplos, que inclui autores como Vladimir Lênin

<sup>8</sup> SODRÉ, Nelson Werneck, **Do Estado Novo à Ditadura Militar**: Memórias de um soldado. 2 ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 1988. v. 2, p. 216.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Um olhar a esquerda**: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. São Paulo: Revan, 2002.

<sup>11</sup> Id, p. 18.

e George Lukács, desconhecidos da maioria dos intelectuais da esquerda brasileira.<sup>12</sup>

O processo de aprofundamento dos estudos de Werneck Sodré sobre o marxismo resulta na reapari o do escritor após um hiato de mais de uma década sem publicações de fôlego: Introdu o   Revolui o Brasileira, de 1958,   a primeira obra das três que se costumou caracterizar como sua trilogia.<sup>13</sup> Nela o autor busca “esquematizar” as principais passagens da forma o histórica do Brasil, considerando desde as origens do expansionismo europeu, passando pela evolu o da sociedade (onde j   problematiza a questão das classes sociais), pela forma o da economia nacional, pela elabora o da cultura nacional e a questão da miscigena o racial, além da questão militar.<sup>14</sup> Esta obra coincide com o início do acirramento da conjuntura política no país e com a festejada moderniza o nacional propagandeada (e praticada) no governo de Juscelino Kubistchek. Ela   a base dos estudos vindouros de Werneck Sodré e j   cont m diferentes temas que serão aprofundados pelo autor no debates travados sobre a necessidade de um projeto nacional para o Brasil. Nela o autor afirma ter por objetivo “(...) realizar uma tentativa de esclarecimento político, no sentido de cooperar para a acelera o do mencionado processo [Revolu o Brasileira]”<sup>15</sup>, expressando claramente o sentido político e engajado que passa a ter sua obra.<sup>16</sup>

A segunda obra publicada por Werneck Sodré e que debate o projeto de país   Forma o Histórica do Brasil, em 1962. Nela o autor afirma

---

<sup>12</sup> CUNHA, op.cit., especialmente as páginas entre 239 e 244.

<sup>13</sup> Considero que “*O que se deve ler para conhecer o Brasil*”, de 1945, foi a última obra de fôlego do autor antes do exílio interno e, na sua retomada, além de Introdu o   Revolui o Brasileira (1958), publicou Forma o Histórica do Brasil (1962) e História da Burguesia Brasileira (1964), que configuram a “trilogia”.

<sup>14</sup> A parte sobre história militar foi retirada das edi es posteriores que foi ampliada e organizada em livro específico. Na segunda edi o (1963), o autor inclui os estudos “Raízes históricas do nacionalismo brasileiro” e “Quem   o povo no Brasil?”, este último utilizado na disserta o por ser texto que compreende tema central ao debate e constitui parte da cole o “Cadernos do Povo Brasileiro”, da Editora Civiliza o Brasileira, em 1962.

<sup>15</sup> SODRÉ, Nelson Werneck **Introdu o   Revolui o Brasileira**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 1967, “Advertência”.

<sup>16</sup> Pela relevância desta obra na constru o intelectual de Werneck Sodré como militante da esquerda brasileira, pela conjuntura em que   produzida e pelo diferencial que caracteriza na produ o de Werneck Sodré, esta   uma das fontes trabalhadas nesta pesquisa, sobretudo no capítulo terceiro, “A Revolui o Brasileira na ordem do dia”. Neste capítulo também utilizo “Quem   o Povo no Brasil”, publicado inicialmente na cole o “Cadernos do Povo Brasileiro” e, posteriormente, no livro Introdu o   Revolui o Brasileira, a partir da segunda edi o, em 1963.

que a obra corresponde justamente à fase que o país vive e afirma que: “Não pode surpreender que uma fase de profundas alterações encontre reflexões em todos os domínios, e que demande, inclusive, uma revisão histórica”<sup>17</sup>. Mais uma vez fica explícita a proposta de engajamento do autor na busca de explicar a nova realidade do país, justificar e propor novos rumos e projetos nacionais e afirma que “Não ter uma posição política justa – disse alguém – é como não ter alma”.<sup>18</sup> A obra é constituída por uma periodização que se inicia com a análise do processo de superação do feudalismo europeu, passando pela problemática da colonização, da expansão, da independência, do império, da república e da revolução (seu tempo presente).<sup>19</sup>

A terceira obra é *História da Burguesia Brasileira*. Nela o autor apresenta os antecedentes da formação da classe burguesa no Brasil, a sua gênese, o período que chama de “infância”, a luta pelo poder e suas perspectivas nas relações com o latifúndio, com o imperialismo e com o proletariado. Esta obra também constitui fonte desta dissertação, pois o debate de caracterização da burguesia é o centro do debate político da revolução brasileira e também o ponto nodal da divergência no seio da esquerda do país.

A apresentação das fontes utilizadas nesta dissertação permite demonstrar que os temas tratados por Werneck Sodré são os mesmos temas elencados pela maioria dos autores que são considerados os “intérpretes do Brasil Moderno”. Para exemplificar: quando em *Formação Histórica do Brasil* (1962) o autor constrói sob o título “Introdução” a apresentação do desenvolvimento da sociedade européia que culmina nas grandes navegações, não está propondo o mesmo tema de debate que Caio Prado Júnior<sup>20</sup>, em *História Econômica do Brasil* (1959) no tópico “Preliminares: caráter inicial e geral da formação econômica brasileira”? E ainda, quando se propõe o debate de “Perspectivas da Revolução” não está se dispondo ao mesmo debate de

---

<sup>17</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1968, p. IX.

<sup>18</sup> Id, ib.

<sup>19</sup> Pela estruturação da compreensão histórica de Werneck Sodré, esta obra também é uma das fontes desta dissertação e é trabalhada de forma mais detida no capítulo segundo, “As bases de um projeto nacional: a história de um país”.

<sup>20</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1959.



perspectivas e projeto de país apresentado por Celso Furtado<sup>21</sup> – considerado o mais notório intelectual brasileiro do período – em *Formação Econômica do Brasil*, no tópico “Perspectivas dos próximos decênios”? Ou então, quando debate a questão da miscigenação, em *Introdução à Revolução Brasileira*, não está se debruçando sobre o mesmo problema estudado por Gilberto Freyre<sup>22</sup> no seu clássico “*Casa Grande e Senzala*” (1933)?

Logo, algumas das respostas às questões formuladas para esta pesquisa/dissertação são delineadas na historiografia da própria esquerda brasileira. O balanço político realizado a partir do fracasso do Programa Nacional Democrático, defendido pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), é o mais eloqüente. Tudo aquilo que fosse diretamente identificado com as teses defendidas pelo PCB estava condenado à crítica e ao ostracismo.<sup>23</sup> Porém, qual é o grau de relação das análises de Werneck Sodré com as teses da III Internacional Comunista? Há originalidade na obra de Werneck Sodré ou ela   desprendida de uma rela o concreta com a realidade brasileira e meramente reproduz um “receituário” pré-estabelecido? Ou um tipo de panfleto, visando propagandear a visão do oficial do PCB por outras vias? Estas são questões que compõem a problematiza o da obra de Werneck Sodré.

Como afirma Marcos Silva<sup>24</sup> “(...) se há uma *tradi o marxista* na historiografia brasileira, ela não se reduz a obras-primas nem a dois autores, devendo levar em conta outras produ es, inclusive, em seus limites, equívocos e eventuais conquistas [grifo do autor]”. Parto deste pressuposto ao trabalhar a produ o de Nelson Werneck Sodré. A retomada de sua obra pela academia se deu após 1999, ano de sua morte. Sua exclusão da categoria de marxista   afirmada por Leandro Konder<sup>25</sup>

Os anos setenta foram sofridos, difíceis. A esquerda derrotada, dividida, enfraquecida, precisou enfrentar o desafio de repensar, dramaticamente, sua avalia o dos ideais do socialismo, dos seus métodos e suas idéias a respeito da

<sup>21</sup> FURTADO, Celso. **Forma o econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

<sup>22</sup> FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

<sup>23</sup> Este   o debate inicial do capítulo primeiro desta disserta o “Intelectuais em pauta: política e teoria a serviço do desenvolvimentismo”.

<sup>24</sup> SILVA, Marcos. *Diante do Imediato* IN: SILVA, . Op.cit, p. 11-12.

<sup>25</sup> KONDER, Leandro. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1980. p. 77

sociedade brasileira. Nelson foi visto, então, muitas vezes, como o principal símbolo do pensamento corporificado no partido comunista Brasileiro (sic). As críticas ao seu trabalho se misturaram muito com a discussão em torno da linha teórico-política adotada pelo PCB. Nestas últimas duas décadas, Nelson foi atacado com veemência que chega a espantar

E André Moysés Gaio, ao tratar da recepção da obra de Werneck Sodré pela academia, complementa:

A identificação que, no caso, corresponderia a uma visão falsa e a reprodução da polêmica USP versus ISEB, entre a obra sodreana e as posições defendidas pelo Partido Comunista Brasileiro, este considerado por algumas forças políticas e grupos intelectuais como um dos culpados pelo golpe civil-militar ocorrido em abril de 1964, criou um ambiente altamente desfavorável a um contato com a produção sodreana e, por isso, esta foi abordada principalmente tendo como referência um certo projeto político fracassado, intimamente ligado as suas análises sobre a formação social brasileira (GAIO, 2000: 83).

Como costuma constar nos balanços políticos, o balanço da derrota da esquerda brasileira nos anos 1960 não considera os limites dos sujeitos no seu tempo e sim os desdobramentos de seus “erros” e “acertos”.

Entre as críticas dirigidas à Werneck Sodré, uma se constitui de caráter político mais evidente e outra busca atingir a crítica metodológica - ainda que esta divisão aqui utilizada seja meramente para elucidar os diferentes níveis de questionamento do autor.

A primeira questiona a análise política do autor sobre o papel da burguesia no processo de revolução brasileira. Esta crítica está diretamente ligada ao balanço produzido após a derrota do Programa Nacional Democrático do PCB com o Golpe Civil-Militar de 1964. Neste balanço, o abandono das forças populares (que tencionavam o governo João Goulart por reformas sociais) pela burguesia caracterizada, então, como nacional ou defensora de interesses nacionais e seu apoio ao Golpe de Estado, bem como sua anuência frente à repressão política e o fechamento democrático, foi cobrado do PCB. Com a cobrança, veio a desconfiança política e o descrédito teórico, visto que a perspectiva democrática radical do Partido naufragara. Este tema é retomado no primeiro capítulo da dissertação.

A segunda crítica está relacionada ao questionamento de sua análise histórica. Entre seus motes, está a caracterização de um feudalismo brasileiro e a indissociada conclusão de haver um pensamento etapista por parte do autor. Nas palavras de Maria de Anunciação Madureira:

(...) as etapas que assinalariam a evolução histórica da humanidade não seriam [mais] as três fases sintetizadas na filosofia da história de Comte – teológica, metafísica e positiva -, mas cinco, obtida de uma interpretação positivista de textos de Marx: escravidão, feudalismo, capitalismo, socialismo e comunismo.<sup>26</sup>

A autora também afirma que Nelson Werneck Sodré não teve “(...) alterações significativas em sua maneira de compreender a história, que pouco se alterou” e que o autor apenas admitiu “(...) a existência de uma fração de classe burguesa – a chamada burguesia nacional – capaz de participar do encaminhamento e da conclusão do processo de desenvolvimento do capitalismo em nosso país.”<sup>27</sup> O mesmo faz Carlos Guilherme Mota que afirma que:

[Sodré] apresenta uma interpretação histórica reducionista, para ele a história é o desenvolvimento progressivo da forças produtivas, os eventos políticos são reajustamentos ao desenvolvimento material, são passos à frente num processo progressista (...) afirma a existência de uma burguesia revolucionária (...) o referencial é sempre o explicativo, dificultando o desvendamento de formas históricas particulares.<sup>28</sup>

Assim, uma das principais críticas construídas ao autor e determinantes em sua exclusão dentre os intérpretes do Brasil é a sustentação da categoria “feudalismo” na caracterização do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira. O dogmatismo na análise, caracterizado pela lógica das etapas sucessivas do desenvolvimento histórico, precisa ser pensado também à luz da lógica interna do texto do autor, em outros termos, mais do que a

---

<sup>26</sup> MADUREIRA, Madureira de Anunciação. *A problemática dos modos de produção na obra de Nelson Werneck Sodré: seu lastro filosófico*. IN: CUNHA, Paulo Ribeiro da & CABRAL, Fátima (org.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: UNESP, 2006. p. 237

<sup>27</sup> Id, 221

<sup>28</sup> MOTA, C. G., apud GAIO, André Moysés. **Por uma teoria da independência: História e revolução em Nelson Werneck Sodré** (Tese de Doutorado): São Paulo: PUC, 2000. p. 94

expressão estrutural do trabalho de Werneck Sodré cabe a análise de *como* ele constrói os conceitos.

A opinião de que a análise precisa ser feita levando em consideração a construção dos conceitos pelo autor é corroborada pela argumentação apresentada por João Quartim de Moraes: “(...) Se o essencial num conceito é seu conteúdo teórico, não há porque recusar liminarmente a transposição do termo que denota, desde que o novo conteúdo ao qual é acoplado esteja claramente determinado.”<sup>29</sup> Este é o processo ao qual será submetida a análise da caracterização histórica de Werneck Sodré, no segundo capítulo desta dissertação.

Outro tema que é abordado pela historiografia e que compõe a exclusão de Werneck Sodré do grupo de intérpretes marxistas brasileiros é a questão dos agentes da Revolução Brasileira. André Moysés Gaio analisou em seu estudo a construção da categoria Revolução Brasileira como instrumento de análise da história do país, mais especificamente para “(...) definir o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e as profundas transformações sociais daí decorrentes (GAIO, 2000: 2)” e caracteriza a concepção histórica do autor pela procura da

(...) particularidade brasileira, negando que aqui deveria repetir-se o processo revolucionário característico da revolução burguesa à Européia, acentuando os traços distintivos do caso brasileiro; é importante enfatizar que nossa singularidade não se definia por uma essência nacional, uma identidade, abordagem tão ao gosto dos intelectuais brasileiros da primeira metade do século XX, dos autoritários aos modernistas. Tal singularidade, para Sodré, só pode ser encontrada em um processo histórico determinado e cujo foco de atenção privilegiada deve ser o povo, a participação deste na produção e apropriação da riqueza e na distribuição do poder político (GAIO, 2000:116).

Na obra de Werneck Sodré se confirma tal ponto de vista ao caracterizar a Revolução de 1930 como a gênese da Revolução Brasileira apontando que

---

<sup>29</sup> MORAES, João Quartim de. *O programa Nacional-democrático: fundamentos e permanência*. IN: MORAES, João Quartim de & DEL ROIO, Marcus (orgs.). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2000. v 4 – Visões do Brasil. pp. 174-175.

(...) na Revolução de 1930 estivera ausente a classe operária, e só isto bastaria para caracterizá-la.[e prossegue afirmando que] O que singulariza o Estado Novo e o que caracteriza o papel de Vargas é que as forças que aparentemente a ele se opõem não são as que poderiam encaminhar aquelas pressões [imperialismo e latifúndio]. No Estado Novo, realmente haviam estado representadas as novas forças em desenvolvimento, e o que se opunha à Vargas, agora, pretendia o retorno do passado<sup>30</sup>.

Esta busca da singularidade do processo do desenvolvimento histórico e, sobretudo, do capitalismo brasileiro é tratada por Gaio como uma marca do modernismo no autor, caracterizado por uma crítica aguda e por uma análise sob pontos de vista regionais e relativamente autônomos aos padrões estrangeiros, o que, por si mesmo, questiona a tese de obediência cega às deliberações do PCUS e do Kominform<sup>31</sup>, e mesmo do PCB.

Há ainda um estudo que aborda Werneck Sodré sob a perspectiva de análise e contextualização de seus debates sobre a Revolução Brasileira. É o quarto volume de *“História do Marxismo no Brasil: Visões do Brasil”*<sup>32</sup>, organizado por João Quartim de Moraes e Marcos Del Roio. Nele, os organizadores e demais escritores fazem uma análise das contribuições do marxismo para a interpretação da história do Brasil e Werneck Sodré figura entre aqueles que precisam ser abordados neste tema.

Marcos Del Roio<sup>33</sup> analisa a origem e os avanços dos debates acerca da Revolução Brasileira, afirmando ser fruto de uma tentativa de particularização do processo de revolução burguesa, somado aos esforços já iniciados por Basbaum e Astrojildo Pereira, e de uma crise de desenvolvimento da categoria, até então reduzida à análise da industrialização. O autor apresenta o conceito de bloco histórico de Gramsci como uma das possibilidades de leitura do processo brasileiro e da interpretação de Sodré:

A revolução burguesa no Brasil seguiu um percurso análogo àquele que Gramsci chamou de “revolução passiva”, um

<sup>30</sup> SODRÉ., apud GAIO, op. Cit. p. 141.

<sup>31</sup> Órgão de centralização das informações do movimento comunista internacional que em 1943 substituiu a III Internacional Comunista, ou Komintern (1919-1943).

<sup>32</sup> MORAES, João Quartim de & DEL ROIO, Marcus (orgs.). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2000. v 4 – Visões do Brasil.

<sup>33</sup> DEL ROIO, Marcos. *A teoria da Revolução Brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo*. IN: MORAES; DEL ROIO, op. cit. pp. 69-126.

processo pelo qual as forças sociais antagônicas à ordem vigente são insuficientes para alcançar a instauração de um novo poder, mas conseguem se constituir em elemento de pressão capaz de contribuir para que as velhas classes dominantes, num único movimento, façam algumas concessões às classes subalternas, atraíam seus intelectuais e incorporem novos setores sociais ao recomposto bloco histórico.<sup>34</sup>

E avança na caracterização do que seriam as peculiaridades encontradas por Werneck Sodr e na sociedade brasileira, sobretudo, a de que a revolu o burguesa no Brasil “(...) se realiza sob a fase imperialista do capitalismo num país de economia colonial ou dependente”<sup>35</sup>, e daí decorreria a necessidade de uma luta anti-imperialista e a constru o de um Estado nacional-popular. Para Marcos Del Roio, chama aten o no conjunto da obra de Werneck Sodr e   a ausência da análise do movimento operário como ator da Revolu o Brasileira e isso seria fruto de uma herança positivista, resquício de sua forma o militar e tenentista.<sup>36</sup> Esta e outras questões referentes ao debate da Revolu o Brasileira são tratadas no capítulo terceiro desta disserta o, com especial aten o aos “agentes” da revolu o brasileira caracterizados por Werneck Sodr e e sua rela o de classes.

As redes de sociabilidade configuram, conforme Jean-François Sirinelli “(...) “um pequeno mundo estreito”, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da reda o de uma revista ou do conselho editorial de uma editora.” ou ainda sob formula es de abaixo-assinados e outras redes de solidariedade que permitem aos intelectuais se reconhecerem. Essas redes também podem ser constituídas por afinidades afetivas e ideológicas.<sup>37</sup>

No caso de Nelson Werneck Sodr e, a principal rede de sociabilidade era o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Nele o autor reivindicava uma identidade, disputava-a ideologicamente e a praticava através dos cursos, grupos de estudo e de trabalho e livros publicados pelo autor. Werneck Sodr e também compunha o conselho editorial da Revista Civiliza o Brasileira, a Central dos trabalhadores Intelectuais (CTI), e, de forma menos marcante no

---

<sup>34</sup> DEL ROIO, op. Cit. p.69.

<sup>35</sup> Id, p. 91

<sup>36</sup> Id, p.87.

<sup>37</sup> SRINELLI, op.cit, p. 252-253

período estudado, o próprio Exército Brasileiro. Contudo, o espaço que tem maior intersecção com a produção do autor é o ISEB, no qual me detive como referência pela impossibilidade de tempo e fontes para a análise dos demais espaços. O PCB, grupo do qual Werneck Sodré também participa, é tratado nesta dissertação de forma a compreender seu papel no contexto de influência do autor visto que as fontes utilizadas não informam a sua relação direta com o Partido Comunista, diferentemente do que ocorre com o ISEB.

Sendo assim, o primeiro capítulo desta dissertação visa situar tanto o ISEB quanto o PCB na conjuntura política nacional e internacional, informando e analisando suas posições hegemônicas e apontando as possíveis influências na obra de Werneck Sodré, sempre buscando estabelecer como se apresenta a noção de modernidade/ desenvolvimento/ industrialização para estas instituições. Desta forma, busco recortar as principais polêmicas e posições que podem ser reencontradas na obra do autor e que estão estabelecidas na caracterização de ambas as instituições.

O debate de itinerário intelectual consiste no percurso de formação das idéias dos intelectuais. No caso de Werneck Sodré optei por iniciar já com um recorte bem definido: os anos de 1958 a 1964 e a produção de três obras, consideradas sua trilogia, e que simbolizam o engajamento político definitivo do autor. Neste percurso de seis anos e nestas três obras não há grande modificações das concepções do autor, mas há sim diversas imprecisões e contradições em sua construção analítica. A forma utilizada para expressar estas contradições foi a de apontá-las imediatamente no texto, estruturando a crítica possível.

Assim nos capítulos dois, “As bases de um projeto nacional: a história de um país”, e três, “A Revolução Brasileira na ordem do dia”, construo uma leitura dos principais conceitos do autor e busco demonstrar a interligação deles com o contexto em que são escritos. Este exercício é feito de forma a buscar a contradição interna do método do próprio autor e também acompanhando o desenvolvimento e as contradições na construção dos conceitos por ele trabalhados nos diferentes períodos históricos analisados.

A questão do engajamento também está presente nesta análise. O intelectual Nelson Werneck Sodré dos anos aqui analisados é, essencialmente,

militante. Werneck Sodré é um intelectual que ao mesmo tempo em que produz uma análise sobre a realidade e a história do país, orienta politicamente uma opinião de crítica ao *status quo*, mediado por uma atuação e por um código de condutas junto a uma instituição conservadora como são as Forças Armadas.



## 2 INTELECTUAIS EM PAUTA: POLÍTICA E TEORIA A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO

Este capítulo tem por objetivo apresentar alguns aspectos do contexto de produção de Nelson Werneck Sodré do período aqui em debate (1958-1964). Nele utilizo um breve contexto histórico aonde listo e analiso alguns dos episódios mais relevantes que foram determinantes na construção do cenário em que atua Werneck Sodré. Parto da análise da conjuntura intelectual do período no qual romper com o passado colonial e constituir uma economia autonomamente inserida no contexto mundial era a meta que orientava a produção da intelectualidade latino-americana e brasileira. O contexto a que me refiro era o da primeira metade do século XX, e a construção dessa autonomia buscava negar a bipolaridade mundial entre capitalistas e socialistas em um movimento de “não-alinhados”.

Para isso, passo para a apresentação dos pontos principais defendidos pelo ISEB, centro da produção teórica do desenvolvimentismo no Brasil dos anos 1950-1960; e do PCB, referência política e teórica de grande parte da intelectualidade da esquerda. Em termos de Brasil, o tema da superação do passado colonial é apresentado na historiografia nacional sob diferentes aspectos, mas suas maiores expressões são as teses dualistas, que dividem a sociedade entre o moderno e o arcaico, de autores como Celso Furtado e Raymundo Faoro e institucionalmente apresentadas pelo ISEB; e o debate anti-imperialista pautado por autores como Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães e muitos outros intelectuais ligados ao PCB e à esquerda política<sup>38</sup>. É fato que uma vertente não exclui, necessariamente, a outra, apenas as organizo aqui em termos de preponderância de debate.

---

<sup>38</sup> Uso o termo esquerda aqui associada aos intelectuais de identificação ou militância comunista. Quando somada aos socialistas, aos trabalhistas e aos nacionais-desenvolvimentistas ou apenas para esses, chamo de forças progressistas. O motivo de tal distinção se deve ao fato da forte utilização do anticomunismo, identificado como uma política “de esquerda” na ordem mundial, entre os setores trabalhistas e nacionais-desenvolvimentistas.

O desenvolver destes temas trouxe a todos os matizes políticos envolvidos no debate um vocabulário comum. Conceitos como povo e nação foram amplamente aplicados nas análises históricas, nas proposições políticas, nos inflamados discursos proferidos em palanques e no parlamento. Esses conceitos trazem consigo a definição dos atores sociais envolvidos no processo de construção desse novo país.

O apontamento de como estes temas se apresentam entre os atores aqui elencados e as possíveis relações com a obra de Nelson Werneck Sodré aparecem no texto como pontos em aberto, sendo o desenvolvimento mais conclusivo examinado nos dois próximos capítulos, dirigidos à análise da obra de Werneck Sodré.

## **2.1 As influências possíveis na construção do pensamento de Nelson Werneck Sodré**

Qual o papel do intelectual na construção de um projeto nacional? Para poucos períodos na história do Brasil esta pergunta parece ser tão necessária quanto para aquele inaugurado com o segundo governo de Getúlio Vargas. A década de 1950 irrompe sob um novo cenário internacional de consolidação de dois blocos políticos antagônicos e da construção de um terceiro bloco “não-alinhado”. No Brasil, as grandes inversões de capitais dinamizam a economia, urbanizam a vida social do país e ampliam o abismo econômico e político entre o campo e a cidade. Estes dois elementos, externo e interno, se complementam na construção da principal orientação política dos anos 1950 e de até metade dos anos 1960: o desenvolvimentismo, que ganha notas locais e “insubordinadas” sob influência do terceiro-mundismo.

A constituição dos blocos socialista e capitalista no cenário mundial acirrou os ânimos na disputa ideológica no mundo inteiro. As disputas entre a “democracia mais democrática” e a “paz mais pacífica” implementada pelos

dois blocos terão como questão concreta a influência sobre os novos países que surgem com o processo de independência da África e a hegemonia política e econômica sobre a América Latina, sobretudo após o advento da Revolução Cubana (1959). Os direitos democráticos, a defesa da soberania dos povos, a abominação do processo recentemente vivido com a Alemanha nazista e sua sanha pela ampliação de territórios e dominação dos povos, conformou o discurso recorrente no cenário internacional, ainda que contraditório às práticas de ambos os blocos.

Também pudera: como defender a manutenção de colônias européias em África em pleno século XX, após uma guerra justificada por ser contra a dominação de um povo sobre outros? Como não reconhecer o atraso e a dependência econômica da América Latina? Para a África, qualquer resposta esboçada aqui não deixa de ser simplória, embora seja inegável o caráter de reorganização do capital e a redivisão – agora não necessariamente física, mas econômica – do continente africano para a expansão de mercados e para o aprofundamento da monopolização vertical da produção.<sup>39</sup>

Cada um dos dois blocos buscou mostrar ao mundo o “verdadeiro caminho” para a paz mundial e a democracia. Para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a bandeira da paz foi também uma forma de autodefesa: empunhando esta bandeira, as acusações das agressões promovidas pelos Estados Unidos tornaram-se o centro de sua política externa. A busca pela solidariedade internacional levou a um giro na linha política dos Partidos Comunistas de todo o mundo: o anti-imperialismo ganhou o adjetivo de antinorte-americano e a paz justificou também a política de Frente Única implementada nos países onde os Partidos Comunistas tinham organização.

Mesmo no Brasil, onde o Partido Comunista (PCB) estava na ilegalidade desde 1947, esta foi a tônica de sua prédica e de sua política de massas. Pode-se observar nas resoluções do PCB, sobretudo a partir do IV Congresso (1954-1955), que o tom da defesa da URSS era diretamente

---

<sup>39</sup> Sobre a organização de monopólios, a formação dos blocos econômicos e a fusão entre capital produtivo e capital financeiro, ver os dados e definições apresentados em LENIN, Vladimir. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1982. (texto original de 1916).

proporcional ao ataque aos EUA, e que a revolução brasileira precisava ser essencialmente anti-imperialista, antifeudal, democrática e popular.

A revolução brasileira em sua etapa atual é, assim, uma revolução democrática e popular, de cunho anti-imperialista e antifeudal. É uma revolução contra os imperialistas norte-americanos e contra os restos feudais e tem por objetivo derrocar o regime dos latifundiários e grandes capitalistas. Libertando o Brasil do jugo dos imperialistas norte-americanos e dos restos feudais, desloca, simultaneamente, o país do campo da guerra e do imperialismo para o campo da paz, da democracia e do socialismo.<sup>40</sup>

O caráter anti-imperialista, antifeudal, popular e democrático da revolução brasileira, já bem tracejado nas resoluções do IV Congresso, só se fez aprofundar nas análises do Partido sobre a situação brasileira. As características atribuídas à revolução brasileira acentuaram o nacionalismo pecebista que tornou-se a questão primordial de diferentes intelectuais do período, entre eles, Nelson Werneck Sodré.

Werneck Sodré abarca em sua obra a análise da sociedade brasileira desde o “surgimento” desta no cenário mundial com o descobrimento, buscando construir um sentido histórico para a avaliação de que, na atualidade das décadas de 1950/1960, havia a permanência de uma mentalidade senhorial e colonial no Brasil. Esta permanência cultural também se refletia nas estruturas políticas e econômicas da nossa sociedade, configurando naquele tempo como uma luta permanente entre o arcaico e o moderno, relação dual que acompanha sua obra.<sup>41</sup>

Os Estados Unidos também mantiveram uma linha “justa” no cenário internacional. O anticomunismo propalado por seu governo converteu-se em ponto de unidade da reação mundial. Foi o combate ao “terror vermelho”, aos agressores da vida em família, de Deus e da propriedade privada que justificou novas guerras como da Coréia e do Vietnã. Mais do que uma doutrina discursiva, o anticomunismo efetivou-se em prática política nos EUA e na

---

<sup>40</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Resolução do IV Congresso do PCB* (dezembro de 1954 a fevereiro de 1955). IN: CARONE, Edgar. **O PCB II** : (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982. p. 128.

<sup>41</sup> Este tema será tratado de forma mais bem delimitada no segundo capítulo desta dissertação “As bases de um projeto nacional: a história de um país”.

política prática deste para com os países que influenciava. O Marcartismo caçou artistas e intelectuais e foi utilizado como desculpa para a diminuição dos direitos individuais e a censura nos EUA. A Aliança para o Progresso (AP) levou para a América Latina a perspectiva de mudança dentro da ordem, de olho na “insubordinação” fermentada pela política não-alinhada terceiro-mundista.

O Brasil não ficou de fora do clima anticomunista. Os setores mais conservadores da sociedade e das forças armadas utilizaram-se do “perigo vermelho” para manter o PCB na ilegalidade. Ainda que, durante os anos dos governos Juscelino Kubitchesck e João Goulart, o Partido não tenha sido impedido de atuar, foi impedido de se legalizar. Talvez uma forma de manter mais tranqüila a reação brasileira, embora em diversas oportunidades (em 1954, com a morte de Getúlio; em 1961, com a resistência armada do Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, à tentativa de impedimento da posse de João Goulart; e, derradeiramente em 1964, com o Golpe Civil-Militar de 01 de abril) tenha lançado mão da demonização, literal, do comunismo.<sup>42</sup>

A compreensão de como se desdobrou esta questão na América Latina é essencial ao entendimento da ampla proporção que tomou o desenvolvimentismo como teoria e política. E sobre ela abrem-se duas políticas essenciais a serem caracterizadas: a produção teórica da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e a ação institucional que configurou a Aliança para o Progresso (AP).

O período entre as décadas de 1930 a 1960 é caracterizado como populista para a América Latina. Governos munidos de um discurso nacionalista buscaram reorganizar a produção, ampliando a capacidade de distribuição da riqueza a partir da inserção das grandes massas em padrões mínimos de consumo. Para isso, era necessária a ampliação dos salários e,

---

<sup>42</sup> Não me deterei aqui às análises ou revisão bibliográfica sobre o anticomunismo porque este não é o foco do trabalho. Aponto, como complemento de interesse, importantes pesquisas que apontam para o peso deste na contextualização das lutas políticas no Brasil, como RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002, entre outras.

conseqüentemente, da demanda por produtos, o que possibilitaria a dinamização do mercado interno. Contudo, o suprimento do mercado interno não poderia ficar restrito aos produtos importados; surge aí uma forte aposta na substituição de importações por uma indústria nacional, que carregou consigo a ampliação do setor de serviços.

Cabe melhor caracterizar o termo “indústria nacional”, que não pode ser entendido como nacionalista. Entre os defensores do desenvolvimentismo muitas serão as concepções de como desenvolver esta indústria: uma indústria nacional, como a que animou a campanha do “Petróleo é nosso!”; uma indústria de capitais majoritariamente “nacionais” e; a abertura dos investimentos ao capital estrangeiro para serem aplicados no país, entre outras idéias de como capacitar a indústria brasileira para o desenvolvimento. Todas estas concepções têm desdobramentos teóricos importantes, que animaram os debates intelectuais do período.

Werneck Sodré assim como a maioria dos intelectuais do período debateu a importância da implementação de uma indústria nacional sob a perspectiva de que quanto mais industrializado, mais desenvolvido. Entretanto, isso não pode ser tomado de forma simplificada, pois para o autor o desenvolvimento industrial acompanhava a evolução e consolidação da etapa burguesa do processo brasileiro, fundamental a sua análise e à sustentação de suas teses, como é abordado de forma mais detida no capítulo terceiro desta dissertação que versa sobre a revolução brasileira.

Os debates também foram norteados pela questão social. No Brasil, até meados da década de 1950, a população urbana já era tão numerosa quanto a população rural. Porém, a proletarização foi realizada em âmbito local e regional, contingenciando os conflitos de classe entre os “muros” das cidades, separando o proletariado do restante da população pobre. Assim, como afirma Florestan Fernandes, facilmente “(...) concentrou-se o poder policial-militar, jurídico e político sobre a sociedade”, afunilando os ganhos do desenvolvimento capitalista para um grupo restrito, mantendo, contudo, “(...) uma mentalidade de elite dirigente organicamente senhorial e colonial” ainda

que a composição das classes proprietárias tenha se modificado com o passar do tempo.<sup>43</sup>

A expressão institucional desta concepção industrialista pode ser associada à criação de um órgão como a Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL), parte de uma articulação política de desenvolvimento regional, implementada em vários países do recém delimitado “Terceiro Mundo”, ou o grupo de países “em desenvolvimento”. Na CEPAL, se reuniram muitos dos principais intelectuais latino-americanos e foi essa instituição que forneceu o tom do debate em torno dos projetos de nação para a América Latina<sup>44</sup>. Outros organismos surgiram em vários países da América Latina nas décadas seguintes: CESO<sup>45</sup> no Chile, ISEB<sup>46</sup> no Brasil. Os marxistas disputaram esses institutos por dentro e por fora de suas instâncias e, por isso mesmo, não puderam se eximir do debate acerca da questão nacional.

A CEPAL e os intelectuais cepalinos puseram em pauta a possibilidade do desenvolvimento dos países latino-americanos, buscando saídas dentro da ordem, através de políticas públicas a serem desenvolvidas. Podemos dizer que a CEPAL tornou o desenvolvimentismo uma “ideologia de massas” no subcontinente e seus intelectuais ditaram o ritmo e os contornos dos debates acerca de projetos nacionais.

Como sintetiza Cláudia Waseerman:

---

<sup>43</sup> FERNANDES, Florestan. **O que é Revolução**. IN: EXPRESSÃO POPULAR (org.). Op. Cit.. p. 123-124.

<sup>44</sup> “Nesta etapa, o olhar está posto sobre os fatores externos que obstaculizam o desenvolvimento e se reconhece a deterioração dos termos de intercambio impede que se revertam à América Latina os frutos do progresso técnico” [tradução nossa] OSORIO, Jaime. *Fuentes y tendencias de La teoría de La dependência*. IN: MARINI, Ruy Mauro & MÁRGARA, Millán (coord.). **La Teoría Social Latinoamericana**. Tomo II: Subdesarrollo y Dependencia. Ciudad de México: El Caballito, 1994. pp. 157-177, pp. 161-162).

<sup>45</sup> Cf. OURIQUES, Nildo Domingos. *Hacia una teoría marxista de la dependência*. IN: MARINI, Ruy Mauro & MÁRGARA, Millán (coord.). **La Teoría Social Latinoamericana**. Tomo II: **Subdesarrollo y Dependencia**. Ciudad de México: El Caballito, 1994. p.181: “O CESO foi, em seu momento, um dos principais centros intelectuais na América Latina. A maioria da intelectualidade latino-americana, européia e norte-americana, principalmente de esquerda, passou por ali, participando via conferências, mesas redondas e seminários” [tradução própria].

<sup>46</sup> Conforme caracterização de Caio Navarro de Toledo era no ISEB que se reuniam intelectuais de diferentes matizes teóricas, desde os liberais desenvolvimentistas (não nacionalistas) aos socialistas, passando por desenvolvimentistas privatistas e desenvolvimentistas nacionalistas ( em TOLEDO, Caio Navarro de **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1977.)

Una verdadera obsesión nacional, el desarrollo fue pensado con la finalidad de reducir el atraso, las desigualdades y la dependencia y como forma de atingir los niveles de desarrollo de los países centrales del capitalismo. La integración regional también fue un tema central en los discursos, pero estaba siempre asociada a la cuestión del desarrollo y como una de las condiciones para igualarse a los países del llamado Primer Mundo. (...) El desarrollo y la integración adoptaron, a lo largo de la historia y en diferentes contextos, significados y contenidos diversos, por veces cambiantes y, otras veces, cumulativos. El periodo de fines de la Segunda Guerra Mundial hasta el golpe civil-militar de 1964 representó el ápice del nacionalismo brasileño, cuando las ideas relacionadas al desarrollo y al integración continental se creían no solamente posibles, pero también, urgentes. La posibilidad era fornecida por la existencia de una coyuntura externa favorable, relacionada con la política de “Buen Vecino” de los Estados Unidos en el periodo de la Guerra Mundial, lo que ha resultado en un relativo ablandamiento de las históricas relaciones de dependencia; por la existencia de gobiernos nacionalistas, con políticas específicas dirigidas para el desarrollo e para la aproximación con los países del continente; y por la generación de excedentes suficientes para completar los procesos de industrialización substitutiva iniciados tempranamente en el siglo anterior. La urgencia estaba relacionada con la inestabilidad del contexto, marcado por la bipolarización del mundo y por la presión por la “alineación automática”; por la existencia de poderosos movimientos sociales que presionaban en el sentido de la ampliación del Estado de bienestar social; y por la conciencia de que la industrialización era incompleta y que la complementariedad, que podría venir con la integración, lograría suplir las carencias productivas.<sup>47</sup>

Para teoria marxista, essa popularização cepalina da tese do desenvolvimento somada à política de frentes dos partidos comunistas, implicou em uma

Posição que, reforçada pela ideologia da luta antifascista, se transformou na nossa América “na aliança” das forças populares com a burguesia e, sobretudo, com o Estado nacional, e levou algumas forças da esquerda a uma subordinação ideológica e política a suposta existência de uma burguesia e de um Estado nacional que se proporiam um desenvolvimento nacional independente.<sup>48</sup>

---

<sup>47</sup> WASSERMAN, Claudia. **La perspectiva brasileña del desarrollo y de la integración latinoamericana y regional (1945-1964):** intelectuales, políticos y diplomacia. [artigo no prelo a ser publicado pela editora Siglo XXI, México, em livro coordenado por José Briceño Ruiz e Andrés Rivarola Puntigliano ]

<sup>48</sup> MORALES, op.cit., p. 67-68.



Some-se a influência cepalina o episódio do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) que traz muitos questionamentos e deslocamentos intelectuais dos PC. Neste Congresso, Krushev apresentou um relatório que abalou os PC de todo o mundo: seu líder máximo, Josef Stálin, era então apresentado como um cruel ditador, mentor e mandante de diversos assassinatos de opositores internos. O episódio constitui um profundo abalo da referência não só política, mas também teórica que representava a URSS.

Como o Comitê central demorou a se posicionar sobre os fatos, os jornalistas do Partido Comunista Brasileiro iniciaram o debate pelos jornais. O “A Voz Operária” ganhou textos com críticas ao método do PC e ao regime Soviético. Como reflexo, o Comitê Central do PCB publicou uma autocrítica:

Um excessivo centralismo, a arrogância e a autosuficiência dos dirigentes, um sistema de mandonismo de cima a baixo, uma disciplina algo militar em vez de disciplina consciente e voluntária, uma falsa e injusta política de quadros, críticas violentas e intempestivas, que criavam um ambiente de intimidação – predominavam em nossa atividade, caracterizando mesmo a vida do Partido, e levavam ao afastamento muitos quadros e militantes. Tais sistemas e tais métodos tolhiam a democracia interna, a liberdade de opinião e de crítica e o desenvolvimento do pensamento criador em todo o Partido. As causas principais de tudo isto estão no próprio processo de formação do nosso Partido, nas influências pequeno-burguesas, nas tendências caudilhescas ainda muito vivas e nos restos patriarcais existentes na sociedade brasileira.<sup>49</sup>

Essa crise de referência política e teórica é agravada pela Revolução Cubana (1959), que foge ao controle das expectativas até então alimentadas para a América Latina, tanto pela esquerda quanto dos setores conservadores. A Revolução Cubana abre espaço para o questionamento da interpretação oficial dos Partidos Comunistas para a América Latina, pois “queima” a etapa democrático-burguesa. Com a ortodoxia das etapas do desenvolvimento histórico questionada, põe-se em xeque o papel da “burguesia nacional”, negando-a como possível agitadora da Revolução latino-americana. Sendo assim urge compreender a crise do capitalismo latino-

---

<sup>49</sup> **PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**, *Projeto de resolução do CC do PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do PCUS da URSS (20/10/56)* IN: CARONE, op. cit, p.151.

americano como uma expressão específica de desenvolvimento dentro do processo global do sistema capitalista. Para isso, as teses passam a ser baseadas no debate proposto por Lênin<sup>50</sup> sobre o desenvolvimento do Imperialismo em uma relação necessariamente desigual para dar cabo à necessidade de acumulação.

Contudo, a própria Revolução Cubana não consegue esgueirar-se do debate central que alimentou o desenvolvimentismo: como superar o subdesenvolvimento. Ernesto Guevara de La Serna, o “Che”, em trecho de sua obra caracteriza a situação latino-americana assim:

Somos países cujo desenvolvimento foi distorcido pela ação imperialista, que desenvolveu anormalmente os setores industriais ou agrícolas em função das necessidades de complementar suas próprias economias complexas. O subdesenvolvimento ou desenvolvimento distorcido provém da excessiva especialização em matérias-primas, que permite manter nossos povos sob a ameaça constante da fome. Nós, os subdesenvolvidos, somos países da monocultura, do monoproduto e do monomercado. Um produto único cuja venda incerta depende de um único mercado que impõe e decide das condições, eis a grande fórmula de dominação econômica imperialista que se apóia no velho e eternamente jovem lema romano: “dividir para reinar. O latifúndio e sua relação com o imperialismo determina por completo o chamado “subdesenvolvimento”, gerando os baixos salários e o desemprego. (...) O latifúndio, seja como forma de exploração primitiva, seja como expressão do monopólio capitalista da terra, adapta-se às novas condições aliando-se ao imperialismo - forma de exploração do capital financeiro e monopolista que ultrapassa as fronteiras nacionais - para gerar o colonialismo econômico, chamado de “subdesenvolvimento” por eufemismo.<sup>51</sup>

Mais uma vez o imperialismo, o latifúndio, a falta de democracia e de projeto nacional estão expressos como o centro da caracterização histórica da realidade latino-americana. A reincidência no debate destes fatores só pode apontar pra uma conclusão: a de que são problemas reais, concretos e urgentes para a América Latina a ponto de apresentarem-se nas formulações mais diversas, desde as propostas que defendem que sejam superados dentro

---

<sup>50</sup> LENIN, Vladimir. Op. cit.

<sup>51</sup> GUEVARA, Ernesto. **Cuba: uma exceção histórica ou vanguarda na luta anticolonialista?** IN: Obras – 1967-1967. Havana, Casa de Las Américas, 1970. t.2 , p. 407.

da ordem legal estabelecida até aquelas que afirmam que apenas a ruptura com tal ordem, que os reproduz, é caminho para sua solução.

A influência que estes eventos e esses debates exerceram sobre a intelectualidade é inegável e compreensível: desenvolver o capitalismo de forma a superar os limites históricos investindo no “ciclo virtuoso” da economia (mais salário, mais demanda, mais investimento na produção, mais empregos, mais salário, mais demanda) pareceu a saída conveniente ao problema porque dispensava a disputa por um novo projeto econômico e de organização social, baseava-se na união do povo e das classes e na defesa do que é genuinamente nacional, na defesa dos interesses comuns a “todos”, em outras palavras, porque prescindia da contradição e da luta entre as classes, da luta pelo poder e pela alteração das formas de poder entre as classes.

Sendo assim, categorias como povo, nação, nacionalismo, desenvolvimento – que são amplas e imprecisas – podem englobar e expressar diferentes interesses. Nelas se dilui a disputa da sociedade. Na obra de Werneck Sodré estas categorias alimentam os debates e são aquelas que o unem, em termos de categorias e não de conceitos, aos muitos outros intelectuais do período.

Como expressão generalizante destes intelectuais, passo a analisar duas instituições que ajudaram na construção do “clima” intelectual dos anos 1950/1960 que deram espaço a este discurso: o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, (1955/1964) relacionando os intelectuais diretamente ao Estado; e o Partido Comunista do Brasil, PCB, na construção das teses sobre a Revolução Brasileira e sua “viragem para o povo”. Sua análise auxilia na compreensão do “ideário” presente no período, visto que são espaços que abrigam diferentes intelectuais/pensadores e que, por isso mesmo, não são homogêneos em suas formulações, sobretudo o ISEB. Nos próximos dois itens ISEB e PCB serão, respectivamente, os temas tratados.

## 2.2. Desenvolvimentismo e Nacionalismo: o papel do Instituto Superior de Estudos Brasileiros

O Brasil conta com sua especificidade no debate desenvolvimentista. No que diz respeito à produção intelectual pode-se afirmar que o dualismo da análise, que divide a sociedade entre o moderno e o arcaico, entre o urbano e o rural, está presente em toda uma geração de pensadores, uma geração forjada na política dos anos 1930. Com ela uma gama de valores se destaca: o privilégio do urbano sobre o rural, a busca de uma identidade “verdadeiramente nacional”, a inclusão do povo na cena política. Valores elaborados pela mudança concreta na vida política e econômica brasileira.

A revolução de 1930, em seus desdobramentos, trouxe à cena política e econômica as classes médias urbanas e o proletariado, maior e mais organizado. Some-se a isso a ação do Estado com intervenção direta na economia e na vida política da sociedade urbana, a disputa política entre as elites dominantes e a ação das massas mobilizadas em muitos momentos da história de então. O desenvolvimento deste cenário construiu junto a todos os matizes políticos envolvidos no processo um vocabulário comum. Palavrório que nos anos 1950/1960

(...) ajudava a produzir a atmosfera cultural e política do período, impregnada pelas idéias de povo, libertação nacional e identidade nacional – idéias que já vinham de longe na cultura brasileira, mas traziam especialmente a partir dos anos 50 a novidade de serem mescladas com influências de esquerda, comunistas ou trabalhistas.<sup>52</sup>

Conceitos como povo e nação foram amplamente aplicados nas análises históricas, nas proposições políticas, nos inflamados discursos proferidos em palanques e no parlamento. Esses conceitos trazem consigo a

---

<sup>52</sup> RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro**: artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000. pp. 19-55.

definição dos atores sociais<sup>53</sup> envolvidos no processo de construção desse novo país. Há também que se considerar que a maioria dos intelectuais deste período via na Revolução de 1930 o divisor de águas da política e economia brasileiras. A profunda vinculação entre os intelectuais e o Estado demonstra-se pela relação intrínseca de ambos na determinação da construção de uma identidade nacional moderna e urbana. Michele Rossoni Rosa avalia que

(...) o surgimento de uma *intelligentsia* propriamente dita, e de espaços institucionais voltados para o exercício da atividade intelectual no Brasil, estão profundamente marcados por uma conjuntura específica, quando a própria existência de um campo intelectual (como grupo constituído) surgiu a partir de um projeto, ainda em fase inicial, de transformação social e de superação dos caracteres oligárquicos no Brasil. Esta parece ser, pois, a origem da noção de “tarefa”: a própria formação do campo no país, em todas as suas especificidades de formação enquanto Estado-nação. E essa tarefa deveria ser desenvolvida através da ação de desvendar, mapear, estudar e diagnosticar a realidade brasileira.<sup>54</sup>

Esta relação de complementaridade entre intelectuais e Estado será característica da produção histórica, econômica e sociológica no Brasil até o Golpe Civil Militar de 1964.

O ISEB foi fundado em 14 de junho de 1955 ainda no Governo Café Filho e nele se organizaram os principais intelectuais brasileiros de diferentes matizes ideológicos. Fruto do debate de um grupo de intelectuais de Rio e São Paulo, o Instituto foi organizado e administrado pelo grupo carioca. Sua perspectiva teórica é contemporânea e próxima àquela defendida pela CEPAL e visava formar intelectuais para a atuação política junto ao Estado, dando pouco ou nenhuma ênfase à lógica acadêmica<sup>55</sup>.

O Instituto esteve vinculado ao Ministério da Educação e Cultura e constituiu o principal espaço de formulação do ideário desenvolvimentista no Brasil. Mesmo com a heterogeneidade do grupo (formado por historiadores,

---

<sup>53</sup> Atores sociais aqui entendidos como sujeitos, partícipes dos processos de mobilização do período; nenhuma alusão ao debate sociológico sobre a definição de “atores sociais” como conceito ou categoria de análise.

<sup>54</sup> ROSA, Michele Rossoni. **O pensamento da esquerda e a revista *Civilização Brasileira* (1965-1968)**. Porto Alegre: UFRGS [Dissertação de Mestrado], 2004. p. 26.

<sup>55</sup> BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos **O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido**. São Paulo: Revista Dados; *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 1, 2004, pp. 49 a 84.

cientistas políticos, economistas, sociólogos e filósofos; comunistas, marxistas, liberais progressistas) havia entre eles um patamar comum, que conferia certa unidade, e que Bresser- Pereira aponta como sendo

(...) o método histórico de conhecimento, partilhavam uma perspectiva de esquerda moderada e eram, sem exceção, nacionalistas, fundamentalmente preocupados com a industrialização e a Revolução Nacional Brasileira. Por isso, foram os principais formuladores da “interpretação nacional burguesa” do Brasil.<sup>56</sup>

A divisão do ISEB, ainda segundo Bresser-Pereira, se deu a partir da constatação feita por Hélio Jaguaribe de que os recursos estrangeiros estavam se dirigindo à indústria. Essa realidade contestava a premissa de unidade entre o capital estrangeiro e o latifúndio, pondo em cheque a principal tese dos desenvolvimentistas (e do PCB) sobre a unidade política entre a burguesia nacional e o “povo”.<sup>57</sup> E, conforme Toledo,

Se a expressão “ideologia do desenvolvimento” nunca aparece nos estatutos e regulamentos gerais do ISEB, em compensação ela se constituirá praticamente no emblema e na “palavra de ordem” da instituição, estando presente explicitamente na quase totalidade de suas publicações e em todas as suas definições de ordem programáticas.<sup>58</sup>

A afirmação de Toledo é demonstrada por Bresser-Pereira ao analisar que, para os intelectuais brasileiros atuantes no ISEB, desenvolvimento

(...) é o processo de acumulação de capital, incorporação de progresso técnico e elevação dos padrões de vida da população de um país, que se inicia com uma revolução capitalista e nacional; é o processo de crescimento sustentado da renda dos habitantes de um país sob a liderança estratégica do Estado nacional e tendo como principais atores os empresários nacionais. O desenvolvimento é nacional porque se realiza nos quadros de cada Estado nacional, sob a égide de instituições definidas e garantidas pelo Estado<sup>59</sup>

<sup>56</sup> BRESSER-PEREIRA, Op. cit., p. 51.

<sup>57</sup> Para Werneck. Sodré a unidade entre o imperialismo e o latifúndio é central pois é através dela se justifica a defesa da unidade do povo e da submissão hierárquica da disputa de classes para a disputa nacional na análise do seu tempo presente. Este tema será trabalhado de forma mais precisa no terceiro capítulo desta dissertação.

<sup>58</sup> TOLEDO, Op. Cit. p. 41-42.

<sup>59</sup> BRESSER-PEREIRA, Op. cit., p 57-58

Este desenvolvimento, segundo alguns intelectuais da época, notadamente os isebianos, precisava ser embasado em um nacionalismo de massas, apoiado por amplos setores da população e que sustentasse uma nova identidade nacional, autêntica, não-colonial. Assim também está expresso na obra de Nelson Werneck Sodré: há uma continuidade de uma mentalidade colonial, de uma cultura colonial na sociedade brasileira que perdura há quase cinco séculos e que se transforma de forma mais lenta que a economia. O processo inaugurado em 1930 com a detonação do processo de industrialização brasileira e de aceleração do que o autor entende como sua revolução burguesa abre espaço para a construção de uma identidade nacional autêntica.<sup>60</sup> A base desta nova identidade era o anti-imperialista visto que a dominação política vinha sendo rompida pelos “governos nacionalistas”. Por isso

Não basta entender o processo de desenvolvimento: é preciso dizer que tipo de desenvolvimento queremos. Os intelectuais do ISEB eram socialistas reformistas e defendiam um desenvolvimento com distribuição de renda, mas este problema não estava no centro de suas preocupações.<sup>61</sup>

A normatização que qualifica o desenvolvimento também está ligada a uma concepção intrínseca de análise da realidade brasileira: o dualismo estrutural. A relação entre moderno e arcaico. Fundamental à compreensão da análise feita pelo ISEB, a relação entre “moderno” *versus* “arcaico” estava diretamente ligada ao sentido de industrialização, como sinônimo de desenvolvimento. A dualidade implica em um julgamento valorativo entre o “melhor” e o “pior”, entre o “civilizado” e o “não-civilizado”. Sustenta uma noção de progresso baseada em um aumento permanente daquilo que é positivado na análise, no caso, a industrialização. E remete a uma conclusão formal: quanto mais industrializado, mais desenvolvido. Daí deriva a análise de Bresser-Pereira de que o ISEB almejava a revolução capitalista nacional.<sup>62</sup>

---

<sup>60</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967a, p. 140.

<sup>61</sup> BRESSER-PEREIRA, Op.cit., 2004.

<sup>62</sup> “Para o ISEB, o desenvolvimento dos países então subdesenvolvidos só seria possível se fosse fruto de planejamento e de estratégia, tendo como agente principal o Estado. Dada a existência do imperialismo, seria impossível a esses países se desenvolver sem que sua revolução capitalista se completasse pela revolução nacional que leva à formação do Estado nacional.” Id. p 57.

Aqui talvez se expresse a diferença ideológica entre os autores. Qual o limite para a revolução capitalista nacional? As posições serão variadas sobre estes limites. Para Nelson Werneck Sodré, o limite desta revolução capitalista nacional é sua condição enquanto etapa do desenvolvimento histórico do país, mas não a finalidade do projeto nacional; é parte dele, mas não seu objetivo estratégico. Para Cândido Mendes<sup>63</sup>, assim como para Bresser-Pereira<sup>64</sup>, a manutenção da sustentabilidade do processo “nacional” da revolução capitalista é o fim estratégico do debate de projeto nacional.

Com isto, políticas como a apresentada pela Aliança Para o Progresso (AP) tornaram-se palatáveis para alguns membros do ISEB. Cândido Mendes afirma que a política proposta pela Aliança para o Progresso em muito se difere das relações anteriormente estabelecidas entre EUA e os países latino-americanos. No programa da AP,

Fala-se não só em programação, como em verdadeiro planejamento, e se condiciona a cooperação americana ao estabelecimento de iniciativas desta ordem, a curto, a médio e mesmo e longo prazo, estendendo-se a sua ação ao período de vinte anos. (...) Ao mesmo tempo, cessa a diferenciação entre o investimento público e o privado, aceitando-se a larga e inevitável intervenção do Estado no processo de desenvolvimento. Advoga-se também no programa a ação direta contra as estruturas obsoletas do regime colonial, associando-se o programa a medidas destinadas a promover a reforma agrária, ou combater a manutenção de regimes de monocultura de exportação. (...) No que tange ao problema ideológico implícito nos programas de auxílio, não se encontra na Carta o paralelismo clássico entre “democracia” e “livre empresa”. Nenhuma menção é feita ao regime econômico ideal dentro do qual se deveria fazer o desenvolvimento, concentrando-se toda ênfase do programa na necessidade de

---

<sup>63</sup> MENDES, Cândido. **Nacionalismo e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IBEEA, 1963.

<sup>64</sup> Não me deterei à análise do autor que também foi membro do ISEB, mas no texto aqui apresentado como suporte à caracterização do Instituto, Bresser-Pereira deixa clara sua posição acerca do que deve ser um projeto nacional ao tratar dos limites do planejamento do ISEB sobre o tema: “É preciso que a nação se mantenha solvente financeiramente, crescendo fundamentalmente com seus próprios recursos, com sua própria poupança. ‘O capital se faz em casa’, dizia Barbosa Lima Sobrinho (1973), que pensou o Brasil sempre em termos nacionais. O Brasil, porém, nos anos 70 e, novamente, nos anos 90, não seguiu esse princípio e, da mesma forma que vários outros países latino-americanos, assumiu uma dívida externa cuja dimensão é sem precedentes. Uma dívida externa excessiva como a brasileira e a latino-americana, além de ter tido e continuar a ter conseqüências econômicas deletérias, acaba por implicar a alienação das elites e a imobilização do Estado, agravando a dependência do país e inviabilizando o projeto nacional.” BRESSER-PEREIRA, Op.cit. p 76.



corrigirem-se as desigualdades de riqueza entre os dois hemisférios.<sup>65</sup>

Segundo Cândido Mendes, portanto, o ideal desenvolvimentista de um projeto planejado, contínuo e “autogestionado”, estava contemplado no planejamento da AP. O centro retórico da política da AP estava em reduzir a desigualdade social, considerada o principal fator de instabilidade política no continente latino-americano. Para ele, tratava-se de uma via pacífica e democrática ao ajuste social, podendo compor um sentimento de coesão e unidade inclusive nas populações mais pobres, ganhando-as para um projeto de progresso dentro da ordem. É fato que junto à propaganda da AP, o anticomunismo foi extensamente propalado, não perdendo de vista o cenário de Guerra Fria e o tencionamento exercido por Cuba e sua revolução alinhada ao Bloco Soviético.<sup>66</sup>

A via pacífica, defendida pelo PCB e por Nelson Werneck Sodré, diferenciava-se da linha da AP. A linha construída pela esquerda sobre a superação das limitações econômicas e políticas, afirma que sem democracia não há desenvolvimento e este será um dos pontos qualitativos da caracterização de projeto nacional defendido por ela: um projeto de desenvolvimento nacional tem que ser, necessariamente, democrático e popular. À AP não interessa qualquer aprofundamento da participação ativa da população, ainda mais sob o fantasma que ronda a América Latina: a Revolução Cubana.

A mesma temática pode ser observada nos pronunciamentos do Presidente João Goulart (Jango), pouco antes de sua deposição pelo Golpe Civil-Militar de 1964. Neles, o tema das reformas de base era encarado como uma ou a única forma de impedir que o Brasil perdesse os ganhos conquistados com o desenvolvimento (industrialização).

O nosso lema, trabalhadores do Brasil, é progresso com justiça, e desenvolvimento com igualdade. A maioria dos

---

<sup>65</sup> MENDES, Cândido. Op.cit., pp. 249-250.

<sup>66</sup> Um estudo aprofundado dos objetivos da Aliança Para o Progresso e de sua propaganda anti-comunista em SILVA, Vicente Gil da. **A Aliança para o Progresso no Brasil: de Propaganda Anticomunista à Instrumento de Intervenção Política (1961-1964)**. Porto Alegre: UFRGS [dissertação de mestrado], 2008.

brasileiros já não se conforma com a ordem social imperfeita, injusta e desumana. Os milhões que nada têm se impacientam com a demora, já agora quase insuportável, em receber os dividendos de um progresso tão duramente construído também com o esforço dos trabalhadores e o sacrifício dos humildes. Vamos continuar lutando pela construção de novas usinas, pela abertura de novas estradas, pela implantação de mais fábricas, de novas escolas, de hospitais para o povo sofredor; mas sabemos, trabalhadores, que nada disso terá sentido profundo se ao homem não for assegurado o sagrado direito ao trabalho e a uma justa participação no desenvolvimento nacional. (...) O caminho das reformas é o caminho do progresso e da paz social. Reformar, trabalhadores, é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada, inteiramente superada pela realidade dos momentos em que vivemos.<sup>67</sup>

Porém as reformas de base não eram consensuais entre os desenvolvimentistas. Cândido Mendes afirmava que tais reformas eram uma forma de preterir o programa de desenvolvimento, uma mediação que só favorecia aqueles que não queriam alterar de fato na estrutura da sociedade.

É nesse sentido que as oposições tentarão contrapor à verdadeira tarefa emancipatória mudanças apenas do estatuto produtivo, tentando transferir para o salariado, artificialmente, uma parcela reduzida do lucro auferido pelo capital; ou, à margem dos problemas da produtividade e dos aspectos superestruturais do país, entregar-se à mera reforma da propriedade agrária; ou cometer ao Estado – cujo poder de intervenção já é insuficiente para a criação de fatores produtivos nos setores de base – as tarefas assistenciais do “Welfare State”. Assim, a urgência e a essencialidade de projetos estatutários, como o da participação nos lucros, ou de ampla modificação do aparelho de previdência social, serão encarecidas pelas oposições, de preferência à árdua conquista das etapas do desenvolvimento. A “reforma de base” assegura às oposições um confortável repúdio, em tese, ao status quo. Mas deixa intactas as condições de infra-estrutura do velho regime, e aberta a porta para o ajuste ulterior dos interesses concretos da velha ordem a qualquer alteração de moldura institucional.<sup>68</sup>

Essas divergências dão o tom dos limites e das variadas posições de dentro do ISEB, e para além dele, mesmo na formulação daquilo que lhes é comum que é a defesa do desenvolvimentismo. Não há como precisar aqui os

<sup>67</sup> GOULART, João. **Discurso no Comício da Central de 13 de Março de 1964**. Disponível em: <<http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/33.pdf>> Acesso em: 28 dez. 09.

<sup>68</sup> MENDES, Cândido. Op.cit., p. 151

motivos das divergências: talvez filiações políticas; certamente, divergências na caracterização do processo histórico de formação do país. O peso que o ISEB terá não se restringe à intelectualidade. O Instituto debate e formula sobre aquilo que é a pauta cotidiana da vida política brasileira nos anos 1960, aportada – ainda que com matizes – pelo Presidente da República.

Muitos dos seus temas também estão postos na principal política externa do Estado Norte Americano (AP). E com o fechamento político imposto pelo golpe Civil-Militar de 1964 a perseguição ao ISEB se intensifica, chegando a ser movido um Inquérito Policial Militar (IPM) contra seus membros<sup>69</sup> e tendo livros recolhidos e impedidos de publicação<sup>70</sup>. A perseguição política aos intelectuais progressistas brasileiros após 1964 será uma constante e se aprofunda com o Ato Institucional número 5 (AI-5), em 1968<sup>71</sup>.

O ISEB pode, assim, ser considerado um dos principais aportes desta relação entre intelectuais e Estado: é nele que se encontram pensadores de todos os segmentos políticos e que, apesar das diferenças possíveis e inegáveis em suas concepções de qual o melhor caminho para a construção de um Brasil independente, apresentam um interesse comum: construir um projeto nacional. Para a construção destes projetos nacionais há, como já informado, uma base comum na análise da realidade: o subdesenvolvimento versus o desenvolvimento, do qual deriva as noções de desenvolvimento nacional, superação do atraso econômico, soberania política e a conseqüente defesa dos interesses nacionais e do povo constituem a pauta política do período.

Novamente percebe-se aqui que as categorias para a análise da realidade brasileira compõem-se sobre aspectos generalizáveis, imprecisos e úteis a diversos matizes de orientação política. A disputa por sua “precisão” é o que mobilizava muitos dos debates entre os intelectuais e entre eles Nelson Werneck Sodré. Essa amplitude, entretanto, não se estabelece por

---

<sup>69</sup> Entre os membros que sofreram IPM está Nelson Werneck Sodré, que chegou a ser preso em meados de maio de 1964, depois de refugiar-se na casa de parentes. Este episódio é narrado pelo autor em SODRÉ, Nelson Werneck. Op.cit, 1988b. pp. 280-296.

<sup>70</sup> Neste episódio a coleção História Nova do Brasil, um conjunto de dez números de livros paradidáticos, foi recolhida e sua publicação foi impedida. Esta coleção fora organizada por Nelson Werneck Sodré e os demais colaboradores da cátedra de Formação Histórica do Brasil. O episódio está relato em SODRÉ, Nelson Werneck., **História da História Nova**. Petrópolis: Vozes, 1987.

<sup>71</sup> Como referência ao tema e em estudo específico sobre a Revista Civilização Brasileira, ver: ROSA, op.cit., 2004.

conveniência, mas sim demonstra o profundo questionamento e a reorganização pelos quais as ciências humanas passam no período.

O recontar da história, reconhecendo que ela se compõe de um processo complexo, de vários agentes, de várias classes é ponto comum a todos os envolvidos nesse processo. Diante desta constatação pode-se afirmar que o Instituto Superior de Estudos Brasileiros pode ser considerado o principal espaço institucional de produção política e sociológica do país nos anos 1950/1960, agrupando o esforço intelectual progressista do período pré-golpe, papel cumprido pela Revista Civilização Brasileira no pós-golpe.

### **2.3. Reforma ou Revolução (Brasileira)? O Partido Comunista do Brasil**

A participação do PCB na elaboração do debate sobre a Revolução Brasileira é inegável. O partido enquanto instituição política centralizada pelo debate conjunto - de seus militantes e ou de suas instâncias - pode ser considerado um dos principais “intelectuais” acerca do tema desde os anos 1930, ganhando mais publicidade e influência nos anos 1950<sup>72</sup>. Representando, portanto, uma posição com forte influência pública, o Partido orientou a ação e a opinião de seus militantes e simpatizantes através, principalmente, de seus órgãos de imprensa (jornais e revistas). Assim, consolidaram-se publicamente divergências entre as posições oficiais do PCB e alguns de seus principais intelectuais, como o caso de Caio Prado Júnior e as polêmicas públicas acerca do processo de integração do Brasil na economia mundial, a existência ou não de feudalismo e, inclusive, sobre a orientação política para intervenção imediata na realidade, ou seja, a política de Frente Única. Entretanto posição apresentada publicamente como do Partido Comunista do Brasil sempre fora aquela legitimada pela direção do mesmo.

---

<sup>72</sup> Não cabe a este trabalho questionar se de fato havia democracia interna no PCB. Sabe-se, apenas, que as posições divulgadas como do Comitê Central são consideradas a opinião do Partido como um todo, representado por sua direção.

Porém a divergência pública entre a direção pecebista e seus quadros intelectuais que criou constrangimentos e uma crise pública foi aquela ligada à polêmica gerada pela denúncia dos crimes de Stálin, no XX Congresso do PCUS, em 1956, conhecido como “Relatório Krushev”. Com relação a este episódio, a ausência de uma posição do Comitê Central do PCB perante os fatos fez com que os jornalistas responsáveis pelos periódicos do Partido Comunista no Brasil abrissem o debate sobre qual posição tomar e, assim, fomentaram uma polêmica metodológica contra a direção partidária, questionando a sua forma de organização e a sua postura na condução de polêmicas.

A ausência da posição da direção do Partido Comunista Brasileiro sobre o tema estava diretamente relacionada ao impacto das denúncias sobre a linha de ação política até então levada à cabo: a defesa incondicional da URSS que esteve presente em todas as resoluções de conjuntura do PCB desde os anos 1930, nos anos 1950 com a instauração da Guerra Fria e da bipolarização, a defesa incondicional da URSS ganha força ao destacar a “nossa paz” contra a “paz deles; a “nossa democracia” contra a “democracia deles”. A dicotomia entre os dois mundos em disputa reforçava não necessariamente a pauta da mudança de sistema de organização da sociedade, não necessariamente existia uma contraposição entre o socialismo e o capitalismo, embora a “bipolarização” do mundo servisse para demarcar com firmeza quem era o inimigo: o imperialismo norte-americano. Com o inimigo bem caracterizado, a política de Frente Única anti-imperialista ganha forças dentro da orientação internacional dos Partidos Comunistas em diferentes partes do mundo, sobretudo nos países “em desenvolvimento”.

Sendo assim, a crítica metodológica consolidada pelos jornalistas do PCB também se desdobra em uma crítica à linha política adotada até então pela direção do Partido no Brasil. Os espectros deste debate podem ser observados na nota de Luis Carlos Prestes, na qual o principal dirigente do PCB diz:

Saúdo, portanto, a discussão que se inicia em nosso Partido. Não nos esqueçamos, porém, que nosso Partido se rege pelos princípios marxistas-leninistas. A discussão do Partido, ampla e livre como a que iniciamos, deve, pois, basear-se em

princípios. Não podemos de forma alguma reconhecer a quem quer que seja o direito de propagar no Partido as idéias do inimigo de classe. E constituiria um crime que, a pretexto da livre discussão, a imprensa feita para servir ao povo, para educá-lo politicamente, passasse a constituir instrumento de confusão e de deseducação do povo. O Comitê Central não pode renunciar à sua condição de centro único sem solapar com isto os próprios alicerces do Partido. Cabe ao Comitê Central saber criar as condições para que todo o Partido não se receie de discutir, mas ao mesmo tempo, assumir a direção dos debates, quer dizer, não permitir que se desenvolva a influência do inimigo em nossas fileiras, nem que a título de liberdade de discussão sejam dadas armas ao inimigo.<sup>73</sup>

Em outras palavras, a crítica é possível desde que não ponha em xeque a legitimidade da direção partidária e de sua política implementada. No caso do Brasil – como no de muitos outros países pelo mundo - a linha política diz respeito à unidade em frente única, propalada pela direção partidária desde 1954, quando aberto o processo de “viragem para o povo” do PCB. Essa viragem pôs cabo à política que caracterizara o Partido no período do segundo governo de Getúlio Vargas baseada na denúncia e ataque do mesmo até seu suicídio.<sup>74</sup> A ação dos jornalistas partidários expressando publicamente opinião, diversa da direção, sobre a caracterização conjuntural e a ação partidária poderia constituir uma quebra da orientação internacional aos partidos, pondo fora os esforços de relação com setores populares e pequeno-burgueses feito nos últimos anos. A saída possível à direção partidária foi a construção de uma “fuga para frente”, reconhecendo a lentidão na construção de sua posição sobre as denúncias do XX Congresso do PCUS e acusando os críticos que se expressaram de divisionistas e elitistas, afastados do “povo” e de “suas reais vontades”.

Nos últimos tempos, em certos setores do Partido, alguns camaradas vêm tomando atitudes que levam a enfraquecer o prestígio e a autoridade do Partido e que visam semear a desorientação em suas fileiras e provocar a falta de confiança nos organismos dirigentes. É sabido que alguns camaradas responsáveis pelos principais órgãos da imprensa a serviço do

<sup>73</sup> PRESTES, Luis . Carlos.; **Carta de Luis Carlos Prestes ao CC do PCB sobre o debate político** (novembro de 1956) IN: CARONE, , op. cit. p. 156

<sup>74</sup> É fato corrente as histórias de ataques às sedes do PCB em algumas cidades brasileiras sendo partido caracterizado pela população comovida e indignada com o suicídio de Vargas como um dos agentes fomentadores de sua morte. Conforme apresentado em SAN SEGUNDO, Mário Augusto. Protesto operário, repressão policial e anticomunismo (Rio Grande 1949, 1950 e 1952). Porto Alegre: UFRGS [Dissertação de Mestrado], 2009.

povo, violando a disciplina do Partido, abriram a discussão sobre o XX Congresso do PCUS antes do pronunciamento do CC e permitiram que fossem proferidos ataques à União Soviética e ao PCUS, ao internacionalismo proletário, ao nosso Partido e à sua direção. (...) Não menos prejudicial vem sendo a atitude de outros camaradas que, em vez da crítica responsável e construtiva aos erros e defeitos que devem ser corrigidos, participam da discussão para desferir ataques ao Partido e minar sua unidade.<sup>75</sup>

A crítica construída na polêmica não tem, assim, como foco principal a linha política do PCB e sim “questões de método”. Contudo, a repercussão tanto da crise instaurada pela denúncia dos crimes de Stálin quanto o silêncio do Comitê Central do PCB já havia afetado a intelectualidade da esquerda. O próprio desenrolar do processo brasileiro trouxera contradições e questionamentos às análises elaboradas pelo PCB, pondo em xeque tanto a ocorrência do feudalismo como forma de organização social como a existência de uma burguesia “genuinamente” nacional e anti-imperialista, numa sucessão de etapas do desenvolvimento da sociedade brasileira em direção à modernidade e a sua autodeterminação.

Werneck Sodré, mesmo após as polêmicas que envolveram os jornalistas do PCB e que tiveram eco na intelectualidade de esquerda ligada ao partido no Brasil questionando as categorias fundantes das teses pecebistas como o feudalismo e a burguesia nacional e sua orientação de política de frente única, continua sustentando ambas em sua análise. Um motivo possível para esta permanência pode ser, justamente, no “desvio” do debate aberto sobre a linha política do PCB dentro de seus quadros partidários para um debate de método da direção, construído pela própria direção partidária em sua “fuga para frente”. Porém, tanto o debate sobre a ocorrência de uma organização social de tipo feudal no Brasil, quanto sobre a existência de burguesia nacional anti-imperialista não pode ser limitado a uma reprodução pura e simples da “linha” comunista.

As teses de Werneck Sodré são amplamente sustentadas em seus estudos históricos. A reprodução de algumas categorias, como feudalismo, é

---

<sup>75</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Sobre a unidade do Partido: resolução do CC** (abril de 1957) IN: CARONE, op. cit., p. 160-161.

derivada da ausência de conceitos capazes de substituir aquelas categorias, como é o caso da própria categoria de feudalismo. Somente a análise da concepção de história e da construção do significado dos conceitos pelo autor poderá explicitar seu entendimento teórico acerca da revolução brasileira, pois, segundo ele mesmo advertia: “Os conceitos são historicamente condicionados, isto é, eles têm também a sua história”<sup>76</sup>.

Todavia, a perspectiva da “etapa” não se desvincula da leitura do PCB, e como veremos mais adiante nem mesmo da esquerda, incapaz de superá-la como lógica de leitura da realidade brasileira até, pelo menos, a primeira década após o Golpe Civil Militar de 1964. A persistência desta perspectiva constitui uma expressão cultural, deriva de uma forma de leitura da realidade arraigada, uma espécie de filtro de análise e que repercute tanto pelo etapismo atribuído ao marxismo oficial soviético quanto o dualismo da análise sociológica, característico da América Latina naqueles anos. Portanto, ao pensar Nelson Werneck Sodr e como autor marxista dos 1950/1960   preciso considerar os aspectos desta forma o e das determina oes intelectuais do período em que ele produz seus trabalhos.

A caracteriza o da etapa esteve presente nos debates do Partido Comunista desde os anos 1930 e a impossibilidade da crítica   “linha oficial”, como se tornou público com o episdio da denúncia dos crimes de Stálin, readequou essa caracteriza o com o passar do tempo. Em resolu o do Secretariado da III Internacional Comunista de fevereiro de 1930, a questão   apresentada da seguinte forma:

No Brasil se desenvolvem as premissas de uma revolu o do tipo democrático-burgu es. O curso e o sucesso desta revolu o dependem da classe que conquistar, nela, a hegemonia. [...] Sob hegemonia do proletariado, a revolu o brasileira resolver  todas as tarefas democráticas essenciais, que se lhe apresentarão: 1) revolu o agrária (liberta o das massas camponesas e dos operários agrícolas das formas feudais e coloniais de explora o, confisca o, nacionaliza o e entrega da terra aos camponeses e aos operários agrícolas); 2) liberta o do Brasil do jugo do imperialismo das empresas, das minas, dos domínios, das concessões das vias de comunica o, dos bancos imperialistas e a anula o das d vidas externas); 3) instaura o da República Operária e Camponesa sobre a base dos Sovietes, agrupando a classe

---

<sup>76</sup> SODR E, Op.cit., 1968., p.4



operária e a massa camponesa (ditadura democrática revolucionária do proletariado e da massa camponesa). As lutas necessárias para realizar estas tarefas democrático-burguesas, o desenvolvimento da luta contra o imperialismo e dos movimentos revolucionários nos outros países da América Latina, a ligação estreita da revolução brasileira com o movimento proletário revolucionário internacional e com a URSS que constrói o socialismo criarão as bases para a transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista do proletariado<sup>77</sup>.

A definição da etapa da revolução como democrático-burguesa não se alterou, embora o imperialismo tenha ganhado cores mais fortes e os agentes da revolução sejam mais heterogêneos, ambos foram pontos centrais da sustentação do argumento de aliança com a burguesia nacional.

A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política. Essas transformações removerão as causas do atraso de nosso povo e criarão, com um poder das forças anti-imperialista e antifeudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária. O golpe principal das forças nacionais, progressistas e democráticas se dirige, por isto, atualmente, contra o imperialismo norte-americano e os entreguistas que o apóiam. A derrota política do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos abrirá caminho para a solução de todos os demais problemas da revolução nacional e democrática no Brasil.<sup>78</sup>

A aliança com a burguesia nacional pode ser compreendida a partir da substituição da centralidade da “classe operária” por “forças progressistas” na elaboração da análise. Isso não significa que a “classe operária” tivesse desaparecido do discurso pecebista, mas sim, que esta ganhou um novo peso

---

<sup>77</sup> LIMA, Heitor Ferreira. **Três anos na União Soviética**. pp. 109-110. (texto sem referência a editora)

<sup>78</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Declaração sobre a política do PCB** (março de 1958) IN: CARONE, , op. cit. pp. 184.

dentro da “Frente Única”<sup>79</sup>. Na declaração política de 1958, mesmo afirmando que o proletariado tem seus próprios interesses e precisa defendê-los, a linha política para a ação é de primazia da ação coletiva e interclassista da Frente Única:

É indispensável, entretanto, jamais perder de vista que a luta dentro da frente única é diferente, em princípio, da luta que a frente única trava contra o imperialismo norte-americano e as forças entreguistas. Neste último caso, o objetivo consiste em isolar o inimigo principal da nação brasileira e derrotar a sua política. Já a luta do proletariado dentro da frente única não tem por fim isolar a burguesia nem romper a aliança com ela, mas visa defender os interesses específicos do proletariado e das vastas massas, simultaneamente ganhando a própria burguesia e as demais forças para aumentar a coesão da frente única.<sup>80</sup>

As forças que compunham a Frente Única congregavam os elementos progressistas que constituem o “povo” brasileiro em uma tarefa conjunta: defender o Brasil dos vorazes ataques do imperialismo norte-americano. Esses aspectos já estavam presentes no projeto de resolução do Comitê Central sobre os ensinamentos do XX Congresso do PCUS:

O fortalecimento da unidade da classe operária, o desenvolvimento e consolidação da aliança operário-camponesa são fatores decisivos para garantir a estabilidade e a ampliação da frente única. As reivindicações específicas da pequena burguesia, da intelectualidade e da burguesia nacional devem merecer da parte dos comunistas a maior atenção. Em relação aos grandes capitalistas brasileiros, nosso ataque deve ser dirigido *somente contra aqueles que traírem os interesses nacionais*, pondo-se do lado dos imperialistas ianques. Mesmo em relação aos latifundiários, nossa posição deve depender de suas atitudes concretas diante da luta pelas reivindicações e direitos de nosso povo. Concentrando sempre o fogo contra os imperialistas norte-americanos e seus agentes no Brasil, *nosso dever é cooperar com todos os que desejam lutar pela soberania nacional, pelas liberdades democráticas,*

---

<sup>79</sup> Frente Única é a concepção política de uma organização suprapartidária e interclassista para a defesa de interesses comuns ao “povo” e à “Nação”. Essa política foi implementada pela III Internacional Comunista no combate aos movimentos fascistas dos anos 1930 e ganhou continuidade como orientação política antiimperialista no pós II Guerra Mundial, sob as bandeiras da Paz e da Democracia na busca de apoio internacional à URSS e também como forma de mobilização nos países em desenvolvimento.

<sup>80</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Declaração sobre a política do PCB** (março de 1958). IN: CARONE, op. cit. p. 187.

*por melhores condições de vida para o povo, por um Brasil próspero e independente [grifos meus].*<sup>81</sup>

A relevância do tema da paz acaba constituindo uma das pautas principais do PCB que, no período de guerra fria, pode ser considerada como uma tentativa de defesa da política soviética. É preciso levar em consideração que a propaganda anti-soviética foi forte e sistemática, e inclusive, reproduzida amplamente como uma política de Estado dos Estados Unidos para a América Latina.

A luta contra o imperialismo norte-americano, pela independência nacional do Brasil é parte integrante da luta pela paz mundial. As vitórias da causa da paz no mundo inteiro contribuem para os êxitos da luta emancipadora de nosso povo. Existem condições para derrotar a política de dependência ao imperialismo norte-americano e anular as ameaças. A situação internacional é favorável às forças que lutam pela paz, pela emancipação nacional e pela democracia no Brasil.<sup>82</sup>

Estes pontos, o caráter nacional democrático da revolução brasileira, a luta patriótica como centro da ação comunista e o conseqüente combate ao imperialismo norte-americano em nome da paz (e da URSS), levam à caracterização da necessidade de uma via pacífica para a revolução brasileira<sup>83</sup>. Destaca-se a importância da relação com a burguesia nacional e em seu apoio, a defesa de uma pauta nacional e democrática e da categoria povo.<sup>84</sup>

A “revolução dentro da ordem” consistia no aprofundamento das contradições da sociedade em desenvolvimento e eram a essência da visão de etapas sucessivas do processo histórico. A conclusão de que o aprofundamento das relações capitalistas e o desenvolvimento industrial trariam à cena política novos atores estava no cerne da aposta da análise etapista. Segundo os militantes do partido, a ampliação das relações modernas

<sup>81</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, **Projeto de resolução do CC do PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do PCUS da URSS (20/10/56)** IN: CARONE, op. cit. pp. 147-148

<sup>82</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Declaração sobre a política do PCB** (março de 1958) IN: CARONE, Edgar, op. cit. pp. 183.

<sup>83</sup> Id. 191.

<sup>84</sup> Conforme pode-se observar nas obras de Alberto Passos Guimarães, nas resoluções e jornais do PCB.

de trabalho e a liquidação dos entraves ao seu desenvolvimento possibilitariam a construção de uma pauta política e econômica que colocaria a “burguesia nacional” em uma situação difícil e a forçaria a optar pelo investimento no desenvolvimento da Nação.

É fato que tal opinião também estava embasada em uma concepção de “nacionalismo popular” ao ponto de descaracterizar os interesses de classe burgueses em nome dos interesses coletivos da Nação. Influência do populismo político que marcou a cena latino-americana no período? Muito provavelmente. As peculiaridades do desenvolvimento latino-americano, na luta intraclasses burguesa (uma ligada ao campo, outra ligada à indústria) pela hegemonia econômica e política, põe as “massas populares”, o “povo” e “os interesses nacionais” na pauta cotidiana e de forma imprecisa, servindo aos interesses destas frações de classes, mas também, comprometendo-as com seus interesses específicos. Daí talvez derive o apelo à participação democrática e a “melhoria” econômica e social presente no processo populista.

As críticas que surgem questionam a linha de atuação política e o arcabouço conceitual do Partido Comunista:

No próprio processo de avanço da “revolução brasileira”, desde o final da década de 50, a até então incontestada hegemonia do marxismo pecebista começou a se defrontar com outras formulações. Os aspectos mais criticamente visados da teoria política pecebista foram a existência de um feudalismo brasileiro e a possibilidade de uma burguesia nacional com postura antiimperialista. Uma das fontes mais importantes de crítica veio compor uma concepção difusa que poderíamos chamar – lembrando Lênin – de “marxismo de cátedra”, até mesmo em função de seu ecletismo teórico e da forte convergência com a reflexão liberal-democrática marcada pelo evolucionismo. O “marxismo de cátedra”, ainda que com diversos matizes, se configura em torno de alguns avatares teóricos como a “teoria da dependência” e o “populismo (...)”. Essa diferenciação ideológica no seio da esquerda – incluindo a persistência do trotskismo e o surgimento de uma esquerda católica – não pode ser dissociado do próprio desenvolvimento capitalista no Brasil, mas deve também considerar o influxo da crise e reorganização do socialismo de Estado, dos eventos na China e Vietnã, da revolução argelina e muito particularmente da revolução cubana e seus desdobramentos.<sup>85</sup>

---

<sup>85</sup> DEL ROIO, op.cit. p. 95-96.

O “melhorismo”, o necessário desenvolvimento do capitalismo, a concretização de uma etapa democrático-burguesa foram postos em cheque pela revolução em Cuba. Contudo, será o Golpe Civil Militar de 1964 que provocaria em definitiva a revisão das teses pecebistas. No ponto 1.4 desta dissertação, esta questão será abordada apresentando as críticas formuladas na época e o debate realizado pela historiografia mais recente.

#### **2.4. Sobre tênues linhas: a crítica à política pecebista e a revisão do marxismo no Brasil**

O ano de 1964 é um marco na história política do Brasil. A conflagração de um golpe civil-militar e a derrubada de um governo legitimamente eleito deu início ao período mais obscuro de nossa história, de um esquecimento propositado e de uma falta de explicação constante ainda hoje. Esse obscurantismo que cerca os 20 anos de história que se seguiram até a reabertura política também resultou em um processo de balanço político entre as forças progressistas.

Se às teses desenvolvimentistas restaram o descrédito quanto à viabilidade de sua realização no Brasil, tanto pela caracterização da “incapacidade do povo” de se autogerir, quanto pela afirmação de um “novo milagre” econômico nos anos 1970, este processo esteve subsidiado por sua própria formação. A tese da relação entre desenvolvimento e industrialização e seu indissociável caráter democrático foi desmontada. O milagre econômico dos anos 1970 procurava demonstrar que uma “boa gestão econômica” não precisava ser democrática.

Talvez a própria pauta da democracia tenha sido aquilo que levou ao rápido naufrágio do desenvolvimentismo. Mesmo a Aliança para o Progresso defendendo melhorias econômicas para o povo, as reformas agrária e urbana, entre outras, não incentivava a mobilização massiva da população, tão pouco a via com bons olhos após o advento da revolução em Cuba. Aos olhos da

sociedade brasileira, mais do que conservadora, reacionária às mudanças, o tensionado cenário bipolar internacional assomado ao anticomunismo propalado - inclusive por setores das forças progressistas, como o PTB -, não deixou dúvidas do perigo eminente e da necessidade de apoio às forças golpistas.

Esta é uma apreciação em termos políticos do ocorrido. As relações e interesses econômicos que levaram ao apoio de amplos setores da sociedade brasileira ao Golpe de Estado devem ser consideradas como centrais. Segundo os golpistas, a política de prioridade aos “capitais nacionais” prejudicava muitos dos interesses de desenvolvimento de alguns setores produtivos. Da mesma forma, as possibilidades de uma política de limitação da remessa de lucros; de limitação alfandegária (imposição de barreiras), de aumento contínuo do valor da força de trabalho prejudicando a “rentabilidade” em termos de mais-valia absoluta, entraram em confronto com os interesses do capital. Desta forma muitos viram, estarecidos, a burguesia nacional diluir-se em burguesia<sup>86</sup>.

Enquanto ocorria a transmutação da burguesia nacional em burguesia in totem, o Partido Comunista sofria conseqüências mais brutais da derrota de suas teses. O Partido foi aniquilado, política e fisicamente. Com o golpe, as divergências que vinham sendo alimentadas em relação ao método e à análise do Partido e de seus intelectuais com relação ao processo histórico brasileiro e à revolução brasileira tornam-se balanço político<sup>87</sup>. O processo de balanço foi feito no sentido de desmontar a idéia de uma etapa nacional-democrática (burguesa) da revolução brasileira e de caracterizar que esta tomava um novo curso, da verdadeira revolução que o país devia aprofundar.

Entre as críticas dirigidas ao PCB e seus intelectuais, muitas foram debatidas nas páginas da Revista Civilização Brasileiras (RCB). Conforme

---

<sup>86</sup> Em palestra proferida por Plínio de Arruda Sampaio, realizada em 20 de outubro de 2009 em Porto Alegre no auditório da Faculdade de Economia da UFRGS, sob o título “Um projeto socialista para o Brasil”, o ex-deputado diz que, estarecido com o Golpe, ainda apostava na reação da burguesia nacional em defesa do patrimônio brasileiro. E afirma, em tom de brincadeira: “*Eu e o único burguês legitimamente nacional que este país teve, Fernando Gasparian, seguimos juntos para o exílio.*”

<sup>87</sup> Costuma-se chamar esse momento de balanço de “debate sobre o caráter da revolução brasileira”. Talvez seja mais acertado considerá-lo o debate das polêmicas acerca da revolução brasileira, já longamente caracterizada pelo Partido e por seus intelectuais, sendo retomado nos anos após o golpe o debate de seu caráter.

demonstra Michele Rossoni da Rosa<sup>88</sup>, entre os textos por ela estudados, muitas e distintas são as opiniões quanto à análise até então repercutida pelo Partido e seus intelectuais.

A noção de revolução brasileira predominante até então entre as esquerdas, que tomava a via reformista e pacífica como base na união de classes e formação de uma frente passou a ser questionada, e o processo histórico brasileiro foi retomado para constatar a impropriedade e inviabilidade do esquema. Um novo esforço de compreensão da realidade nacional foi levado a cabo pela *intelligentsia*, num tom mais austero e que buscava aprofundamento teórico em substituição à agitação do período Goulart.<sup>89</sup>

A denúncia do esquematismo esteve presente em diversos textos. O esquematismo consistiria não apenas na reprodução de um padrão de desenvolvimento histórico já acontecido nos países centrais (a necessidade do desenvolvimento das etapas históricas de forma sucessiva comunidade primitiva, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo e supostamente universais), mas também advinha da impossibilidade de construção de novas categorias de análise da realidade brasileira.

Realmente, na ausência de tal teoria [própria à realidade brasileira], e incapacitadas por isso de se conduzirem na complexidade dos fatos reais que não se ajustavam a seus esquemas teóricos sem correspondência com a realidade, as esquerdas brasileiras não podiam, como de fato não lograram, mobilizar efetivamente as verdadeiras forças revolucionárias. No que se refere ao proletariado, não foram além das reivindicações salariais imediatas que a precipitada inflação tornava fácil não apenas levantar, como conduzir a aparentes vitórias. Isso nas cidades, porque no campo, onde o assunto se apresentava muito mais complexo, a coisa era pior, pois as prédicas para uma massa trabalhadora rural fantasiada para a circunstância de campesinato de tipo europeu dos séculos XVII e XIX, e as imprecações contra o “feudalismo” não encontravam aí, nem podiam encontrar, nenhuma ressonância.<sup>90</sup>

Caio Prado Jr. foi um dos principais teóricos da esquerda brasileira na época. Em seu livro “A revolução brasileira” (1966), apresentava todas as

---

<sup>88</sup> ROSA, Op. cit, pp. 121-145.

<sup>89</sup> ROSA, Op. cit, pp. 105-106.

<sup>90</sup> PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. IN: EXPRESSÃO POPULAR (org.). **Clássicos sobre a Revolução Brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. pp. 46.

suas críticas à visão até então hegemônica dentro do marxismo brasileiro. A primeira diferenciação que pode ser percebida diz respeito à caracterização do Governo Jango. O PCB apoiava o governo, ainda que exercendo cobranças, e Caio Prado Jr o caracterizava da seguinte forma:

(...) Foi esse o espetáculo [de degenerescência oportunista e demagógica] que proporcionou ao país o convulsionado governo deposto em 1º de abril. Muitos na verdade quase toda a esquerda brasileira, interpretaram aquele período maldado como de Ascenso e avanço revolucionário. Mas de fato ele de nada mais serviu que para preparar o golpe de abril e o encastelamento no poder das mais retrógradas forças da reação. Isso porque deu a essas forças a justificativa que necessitavam – o alarma provocado pela desordem administrativa, implantada à sombra da inépcia governamental, aproveitada e explorada por agitação estéril sem nenhuma penetração no sentimento popular, e estimulada no mais das vezes por interesses subalternos e mesquinhas ambições pessoais. (...) Foi isso o governo de João Goulart e seu triste fim. E nele, e para sua infausta trajetória colaboraram as desorientadas esquerdas brasileiras sem outras perspectiva que esta de servirem, ou melhor, de se porem a serviço de ambições políticas que nada tinham nem podiam ter em comum com seus ideais e finalidades.<sup>91</sup>

O autor afirmava que o processo instaurado com o golpe era

(...) efeito e causa, ao mesmo tempo, da inconsistência política, da ineficiência, em todos os setores e escalões, da administração pública; dos desequilíbrios sociais, da crise econômica e financeira que, vinda de longa data e mal encoberta durante curto prazo – de um a dois decênios – por um crescimento material especulativo e caótico, começa agora a mostrar sua verdadeira face; da insuficiência e precariedade das próprias bases estruturais em que assenta a vida do país. “É isso que caracteriza o Brasil de nossos dias.” Somado a isso, o ceticismo da solução dos problemas dentro da “ordem” estabelecida.<sup>92</sup>

E também afirmava que o debate acerca da natureza da revolução era por si só redundante. Para ele, não havia como definir a priori o caráter da revolução o que implicaria em um questionamento ao esforço permanente do PCB e de seus intelectuais de caracterização da etapa revolucionária no Brasil. Para Caio Prado “(...) o conhecimento consiste em saber *o que se passa* e não

<sup>91</sup> PRADO JR.. Op. cit, pp. 44-45.

<sup>92</sup> Id, p. 26-27.



o que é.”<sup>93</sup> Em termos mais específicos, a crítica era embasada em que os comunistas permaneciam presos a preconceitos, incapacitados de reelaborarem suas teorias a partir da realidade brasileira, pois estavam presos a modelos pré-definidos, dogmatizados.<sup>94</sup>

Sobre a atuação do ISEB, Luciano Martins afirma que nele se exprimia a principal frente de formulação ideológica da burguesia industrial e que a política lá formulada era assegurada pelo Partido Comunista<sup>95</sup>. E aponta para os limites da teoria.

É que os esquemas conceituais que dispomos para entender o conjunto de situações e fenômenos que determinam a mudança social, tal como hoje se processa nas nações em vias de desenvolvimento, em geral se forjaram nos países já desenvolvidos ou à luz da experiência histórica e dos padrões culturais e ideológicos comuns a eles. Isso significa, quase sempre, que a aplicação de esquemas “clássicos” redundava num procedimento marcadamente mecanicista e, de outro, a formulação de novos esquemas, mais abertos à realidade complexa que enfrentamos, tende ainda a ser precária pelo fato de sermos subdesenvolvidos. Esta deficiência dos instrumentos de análise encontra uma ilustração eloqüente na própria *ambivalência da terminologia política* – a linguagem mesma da análise social – onde se verifica a tendência para substituir o refinamento conceitual pelo adjetivo. A *abundante adjetivação* que em geral acompanha termos estratégicos como “revolução”, “nacionalismo”, “democracia”, etc., à guisa de nomear as diferenciações aparecidas nos vários processos em marcha, não só tende a estabelecer uma confusão generalizada como faz com que muitas vezes escapem ao nosso crivo intelectual certos padrões novos que a realidade social vai formando.<sup>96</sup>

Estes mesmo limites são apontados por Del Roio ao tratar especificamente da análise da obra de Nelson Werneck Sodré.

É também inegável que o universo categorial utilizado por Nelson Werneck Sodré (como de resto era o caso do conjunto do marxismo brasileiro daquele momento) não foi suficiente para desenvolver algumas análises bastante promissoras presentes em vários de seus textos. É o caso da questão da construção de uma cultura nacional-popular como elemento essencial no processo da revolução brasileira tal como ele a pensava, até para que melhor se definissem os pontos

---

<sup>93</sup> Id, p. 31-32 (grifo no original).

<sup>94</sup> RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993. p. 39.

<sup>95</sup> Martins, apud ROSA, Op.cit., p.126

<sup>96</sup> Id, p. 123.

possíveis de ultrapassagem da própria revolução burguesa. Não conseguiu (ou não pode) melhor delinear a questão da hegemonia do processo revolucionário, até porque seus limites eram os limites do marxismo de seu tempo.<sup>97</sup>

Todavia, não é menos importante o reconhecimento dos limites teóricos dos marxistas que formularam as análises até os anos 1960. Se estes autores sofrem o limite de seu tempo, uma leitura *a posteriori* de suas obras e a exigência de uma complexidade impossível na época de seus escritos torna-se única e exclusivamente um balanço político de sua ação e não um balanço teórico de suas teses. A própria mudança da conjuntura auxilia no avanço da análise sobre os rumos e o caráter da revolução brasileira. Negar esta determinação é trabalhar no plano das idéias, negando a influência da materialidade na construção do pensamento dos sujeitos em seus tempos. Destes limites também derivam explicações não apenas acerca da terminologia utilizada, mas também se pode obter por sua análise as influências e inovações que caracterizam a leitura dos autores.

Outra crítica foi levantada por Florestan Fernandes que afirma ser um erro a leitura de que a Revolução de 1930 seria o marco da superação de um modelo de sociedade “arcaico” por uma sociedade moderna.<sup>98</sup> Em obra do início dos anos 1980, o autor retoma o balanço da ação da esquerda:

Em nome do “combate ao imperialismo” ou da “democratização interna” (ou ambas as coisas), devem as classes destituídas e oprimidas dar apoio direto aos “setores nacionalistas da burguesia”, batendo-se assim ao lado das “forças mais avançadas” das classes dominantes pelo *aprofundamento da revolução burguesa*? Tal debate não é novo no Brasil e ele empolgou a vida política brasileira através do chamado desenvolvimentismo. (...) Para mim, o ponto do debate central está numa escolha que não pode ser feita por socialistas de posição revolucionária e por comunistas: a revolução nacional ou revolução proletária? Ela não pode ser feita porque ambos estão intrinsecamente comprometidos com a revolução proletária.<sup>99</sup>

---

<sup>97</sup> DEL ROIO, Op. cit., p. 94

<sup>98</sup> ROSA, Michele. Op. cit., p. 129.

<sup>99</sup> FERNANDES. Op. cit., p. 111.

A retomada do debate por Florestan Fernandes demonstra que, mesmo no início dos anos 1980, com a reorganização da classe trabalhadora em seções sindicais e o surgimento do Partido dos Trabalhadores, o debate ainda não havia sido superado. Ou seja, o balanço político não consegue avançar na superação da elaboração até então desenvolvida.

Mesmo as “novas leituras”, críticas ao esquematismo do PCB não conseguiram abandonar o binômio “antifeudal” e anti-imperialista” da caracterização da revolução brasileira. Se a etapa caracterizada pelo PCB era a etapa nacional-democrática, para os “socialistas revolucionários” esta etapa já estava superada e a única saída possível à situação brasileira era a construção imediata de um revolução socialista. Era preciso combater a aliança entre imperialistas, latifundiários e burguesia nacional, representada no poder e garantida sua permanência no aparato do Estado pela força das armas da Ditadura Militar.<sup>100</sup>

Como se vê, não havia tanta distância entre os dois modelos de revolução; ambos colocavam o “imperialismo” e o “latifúndio” como fatores de estagnação da economia, como bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas (o mesmo vale para as diferentes teses intermediárias entre o modelo de revolução burguesa nacional e o de revolução socialista imediata, teses que propunham a criação de um “governo popular-revolucionário” para superar a “crise brasileira”). De certa forma, a visão dos “socialistas” era um passo quase natural do raciocínio dos “nacionais-democráticos”, acrescentando apenas que latifundiários e imperialistas, inibitórios do progresso social, estariam associados a uma burguesia deles dependente. Logo, para superar o entrave ao desenvolvimento das forças produtivas, cumpriria combater a própria burguesia, estando a revolução não mais na sua etapa democrático-burguesa, e sim socialista.<sup>101</sup>

Por fim, cabe ressaltar que a análise da obra de Nelson Werneck Sodré precisa ser compreendida dentro deste contexto acima apresentado, que leva em consideração desde os fatores da política externa, até os debates mais populares em pauta no país. O limite entre a sua análise e as suas aspirações políticas será um dos focos da leitura de sua obra. O principal objetivo deste trabalho é apresentar com mais detalhes a obra deste intelectual que, junto

---

<sup>100</sup> RIDENTI, Op. cit., 1993. pp. 33-34.

<sup>101</sup> Id, p. 35.

com muitos outros intelectuais como Caio Prado Jr, Florestan, Fernandes, Alberto Passos Guimarães e com instituições, como ISEB e PCB, buscaram construir uma interpretação e um projeto para o Brasil.<sup>102</sup>

## 2.5. Apontamentos ao debate

A partir dos pontos até aqui apresentados pode-se observar que há muitos entrecruzamentos entre a análise defendida pelo ISEB e pelo PCB. Os motivos destes pontos de contato podem ser identificados pela própria conjuntura política, marcada pela hegemonia populista e pelo desenvolvimentismo como princípio econômico. O peso destas duas vertentes complementares marcou a história latino-americana e a produção intelectual.

Nos anos 1980, Florestan Fernandes vai afirmar que

Certas 'transformações estruturais' (designadas separadamente como 'revoluções' pelos analistas: revolução agrária, revolução urbana, revolução democrática) indicam as aproximações (ou afastamentos e negações destas aproximações) com referência a potencialidades de expansão da ordem burguesa.<sup>103</sup>

Ainda segundo o autor, onde estas transformações estruturais não se realizam, há muito espaço para "revoluções dentro da ordem". Ou seja, estou me referindo àquelas mudanças profundas que a classe média e burguesia realizaram nos países de capitalismo avançado, mas impediram nos países subdesenvolvidos. As reformas, também conforme Fernandes ganham, frente ao potencial reacionário da classe dominante brasileira, uma aparência radicalizada e auxiliam na construção do reformismo pecebista e do

---

<sup>102</sup> Nos anos 1980 deu-se o último grande debate realizado sobre quais os caminhos para o desenrolar do processo revolucionário no país, com a constituição do Partido dos Trabalhadores (PT) e com o impulso da conjuntura que o cercava de reorganização dos movimentos sociais – sobretudo a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – e da rearticulação dos movimentos de trabalhadores urbanos – com a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

<sup>103</sup> FERNANDES, Op. cit., p. 58.

desenvolvimentismo capitalista como políticas hegemônicas e muito próximas na construção de um projeto nacional.

Outro fato que se configura é que a esquerda revolucionária, a que propõe a ruptura com a ordem é pouco ou nada influente no Brasil neste período dos anos 1950 e início dos anos 1960. Será a Revolução Cubana e os processos de instauração de regimes autoritários que trarão novamente à pauta cotidiana a idéia da tomada do poder pela via revolucionária. A revolução brasileira estava, por isso, no período imediatamente anterior à implantação do regime de segurança nacional, sob hegemonia da política de Frente Única e da defesa da paz e do desenvolvimento autônomo necessariamente dentro da ordem.

Não cabe aqui qualquer juízo de valor sobre a concepção defendida pelos comunistas do período, porém é necessário ressaltar dois aspectos relevantes a este trabalho: o primeiro deles, já esboçado nas páginas acima, diz respeito que mesmo a crítica mais contundente ao projeto “nacional-democrático” do PCB só foi construída após o processo golpista vivido no país. Isso pode apontar para a incapacidade de uma reação teórica e política frente à realidade ufanista do “desenvolvimento” no período anterior ao golpe.

O segundo ponto constata que mesmo as tentativas de superação da política pecebista e das análises dos intelectuais a ela ligados não superam o binômio imperialismo (anti-imperialismo) e latifúndio (antilatifúndio). Acredito que esta permanência aponta, primeiro, para a impossibilidade teórica de sua superação, e segundo e de forma determinante sobre o primeiro aspecto, que a superação deste binômio não é possível, pois não se trata apenas de uma questão de instrumentalização teórica; neste binômio estava a chave do debate sobre o processo revolucionário no Brasil e dos problemas que ainda persistem na sociedade brasileira.

Corroboram tal posição a permanência nos dias atuais da proliferação de movimentos camponeses de luta pela reforma agrária, do coronelismo ainda persistente nas regionais sertanejas; no alto índice de mortes ligadas a questão do uso da terra, das recorrentes denúncias sobre o trabalho escravo em grandes latifúndios e da preponderância do agronegócio na economia e na política brasileiras, sobretudo a dependência do mercado de *commodities*.

### 3. AS BASES DE UM PROJETO NACIONAL: A HISTÓRIA DE UM PAÍS

Este capítulo tem por objetivo apresentar ao leitor as linhas gerais da caracterização e da análise do processo histórico brasileiro feito por Nelson Werneck Sodré na obra *Formação Histórica do Brasil (FHB)*, publicada em primeira edição em 1958.<sup>104</sup> A fonte aqui escolhida constitui uma das três obras do que é chamada de a trilogia do autor e que, em conjunto, abarca elementos econômicos, políticos, culturais e históricos da sociedade brasileira essenciais à compreensão do tempo no qual o autor<sup>105</sup> produz a sua obra; momento sob o qual elabora o “seu” projeto nacional.

A obra é utilizada como base do capítulo por ser o texto mais completo em termos de fontes e de abrangência histórica, desde as caracterizações do processo europeu até a análise da Revolução Brasileira. Um longo estudo que, como Nelson Werneck Sodré salienta já no prefácio, é resultado do curso de mesmo nome ministrado no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) desde 1956. Os livros *História da Burguesia Brasileira* e *Introdução à Revolução Brasileira* são utilizados de forma complementar no capítulo.

Sendo assim, neste capítulo, para melhor analisar a obra, inicio por apresentar os traços que definem a concepção de história do autor, pois é a partir desta concepção que se pode compreender a função atribuída (ou que ele mesmo atribui) a sua obra. Utilizo também as periodizações do próprio autor: divido a Colônia em “área açucareira” e “área Vicentina” assim como “Independência” e “Império” são também divisões/datações presentes na obra de Werneck Sodré. A ação principal da análise que intento é organizar estas divisões a partir da categoria “trabalho”, essencial para a caracterização que o autor faz sobre a organização econômica, jurídica e política das sociedades brasileiras dos três primeiros séculos da colonização, bem como demonstrar as referências possíveis do autor e as críticas construídas acerca de sua obra.

---

<sup>104</sup> A edição aqui utilizada é de 1968, mas não sofre alterações em relação à primeira.

<sup>105</sup> Tempo presente aqui utilizado no sentido do momento histórico vivido pelo autor.

O capítulo procura apresentar a sistematização das principais idéias presentes na obra do próprio autor, buscando demonstrar como Nelson Werneck Sodré analisou a história do Brasil sob uma perspectiva nova, original e processual, procurando explicações no passado para os desafios do (seu) presente. A explicitação destas idéias é essencial para o entendimento da obra do autor sob os dois aspectos intrínsecos: a análise do passado e a análise do (seu) presente.

### 3.1. Modernidade e concepção de História

Um Brasil moderno. Este era o “bem-querer” dos intérpretes do Brasil, entre eles Nelson Werneck Sodré. Em sua maioria, viam um Brasil dividido entre o novo e o velho, o moderno e o arcaico, o urbano e o rural. Nas palavras de Virgílio Roma de Oliveira Filho

O tema da dualidade foi tratado por Sodré, nos moldes isebianos, como a polaridade entre o velho e o novo; mas a essa dualidade ele acoplava outro limite vindo da inserção subordinada do Brasil à economia internacional. Tais contradições expressavam-se pelo antagonismo entre as relações capitalistas novas, vindas do assalariamento, da urbanização e da constituição de um mercado interno, *versus*, pelo lado velho, a dependência dos empréstimos externos, das importações de manufaturas e a hegemonia de economia agroexportadora que dava lastro a essa dominação externa.<sup>106</sup>

É sob a perspectiva da disputa permanente pela superação das contradições da sociedade brasileira que busco analisar os principais conceitos da obra de Sodré. Dela organiza-se a lógica do texto do autor, de sua análise histórica que, a serviço da compreensão do (seu) presente, retrata o desenvolvimento do país sob a perspectiva de suas contradições inerentes e como estas contradições mantêm-se no tempo de seus escritos.

---

<sup>106</sup> OLIVEIRA FILHO, Virgílio Roma de. **A participação de Nelson Werneck Sodré no debate nacionalista da década de 1950**. IN: CABRAL; CUNHA, Op.cit. p. 251.

O antagonismo entre o moderno e o arcaico é chamado de dualismo estrutural da concepção histórica e está presente nas análises de diferentes intelectuais, influenciados pelas correntes hegemônicas da sociologia norte-americana dos anos 1940/1950 e se estende aos debates de caracterização da América Latina, conferindo característica ao pensamento latino-americano até pelo menos os anos 1970. Bernardo Ricupero afirma em sua obra de análise sobre Caio Prado Jr que esta mesma lógica dual é utilizada pelo autor por ele analisado. Porém utiliza Antonio Candido e o conceito de “senso dos contrastes e mesmo dos contrários”: “(...) Essa consciência dos contrastes, que está presente em praticamente todo pensamento latino-americano, aparece de forma particularmente candente na famosa fórmula do argentino Domingo Faustino Sarmiento: civilização ou barbárie.”<sup>107</sup>

Sodré, partindo desta visão, afirma que “O Brasil é ainda suficientemente colonial para que se denunciem, por toda a parte, em variados aspectos, a presença do passado, e do passado distante, num momento em que se processa a mais acelerada transformação de sua história”<sup>108</sup>. Ao idear futuros, apontava a superação do atraso como a meta coletiva, como a possibilidade de construção de uma Nação. Para atingir essa perspectiva de um novo futuro para a sociedade brasileira, Nelson Werneck Sodré afirma que a revisão da história do país está ligada e a serviço da tentativa de explicar o presente.

No prefácio de “Formação Histórica do Brasil” (1968) afirma que

[Este livro] Corresponde, evidentemente, à fase que estamos vivendo em nosso País. Não pode surpreender que uma fase de profundas alterações encontre reflexões em todos os domínios, e que demande, inclusive, uma revisão histórica. Tal revisão, que é menos ligada a acontecimentos e a figuras do que ao processo, apreciado segundo métodos novos de interpretação, não deriva de um interesse acadêmico, deriva da necessidade de conhecer os antecedentes que, em seu desenvolvimento, levaram o país a situação em que se encontra, vistos de um ângulo objetivo. Não é este, pois, um livro de mera especulação: deriva de uma posição política. “Não ter uma posição política justa, disse alguém, é como não

---

<sup>107</sup> RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2000. 176.

<sup>108</sup> SODRÉ, Op.cit., 1967a, p. 73.



ter alma.” Não a separo, pois, do trabalho que se vai ler; ela faz parte deste trabalho, parte intrínseca: é a sua alma.<sup>109</sup>

Neste trecho, o autor demonstra o profundo esforço de mudança que está sendo realizado no país, um esforço que não passa apenas por sua economia, mas, também, pela construção de seu próprio passado. A tensão entre o arcaico e o moderno está refletida na escrita da história, na construção da memória que o país tem de si próprio. Para NWS, o cerne desta mudança está em compreender o passado como processo, que tem resultados no presente e mantém reminiscências ativas econômica, política e culturalmente.

Pode-se afirmar, portanto, que a própria revisão histórica do autor está ligada à concepção de modernidade superando o arcaísmo. Na nota introdutória do tópico especial “História” do livro “O que se deve ler para conhecer o Brasil”, o autor faz um breve apanhado apontando que a construção do conhecimento histórico sempre esteve muito distante de uma explicação de processo e mais ligada ao extenso relato cronológico, sobretudo na Colônia. Há uma ainda confusa relação entre um viés literário e um viés erudito na historiografia, porém sinais de uma revisão de julgamento, mais que de método, já acompanham a nova produção do século XX, tendo como ponto principal deste novo aporte metodológico a constituição das faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e o ensino de História.<sup>110</sup>

A posição apresentada pelo autor também aponta para outra conclusão, reafirmada nos prefácios de suas obras, acerca do caráter inconcluso dos estudos históricos. Sodré afirma que suas obras são ou pioneiras, por abordarem o assunto pela primeira vez, ou parciais, pela amplitude do tema e dada à necessidade de aprofundamento dos conhecimentos sobre ele. O autor reconhece, neste sentido, a limitação analítica de sua produção:

Sou o primeiro a reconhecer que o texto deste trabalho pode e deve sofrer a mais ampla discussão, e que seu mérito está maior estará na medida em que despertar o interesse para

---

<sup>109</sup> SODRÉ,. Op.cit. 1968. p. IX. A mesma posição será reafirmada na “Advertência” de Introdução à Revolução Brasileira (1967a), utilizado neste trabalho.

<sup>110</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988. 7 ed., pp. 211-213.

essa discussão. Se, durante os cinco anos em que foi preparado, sofreu alterações, algumas importantes, e uma pelo menos essencial, é de supor que, daqui em diante, outras alterações surjam, como efeito de uma discussão mais ampla.<sup>111</sup>

A conjunção destas duas visões orienta para a necessidade do estudo permanente da realidade brasileira e sua compreensão dentro de um processo mais amplo. A própria noção de processo histórico em contraposição a historiografia tradicional, baseada nos grandes fatos e grandes homens, é parte integrante desta concepção de renovação.

A história é uma ciência social, seu objeto é o conhecimento do processo de transformação da sociedade ao longo do tempo. Da sociedade, não dos indivíduos: o fato isolado, o caso único, o episódio irrepetível, não são suscetíveis de tratamento científico, - não pertencem ao domínio da História.<sup>112</sup>

O autor afirma que as relações de produção estabelecidas em sociedade constituem os aspectos abordáveis pela história; aponta para a questão de que não há produção sem relação social, sem algum tipo de associação que determina o intercâmbio de atividades e apenas através destes vínculos é que se relacionam entre si e com a natureza para produzir<sup>113</sup>. O objeto da história, para o autor, são as relações sociais construídas coletivamente.

Prossegue afirmando que são estas relações sociais, subdividas sob três aspectos (a propriedade dos meios de produção, a situação social conseqüente desta que é a divisão em classes; e as formas de distribuição da produção, estabelecendo as relações entre produção e consumo), que organizam os regimes de produção. Os regimes de produção historicamente conhecidos são a comunidade primitiva, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo, sendo apenas este último não vivido pela sociedade brasileira.

---

<sup>111</sup> SODRÉ, Op.cit.1968, p. IX.

<sup>112</sup> Id, p. 3.

<sup>113</sup> Id, lb.

Até aqui o autor reproduz a tese das etapas do desenvolvimento e é por ela que se guiará como “padrão” teórico. Embora apresente na estruturação de seu trabalho de pesquisa a compreensão de que a história se desenvolve por etapas sucessivas, o autor afirma, com veemência, que estas etapas não são na realidade brasileira, essencialmente, semelhantes aos conceitos clássicos em sua caracterização.

Em outras palavras, a etapa feudal brasileira, por exemplo, era para NWS substancialmente diferente daquela vivida na Europa, pois estava determinada pela realidade concreta aqui encontrada. Não havia a ilusão de um feudalismo puro, mas sim de suas reminiscências culturais e jurídico-políticas, reafirmadas pelo isolamento das zonas nas quais se desenvolve em relação ao mercado mundial e aos investimentos de capitais em seu desenvolvimento.

E afirma, na introdução do livro *História da Burguesia Brasileira* (1967b) que

*Os conceitos são historicamente condicionados, isto é, eles têm também a sua história. Surgidos em fase anterior, em área diversa, mostram-se, em muitos casos, inadequados quando muda a área ou flui o tempo sobre a época em que surgiram. Mas, enquanto não aparecem conceitos novos, relativos ao mesmo fenômeno, é mister utilizar os antigos, suportes indispensáveis ao entendimento entre os homens, Nesse uso, entretanto, cabe o cuidado de distinguir as diferenças entre a fase que gerou o conceito e aquela em que ele é utilizado, entre a área em que surgiu como generalização teórica e a fase apreciada. Trata-se, no fim de contas, de passar do universal para o particular, e do particular para o universal, entendendo a íntima ligação entre um e outro e seu caráter dialético. [grifos meus].<sup>114</sup>*

Outro fator que precisa ser ressaltado e que faz parte do arcabouço teórico do autor para explicar a realidade é a convivência de diferentes níveis de desenvolvimento da sociedade brasileira. Para o autor estas diferenças entre as regiões e os níveis de “desenvolvimento” demonstram que no Brasil, apesar da presença de todos os regimes de produção, eles não surgem

---

<sup>114</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967b, p. 1

sucessivamente, frutos da desagregação um do outro. São resultados de especificidades locais, de população, de geografia, do tipo de colonização.<sup>115</sup>

Para a verificação de mais de um regime em vigência em uma mesma época histórica, Werneck Sodré utilizava a explicação derivada da formulação de “contemporaneidade do não-coetâneo”. O conceito, cunhado por Nelson Werneck Sodré, de “contemporaneidade do não-coetâneo” traz ao debate teórico a possibilidade da análise do contraditório. Trata-se do mesmo contraditório, já apontado na relação moderno *versus* arcaico, porém permeado pela relação dialética, através da qual no “velho” percebe-se a presença do “novo”.

O fim do trabalho escravo, por exemplo, se dá por um conjunto de contradições que já se desenham desde as primeiras décadas do século XIX e que se concretizam através de leis, reformas do estado, políticas públicas de incentivo à imigração e, sobretudo, mudança progressiva do principal produto agrícola do país: da cana ao café. É partindo destas pistas que o autor formula as teses sobre a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, ainda que não para o trabalho livre e assalariado<sup>116</sup>. Não se pode, por isso, considerar que Werneck Sodré utilize o contraditório da sociedade de modo estanque ou determinista.

Ele compreende a sociedade brasileira não apenas a partir de suas características hegemônicas, mas também a partir daquelas que conferem a ela as peculiaridades do seu desenvolvimento. Embora não dispense em sua análise o permanente antagonismo representado pela caracterização de dualidade estrutural da sociedade brasileira.

O estudo do processo histórico da sociedade brasileira, objeto deste livro, mostra não só a vigência aqui, da descoberta aos nossos dias, de cada uma daquelas formas, de cada um daqueles regimes de produção [comunidade primitiva, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo] salvo o último, sucessivamente, como a sua coexistência ao longo do tempo e ainda hoje, - é a contemporaneidade do não coetâneo, um dos traços específicos do caso brasileiro, mas não privativo desse caso. Coexistem, no Brasil, regimes de produção diferentes, de tal sorte que geram antagonismos por vezes profundos entre regiões do país. Quem percorre nosso território

---

<sup>115</sup> SODRÉ, Op.cit.1968, 57-94.

<sup>116</sup> Este tema será mais bem trabalhado no ponto seguinte deste capítulo.

do litoral para o interior, marcha, no tempo, do presente para o passado conhece, sucessivamente, formas capitalistas de produção e formas feudais ou semifeudais, e pode mesmo conhecer a comunidade primitiva onde os indígenas conservam o tipo de sociedade peculiar, o mesmo que os colonizadores encontraram no século XVI. O fato de que tais regimes já não estejam nitidamente caracterizados, o fato de que o escravismo, a rigor, esteja extinto, não invalidam tais contrastes.<sup>117</sup>

A constatação de que os regimes já não estavam “nitidamente caracterizados” sinaliza, mais uma vez, que o autor tem as categorias como referência de conceito e não como uma transferência linear à realidade. Havia, portanto, segundo N. W. Sodré, que reconstruir cada conceito a partir da realidade em que está inserido<sup>118</sup>. A pesquisa de cada um dos conceitos demandou do autor grande dedica o ao estudo e uma profunda revisão bibliográfica. Em “O que se deve ler para conhecer o Brasil”, a partir de sua segunda edi o, de 1960, são mais de 1600 livros de referência, entre fontes primárias e subsidiárias<sup>119</sup>.

A compreensão do sentido da revisão histórica na obra de Werneck Sodré s    completa se relacionada ao entendimento do movimento que o autor pretende desvendar por sua análise: a permanente tensão entre moderno e arcaico que dirige o processo histórico brasileiro. Esta contradi o, inerente ao desenvolvimento histórico,  , de forma generalizante, a expressão de sua visão dialética do processo, através da qual reafirma que   a realidade em si, com sua variedade de determinantes, hora internos, hora externos, que dita o tempo e o compasso das transforma es aqui vividas; originais, porém não isoladas do desenvolvimento mundial.   sobre este tema que se constitui a análise da história da Colônia   República, como passo a demonstrar.

---

<sup>117</sup> SODRÉ, Op.cit., 1968, p.4

<sup>118</sup> Como afirma Marcos Del Roio: “  também inegável que o universo categorial utilizado por Nelson Werneck Sodré (como de resto era o caso do conjunto do marxismo brasileiro daquele momento) não foi suficiente para desenvolver algumas análises bastante promissoras presentes em vários de seus textos.   o caso da questão da constru o de uma cultura nacional-popular como elemento essencial no processo da revolu o brasileira tal como ele a pensava, até para que melhor se definissem os pontos possíveis de ultrapassagem da própria revolu o burguesa. Não conseguiu (ou não pode) melhor delinear a questão da hegemonia do processo revolucionário, até porque seus limites eram os limites do marxismo de seu tempo”. (DEL ROIO, Op.cit.)

<sup>119</sup> SODRÉ, Op.cit., 1988a.

### 3.2. Colônia e capital mercantil

Segundo nosso autor, era necessário inserir o Brasil no contexto mundial para compreendê-lo dentro do processo mais amplo. Nelson Werneck Sodré busca em suas obras realizar uma análise do desenvolvimento europeu para, junto dele, incluir o desenvolvimento brasileiro. Esta postura demonstra nas três obras aqui analisadas uma concepção do processo vivido pelo Brasil: ele está relacionado ao processo de desenvolvimento europeu.

A forma de inserção no processo mundial é uma das principais polêmicas da historiografia marxista até os anos 1960: seria o Brasil um país capitalista desde seus primórdios? Ou sua sociedade colonial era a reprodução da sociedade feudal européia?, Estando, neste último caso, o Brasil “atrasado” em relação ao desenvolvimento do capitalismo? A historiografia que se dedica ao estudo dos marxistas brasileiros costuma enquadrar a obra de Nelson Werneck Sodré na segunda hipótese (MADUREIRA, 2006), embora uma leitura minimamente atenta de sua obra possa esclarecer que a resposta não é assim tão simples, quando não lhe é negada mesmo a legitimidade de figurar entre os “autores marxistas brasileiros”.

Para Sodré, o primeiro problema na análise da inclusão do Brasil no processo mundial está na confusão entre capital comercial e o capital como funciona no modo capitalista de produção que

(...) induziu alguns intérpretes da história brasileira à conclusão de que a empresa da colonização teria assumido, aqui, traços capitalistas, uma espécie de capitalismo diferente das normas clássicas, o capitalismo colonial. Carece de fundamento tal conclusão. Não havia capitalismo na metrópole; não havia capitalismo na colônia. Nem poderia haver, por inexistirem as condições para isso. Na Europa mesmo, tais condições começavam apenas a surgir. O fato de serem feudais as relações predominantes em Portugal, de outro lado, levou outros intérpretes à conclusão de que teria sido feudal o sistema de produção aqui instalado. Esta discussão também carece de fundamento, embora seja indiscutível que a legislação inicial, que presidiu o lançamento da colonização – referente às donatárias, em particular – tenha se revestido de caráter feudal. Oriunda de uma sociedade feudal, como a portuguesa, traduziria, naturalmente, a ética e o direito feudais.

Aplicada, mudou de sentido, por imposição da realidade, porém. E a criação mais caracterizadamente feudal, a das donatárias, teria uma existência muito curta, desvendando a essência do sistema aqui instalado <sup>120</sup>.

No trecho acima citado, Werneck Sodré deixa claro que em sua análise parte da lógica de “determinação em última instância”. Sem negar as mudanças que estão em processo na Europa o autor chama a atenção para o fato de que o próprio capitalismo não está plenamente desenvolvido na Europa, o que, por sua vez, era capaz de motivar a economia brasileira como uma forma de organização econômica auxiliar ao desenvolvimento do capitalismo central, ainda que sob a forma escravista. Seguindo a mesma lógica de “determinação em última instância”, NWS vai afirmar que tampouco o feudalismo foi transplantado para o Brasil, pois não havia condições materiais para sua reprodução pura e simples.

Esta afirmação desconstrói parte importante das críticas destinadas ao autor nos balanços historiográficos dos anos pós-golpe no Brasil e que lhe negaram o “título” de intelectual marxista, relegando-o ao ostracismo e ao rótulo de “etapista” <sup>121</sup>. Conforme Werneck Sodré, com a leitura mais aprofundada dos principais autores da história do Brasil, percebe-se que é a partir da análise das leis que organizam a distribuição da terra na Colônia<sup>122</sup>, surgem as diferentes interpretações sobre o regime implementado no país, no espaço de tempo periodizado por ele como século I (da colonização).

O autor analisa as correntes autorais desde Francisco Varnhagen até Celso Furtado, e afirma que a defesa da existência do feudalismo no Brasil é feita apenas pelos autores que estudam a lei como sendo ela a realidade, sem levar em conta a situação concreta de sua aplicação<sup>123</sup>. Ainda conforme o autor, a mudança da análise sobre o regime só é possível “(...) a partir do momento em que os historiadores começam a se preocupar com os fatos

---

<sup>120</sup> SODRÉ, Op.cit.1967b p.17

<sup>121</sup> Ver ponto 1.4, capítulo 1, desta dissertação.

<sup>122</sup> Carta de Doação e Regimento de Tomé de Sousa

<sup>123</sup> SODRÉ, Op.cit., 1968, p. 80-81.

econômicos, [donde] surgem novas opiniões. É que a atenção se transfere, desde então, da letra dos documentos para os traços da realidade.”<sup>124</sup>

Ao definir esta diferença metodológica e de fontes entre os intérpretes da história do Brasil, Werneck Sodré salienta dois aspectos importantes de seu trabalho: a atenta e extensa preocupação com as fontes e a demarcação permanente do método subjacente à concepção de história como processo de múltiplas determinações. Além disso, demonstra uma preocupação historiográfica, mapeando a literatura e a discussão com os autores da época. Essa posição resulta na construção de sua opinião sobre o tema da seguinte forma:

Não é difícil concluir que tal legislação trazia evidentes marcas feudais. Nem poderia ser por outra maneira, uma vez que a classe dominante em Portugal, na época, era a dos senhores feudais. Não há coincidência, também, no fato de que surgem novos pontos de vista quando os estudiosos tomam em consideração os fatos e não as leis, regulamentos e cartas régias. A legislação foi uma coisa; a realidade foi outra coisa. Do exame da realidade – como a colonização aconteceu, e não como foi planejada, - é que derivam as teses novas, de regime capitalista ou de regime escravista, declinando a de regime feudal. Os que apóiam a tese da existência de características capitalistas na empresa da colonização foram levados a isso, certamente, pela confusão que reinou por longo tempo entre as noções de capital comercial, característica da fase mercantil, e capitalismo. Hoje, parece claro que, embora tenha contribuído para a transformação de que resultou o aparecimento do modo capitalista de produção, o capital comercial, como se apresentava na época da expansão ultramarina, estava longe de aparentar-se e mais ainda caracterizar o referido modo de produção. Como estava longe de apresentar-se aquilo que, no modo de produção capitalista, tem o mesmo nome de capital comercial. *Assim, a conclusão a que leva o exame da realidade é que o Brasil iniciou a sua existência colonial sob o modo escravista de produção* [grifo meu].<sup>125</sup>

A recorrente citação da preponderância da “realidade constituída” sobre a “lei instituída” denota a filiação materialista da orientação de sua análise. Esse apego ao que “existiu concretamente” leva o autor a definir como elemento principal da caracterização colonial do Brasil o trabalho e as relações sociais de produção. A pouca importância dada à posse da terra (também

---

<sup>124</sup> SODRÉ, Op.cit., 1968, p.81

<sup>125</sup> Id, p. 81-82



devido à abundância) justifica-se porque, para Nelson Werneck Sodré, é o trabalho o problema fundamental; é o estatuto de organização do trabalho que garante o sucesso da empresa colonial.

Segundo o autor, a forma de organização social encontrada no Brasil em sua “descoberta” é de uma comunidade primitiva que, quando produz o faz apenas para a subsistência, não tendo nem excedente, nem mercado. Não há a compreensão da parte do indígena sobre a forma de produção voltada ao excedente comercial que o colonizador tenta construir. Isso porque as relações sociais de produção da sociedade primitiva aqui encontrada ainda não haviam se deteriorado.

Assiste-se, assim, o colonizador, originário de uma área em que domina o modo feudal de produção, *regredir* ao modo escravista, por imposição da finalidade mesma da produção colonial. Verifica-se, claramente, que a exploração colonial e o trabalho escravo são sinônimos, são peças inseparáveis do mesmo processo. Nesse processo, a propriedade da terra não tem, de início, nenhuma função apreciável. Ela não condiciona ou determina. O processo é independente dela. A criação de um sistema produtor importa, no caso brasileiro, na transplantação dos elementos humanos.<sup>126</sup>

A regressão mencionada por Werneck Sodré no trecho acima está baseada no princípio de que o processo histórico é composto por fases sucessivas e de maior complexidade em relação à anterior, conforme as formações sociais já conhecidas ou generalizadas pela teoria (da comunidade primitiva ao comunismo). Sendo assim, regressão significa o desenvolvimento não “lógico” deste processo, em nível ascendente de complexidade, mas a constituição de formas menos complexas de organização social da produção<sup>127</sup>. Há um sentido negativo no processo, mas permanece a convicção de que ele ocorre por determinações concretas da realidade aqui encontrada e com caracteres específicos, determinados pelo conjunto do processo mercantil em desenvolvimento.

---

<sup>126</sup> SODRÉ, Op.cit., 1968, p. 70. [grifo meu]

<sup>127</sup> “O aparecimento do trabalho escravo no início da Idade Moderna não tem sido apreciado em seus devidos termos, com a análise dos motivos que exigiram o restabelecimento de uma forma de exploração humana que aprecia relegada ao passado. Os esforços para admitir, por outro lado, aquele aparecimento como reprodução exata do que ocorrera na antiguidade vêm resultando infrutífero e conduzindo a conclusões errôneas.”SODRÉ, N.W. Op. cit., 1988, p. 74.

Como parte da caracterização da regressão ao regime escravista no Brasil (fase anterior ao feudalismo na sucessão histórica), o autor vincula o fato da necessidade de suprir com a produção brasileira uma demanda do mercado mundial. Neste sentido, a determinação externa sobre o Brasil recai na forma de organização da sociedade e do trabalho nela presente. E aponta como particularidades

- A produção escravista não se destinava ao mercado interno (não havia mercado interno), mas ao mercado externo (distante e de características diferentes);
- O regime escravista é estabelecido quando a produção de mercadorias e sua troca já haviam atingido, em âmbito mundial, uma etapa superior, e vai servir ao desenvolvimento dela;
- A produção escravista é estabelecida em grandes áreas, no regime de grande propriedade, e vai ser a mola propulsora desse regime.<sup>128</sup>

A mão de obra escrava é, portanto, indissociável, nas áreas coloniais modernas, da grande propriedade e será sua “mola propulsora”<sup>129</sup>, num regime de circulação de mercadorias em âmbito mundial, e o ajudará a se desenvolver e consolidar. Segundo Werneck Sodré, o trabalho escravo utilizado no Brasil também cumpre papel determinante na conjuntura externa. É sua manutenção como fonte produtora nas colônias que amplia a capacidade de acumulação de capitais nos países centrais como Inglaterra.

O tráfico é, assim, um complemento da expansão manufatureira européia: ela se fará tanto mais rápida quanto mais as áreas produtoras coloniais repousarem no escravismo. O alvorecer do capitalismo, assim, exige a manutenção das áreas coloniais escravistas. O desenvolvimento capitalista posterior exigirá a suspensão do tráfico negreiro e do trabalho escravo.<sup>130</sup>

Sendo assim, a lógica imposta à produção colonial é vinculada às necessidades de acumulação dos países centrais, complementando a fase de transição existente na Europa e potencializando o desenvolvimento de uma nova organização sócio-econômica. Contudo, é impossível tratar-se de um “capitalismo colonial”, pois o capitalismo como sistema produtivo, econômico e

<sup>128</sup> SODRÉ, Op.cit, 1968, p. 76.

<sup>129</sup> Idem, ibdem, e 1967b, p.21

<sup>130</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967b, p. 21. Na nota, referencia Marx em O capital.

jurídico, ainda não consistia em forma predominante das sociedades continentais.<sup>131</sup> A conclusão a qual o autor chega é que

Em conseqüência dessas diferenças e dessas particularidades, o regime escravista de trabalho, extemporâneo no desenvolvimento histórico, configura, aqui, a produção em redoma:

- fechada por dentro, - porque não há mercado interno;
- fechada por fora – porque submetida, na esfera de circulação, ao monopólio comercial imposto pela Metrópole.<sup>132</sup>

Esta caracterização do trabalho leva o autor a outras problemáticas, como a baixa produtividade. Com a caracterização da baixa produção, o próprio mercado de escravos foi um dos motores da economia, porque

A fase histórica dos descobrimentos e expansão ultramarina é a mesma em que se opera o desenvolvimento das manufaturas. O que existe, nessa fase, é capital comercial. É esse capital comercial que empresa as descobertas, como busca de novas fontes de mercadorias. Os navegadores buscam áreas produtoras conhecidas ou novas para nelas comprar mercadorias. Não as buscam para produzir. O capital comercial não se interessa pela produção, pelo modo com aparecem as mercadorias. Quando, por roteiros oceânicos, alcançam aquelas áreas, tudo tende a operar-se em moldes tradicionais.<sup>133</sup>

A aceitação da baixa produtividade no uso da mão de obra escrava está ligada, segundo o autor, ao próprio caráter colonial da economia. O caráter colonial é definido no sentido de que a área de produção em questão não é a área principal da produção, mas constitui uma área “complementar, subsidiária, fornecedora daquilo que as áreas adiantadas consumidoras não podiam produzir ou não se interessavam em produzir.”, em um espaço geográfico onde o valor da terra era um investimento nulo, pois era vasta e de nenhum valor de mercado e a produção se dava por um gênero monopolizado, “imune a concorrência”<sup>134</sup>.

---

<sup>131</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967b p. 23.

<sup>132</sup> SODRÉ, Op.cit, 1968, p. 76

<sup>133</sup> Idem, p. 84.

<sup>134</sup> Idem, p.77.

É interessante observar que Sodré aponta para a contradição da própria sociedade portuguesa do período. Nela não há ainda uma “mentalidade” capitalista e sim comercial. A acumulação primitiva será o desdobramento desta fase expansionista e sua consolidação como necessidade à lógica produtiva se desenhará nos séculos seguintes.

A área colonial, não obstante, não fora tratada da mesma forma em todos os seus setores de ocupação. As zonas litorâneas mais o nordeste do Brasil, devido a sua maior proximidade com as rotas que ligam África e Portugal receberam maior injeção de capitais e tornaram-se, também por influência da geografia e do clima, áreas mais propícias ao desenvolvimento da grande lavoura de cana e do processamento de açúcar. As áreas mais ao sul viveram processos diferenciados e apresentam a comprovação da tese de “contemporâneo não-coetâneo”, sustentada pelo autor, da qual passamos à análise.

### **3.3. Área Vicentina e feudalismo**

A importância dada ao capital comercial como determinante na organização da sociedade colonial pode ser observada em Nelson Werneck Sodré pela contraposição que o autor faz entre a área de altos investimentos do capital comercial, voltadas à monocultura de açúcar e engenhos, e a área que chama de “Vicentina”, ou a região da capitania de São Vicente.

Durante todo o século I, o núcleo humano que se constituiu em São Vicente permaneceu praticamente esquecido. (...) A situação de subalternidade prolongada desses núcleos nos mostra o que teria sido a colonização, no seu conjunto, se em uma de suas áreas não tivesse intervido o capital comercial. (...) O simples fato de não existir ali produção organizada finalisticamente para a exportação, com destino ao mercado europeu, caracteriza a diferença face à zona nordestina.<sup>135</sup>

---

<sup>135</sup> SODRÉ, Op.cit, 1968, p. 109.

Nesta área Vicentina, por situação forçosa do meio, se constituíram colônias de povoamento e suas dimensões são proporcionais aos interesses da Metrópole neste tipo de empresa: pequenos núcleos, isolados, pouco povoados e “abandonados a sua sorte”<sup>136</sup>. A subida da serra se fez por segurança e o primeiro processo de sertanização é feito pelos missionários católicos. O autor afirma que não há uma “consciência metropolitana”, ou seja, uma orientação política na ação de sertanização, pelo contrário, ela é realizada por necessidade econômica decorrente do próprio abandono da Metrópole.

Isolada do mar, que era caminho natural, a cidade, mal arrumado ajuntamento de casas paupérrimas, atravessou longa fase vegetativa, fechada em si mesma. (...) A comunidade criou sua vida, entretanto, no tipo de colônia de povoamento, condicionada pela solidão em que se abrigou e defendeu. Nela aprechem, assim, usos e costumes, normas que repetem, no planalto, a existência comum das aldeias portuguesas, e até o esforço de cultivar as mesmas plantas (...). Repetindo, ainda, os preconceitos, conservados em estado de pureza, e inclusive os de classe, com os quais e misturaram os de raça.<sup>137</sup>

É importante observar que Werneck Sodré traz à análise o elemento da permanência cultural nas posturas, valores e leis reproduzidos em território colonial. Com base na caracterização desta zona, demonstra que homens e mulheres de seu tempo tendem a reproduzir aquilo que têm por valores e verdades. O mesmo aconteceu com as leis; contudo, contra estas, a realidade se impôs e as tornou ou parciais ou inválidas.

Quanto à mão-de-obra utilizada nesta sociedade tão diferenciada daquela organizada no nordeste brasileiro, ela estava baseada no trabalho pessoal dos que se apropriaram da terra. O uso do trabalho escravo foi limitado tanto porque a oferta de africanos supria apenas a zona açucareira, quanto porque os missionários proibiam o apresamento dos indígenas. Na região Vicentina, até a chegada da época do desenvolvimento da mineração, a imposição missionária do não apresamento do indígena gerou conflitos entre estes e os colonizadores leigos. O que o autor visa demonstrar é que não é a

---

<sup>136</sup> SODRÉ, Op.cit, 1968, p111.

<sup>137</sup> Id, p. 118.

escravidão em si o problema com o missionário; é quem se utiliza deste trabalho.

Deve ser lembrado o aspecto de que o choque entre o particular e o missionário não surgiu na área açucareira, aquela em que o capital comercial operou sua intervenção. Nela o fardo do trabalho cabia ao escravo africano e com isto estavam de pleno acordo missionários e senhores. O choque ocorreu nas áreas em que tal fardo deve ser atirado aos índios. (...) No terreno concreto, trata-se de uma disputa de mão de obra levada às últimas conseqüências. O colonizador, como particular, não se opõe à catequese; opõe-se à utilização do índio como mão de obra pelo missionário e à ação deste subtraindo o índio do trabalho leigo.<sup>138</sup>

Conforme afirma o autor, não há que se duvidar de que os primeiros portugueses fossem bons cristãos. Todavia, a disputa que estava dada era sob quais condições se desenvolveria a sobrevivência e a produção numa região já isolada do resto do mundo em transformação.

Como resumo às diferenças entre ambas as regiões de colonização lusitana, o autor ressalta que à área nordestina foram reservados os investimentos conforme o interesse do capital mercantil, baseados no trabalho escravo e na grande propriedade e que “esses traços encontram reflexos importantes nos acontecimentos: no crescimento demográfico, na expansão territorial, na dizimação indígena, na associação ao elemento religioso, assimilado pelo meio.”<sup>139</sup> Já na zona vicentina ocorre o inverso:

(...) à proporção que decorre o tempo, se destacam outros traços, definindo fisionomia completamente diversa: dissociação de interesses com a Metrópole, regime de escravidão doméstica indígena e de pequena propriedade, liberdade de comércio, conflito com elemento religioso, traços cujos reflexos, nos acontecimentos revelam: crescimento demográfico vegetativo, nucleamento da população, coexistência com o indígena, luta contra o catequista depois.<sup>140</sup>

Este isolamento geográfico e conseqüentemente econômico é o que sustenta a tese do autor de que na área vicentina há uma reprodução da sociedade feudal estabelecida na Europa.

<sup>138</sup> SODRÉ, Op.cit, 1968, p. 113-114.

<sup>139</sup> Id., p110.

<sup>140</sup> Id, lb

Uma mudança fundamental na organização da Colônia se dá com o surto mineiro. Nele há uma profunda ampliação demográfica (cerca de 10 vezes), um impulso da imigração lusitana para a colônia, a criação de um mercado interno regular, de serviços básicos e de um conhecimento do sertão brasileiro. Responde a isso uma ampliação da estrutura e da presença do Estado, com Alfândegas, Tesouro, Tribunais e aparato Militar <sup>141</sup>. Além disso,

O próprio regime de trabalho sofre alteração porque a mineração tem características diversas da agricultura: permite, muitas vezes, o trabalho longe do proprietário, o trabalho por tarefa e até o trabalho por conta própria, com uma contribuição ao senhor. Abrem-se perspectivas à alforria e há uma sensível ascensão espiritual do escravo, inclusive aparecendo, aqui e ali, o impulso à rebeldia. Cria-se, a certa altura, uma relação entre o escravo e o imposto, com a capacitação. Embora durando pouco, a capacitação deixou reflexos no conjunto da situação do trabalho escravo. A mineração, por muitos títulos, representa o primeiro abalo sério e profundo no trabalho escravo. Ele não terá condições para recuperar-se desse abalo. As relações que ocorrerão com o declínio aurífero, não corresponderão a um retorno ao passado. Caracterizarão, ao contrário, a passagem para o quadro feudal, que se generaliza no interior da Colônia, depois do país. <sup>142</sup>

O abalo na “sociedade do ouro” se dá pela “regressão” do processo histórico e o reaparecimento traços feudais. Dentre as características de uma sociedade feudal, Werneck Sodré enumera a ausência do Estado e a existência do poder do senhor como autoridade máxima, sendo este senhor reconhecido pela força e pelo uso de um exército particular; a ausência de uma estrutura jurídica e política; as relações aonde o trabalhador é livre, mas dependente da associação ao senhor para produzir, como sua autorização

---

<sup>141</sup> SODRÉ, Op.cit, 1968, p. 139.

<sup>142</sup> Id., p. 137. Cabe aqui a reprodução da nota de número 33 de Werneck Sodré sobre este tema. O autor cita Celso Furtado em Formação Econômica do Brasil para referenciar sua análise. A nota diz: “Não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividade econômica – à exceção de alguma agricultura de subsistência – era natural que, com o declínio da produção de ouro, viesse uma rápida e geral decadência. Na medida em que se reduzia a produção, as maiores empresas se iam descapitalizando e desagregando. A reposição da mão de obra escrava já não se podia fazer, e muitos empresários de lavras, com o tempo, se foram reduzindo a simples faiscadores. Dessa forma, a decadência se processava através de uma lenta diminuição do capital aplicado no setor mineratório. A ilusão de que uma nova descoberta poderia vir a qualquer momento, induzia o empresário a persistir na lenta destruição do seu ativo, antes que transferir algum saldo liquidável para outra atividade econômica. Todo o sistema se ia assim atrofiando, perdendo vitalidade para finalmente desagregar-se numa economia de subsistência.”

para utilizar a terra. Ele buscava observar estas características na sociedade colonial.

Some-se a isso, culturalmente, a ojeriza ao trabalho manual, que marcará a história do Brasil e a formação de sua classe trabalhadora. Por ela, o mais rebaixado nível de prestígio será dedicado ao trabalho e ao trabalhador. Segundo o autor, resquício de uma mentalidade feudal, transferida e mantida na sociedade pré-capitalista brasileira, associada a questões de raça e de prestígio pessoal.<sup>143</sup>

Por feudalismo o autor compreende as formas de organização da produção e do trabalho nas áreas onde não há a produção açucareira ou a mineira nos dois primeiros séculos da colonização. Não são, por isso, as relações iniciais de “reminiscência feudal” de aspecto cultural predominante que caracterizam o feudalismo brasileiro e sim sua aparição posterior. É o processo pelo qual passa a economia das regiões açucareira e mineira na fase de seu declínio, produzindo relações sociais de produção aonde se misturam o trabalho livre e o trabalho escravo, mas não há, de forma substancial e expressiva, trabalho assalariado.

Parte desta velha-nova-sociedade está permeada pela sertanização: pela expansão da pecuária no Nordeste e no Sul e das relações extrativistas na região amazônica. E como afirma Moraes, o feudalismo de Werneck Sodré é “caracterizado menos pelo monopólio da terra do que pelos laços de dependência pessoal e pela menor dependência em relação ao comércio internacional, quanto o que se configurou nas plantações coloniais após a abolição e a escravidão.”

Esta “regressão ao feudalismo” quando o contexto mundial caminhava ao capitalismo foi a forma que o autor encontrou para caracterizar as novas relações sociais surgidas com o declínio escravidão, a política de imigração e a sertanização do país. Em sua perspectiva, o avultamento de relações de trabalho livre, porém não-assalariado, sobretudo em regiões onde o Estado não conseguia estabelecer-se, ficando à mercê de mandantes regionais (que podemos inferir, serão os coronéis do período republicano).

---

<sup>143</sup> SODRÉ, Op.cit. 1967b, pp. 25-35.



A conclusão a que chega Quartim de Moraes é que a utilização da caracterização de sociedade feudal utilizada Nelson Werneck Sodré está relacionada com a tentativa de explicar as relações pré-capitalistas estabelecidas na transição ao trabalho livre<sup>144</sup>, tratada em outros momentos com outros nomes, como “brecha camponesa”, por exemplo.<sup>145</sup>

Como demonstra Bernardo Ricupero, mesmo Caio Prado Jr., em suas obras, aceita a explicação feudal sobre a sociedade brasileira do período pré-republicano.

A formação econômico-social brasileira é aparentemente até mais complexa do que outras, devido a esse convívio complicado entre formas econômicas tão díspares, como o pioneirismo, que aparece em certas regiões recém-exploradas do país, o escravismo, até mesmo o feudalismo e o dominante capitalismo.

[E Ricupero salienta na nota 42] De maneira geral, Caio Prado Jr. considera que são certas características mais formais que fazem com que se acredite que algumas relações presentes no campo brasileiro sejam feudais. Mas em *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira* reconhece que “encontramos (...) situações que ‘oficialmente’ se ignoram e que nos transportam para um passado feudal.”<sup>146</sup>

Retomo assim a tese de Marcos Del Roio anteriormente apresentada: há que se considerar o limite do marxismo de Werneck Sodré, de seus conceitos e de suas análises como o limite do marxismo de seu tempo. Os limites do marxismo do autor são apontados pelo próprio Werneck Sodré: uma gama restrita de categorias de análise, a ainda pequena divulgação de alguns dos principais textos marxistas, como a Ideologia Alemã.<sup>147</sup>

---

<sup>144</sup> MORAES, op.cit, 2000.

<sup>145</sup> A “brecha camponesa” é, de forma geral, o espaço para a produção agrícola relativamente autônoma existente sob o regime escravista. Sua formulação é derivada do debate dos anos 1970 e 1980, iniciado por Jacob Gorender com “O escravismo colonial” (1978, edição mais facilmente encontrada é da Editora Ática, 1992) e continuada sob as polêmicas referentes ao peso da produção exógena versus a produção endógena no período colonial. Ciro Flamarion Cardoso (*Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979) será um dos polemizadores, não divergindo, mas reafirmando a lógica da brecha camponesa, dando maior significância a sua influência na constituição de um mercado interno colonial.

<sup>146</sup> RICUPERO, B. Op.cit, p. 174.

<sup>147</sup> MARX, Karl. A ideologia alemã : crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 658 p

### 3.4. Monopólio Comercial e autonomia

O processo de desenvolvimento do capitalismo nos países europeus, como já afirmado antes, é acelerado pela acumulação de capitais oriundos das colônias e do processo de expansão ultramarina, principalmente ibéricos. A Inglaterra, grande beneficiária do processo, dominou os mares e muitas das relações comerciais essenciais ao sustento da produção colonial, entre elas, o tráfico de escravos.

O ouro saído das Américas acelerou ainda mais a acumulação de capitais na Europa. O grande montante de ouro disponível também ampliou em muito a circulação de capital-dinheiro ajudando a generalizar as relações assalariadas. Com relação ao Brasil, sua participação neste processo é definida por Werneck Sodré com relação direta ao entendimento de Marx sobre esse processo:

Um dos mais profundos efeitos do afluxo do ouro português foi o impulso que deu à transformação do trabalho, que passava a ser assalariado, nas zonas em que o mercantilismo completava seu ciclo e surgia o capitalismo. O modo de produção capitalista, baseado no trabalho assalariado, ampliava-se, realmente, com a generalização do pagamento daquele salário em dinheiro e a transformação das prestações em dinheiro. Essa transformação não poderia atingir sua amplitude máxima e sua máxima profundidade se não houvesse massa de dinheiro suficiente para a circulação e para a constituição de fundos de reserva. É o afluxo do ouro que permite a existência dessa massa de dinheiro.<sup>148</sup>

---

<sup>148</sup> SODRÉ, Op.cit, 1968, p. 141. Como referência a sua afirmação, o autor utiliza uma citação de O Capital, de Karl Marx: “O modo de produção capitalista baseado no salário, o pagamento desse salário em dinheiro e, em geral, a transformação das prestações em espécie em prestações em dinheiro, não se pode desenvolver em toda a sua amplitude e toda a sua profundidade requeridas se não existe no país uma massa de dinheiro suficiente para a circulação e para a constituição de um tesouro, de um fundo de reserva. Tal é a hipótese histórica. Não é o caso de imaginar, entretanto, que se forma primeiro um tesouro suficiente e a produção capitalista só começa em seguida. Esta produção se desenvolve ao mesmo tempo que suas condições, e uma dessas condições é o afluxo suficiente de metais preciosos . Foi por isso que o crescimento desse afluxo de metais preciosos constituiu, desde o século dezesseis, um fator essencial na história do desenvolvimento da produção capitalista. (Le Capital, 1949, p. 150, VII)”.

Em meio à constituição deste processo, o autor vai destacar que a luta entre o moderno e o arcaico também ocorre nos países Europeus. Ela é uma luta entre aquilo que Marx chamava de velho, novo e novíssimo em sua concepção dialética do processo histórico. Dentro de um mesmo processo, estão os “germes” de sua superação. Essa era, em termos reduzidos, a caracterização feita por Marx do papel reservado ao processo de acumulação de capitais no período mercantil: é ele que dá fôlego às antigas estruturas feudais de poder e que as impele, irreversivelmente, ao seu fim, consolidando paralelamente um novíssimo processo de organização das relações sociais de produção, o capitalismo.

A contradição de interesses e a resistência à mudança também se operam dentro da Colônia e estão expressas nas relações de poder monopolista sobre a produção colonial.

A composição das forças, no quadro internacional, apresenta a contradição entre a expansão capitalista inglesa e a resistência monopolista-feudal luso-espanhola. Esse é, na realidade, um aspecto particular da contradição geral entre a expansão capitalista capitaneada pela Inglaterra e a resistência feudal dominante nos países europeus continentais. No quadro colonial americano, a contradição se opera entre:

- os proprietários coloniais dos meios de produção, de um lado, e a Metrópole, que domina a circulação, de outro lado;
- os proprietários coloniais dos meios de produção, de um lado, e os não proprietários daqueles meios, de outro lado.<sup>149</sup>

O nosso autor afirma que somente com o posicionamento dos proprietários de terras no Brasil poderia mudar a relação Colônia x Metrópole. Contudo, os movimentos de independência (que representaram o embate entre os proprietários coloniais dos meios de produção, de um lado, e os não proprietários daqueles meios, de outro lado) ensaiados no país não tomam força por não representarem os interesses dos proprietários de terras e de escravos. O fim da relação exclusivista do monopólio comercial só se constitui com a predominância da produção capitalista para a qual o próprio monopólio comercial, assim como a escravidão, constitui barreira ao desenvolvimento necessário de novos mercados.

---

<sup>149</sup> SODRÉ, Op.cit, 1968, p. 170

Contudo, a classe senhorial ainda tinha força para sustentar a escravidão como forma de organização do trabalho, pois a mesma atendia seus interesses de produção. O ponto de crise com a Metrópole estava voltado *exclusivamente* ao monopólio comercial e mesmo o tencionamento dos países capitalistas não foi suficiente para mudar o quadro do trabalho no Brasil. Aqui o autor se diferencia de muitas das teses que visam estabelecer o fator externo como o principal motor das modificações sofridas no Brasil. Ele procura demonstrar que as determinações externas têm como limite o nível de desenvolvimento das contradições materiais interna, no caso, a ainda eficiência do uso do trabalho escravo na produção monocultora agrário-exportadora da colônia.

Portanto, é bastante claro que na análise de Werneck Sodré a dinâmica das mudanças ocorridas que levam ao processo de independência, são dadas por uma correlação de forças entre o tencionamento externo (desenvolvimento do capitalismo e suas necessidades de manutenção e expansão) e as necessidades da manutenção de poder político e econômico da classe dominante no Brasil (senhores de escravos e de terras). A estrutura da organização social no país<sup>150</sup> demonstra que o limite da evolução do processo de autonomia estava vinculado aos interesses da classe dominante, cabendo à classe dominante administrar as contradições de um ideário republicano: a autonomia política e comercial do Brasil era pauta, mas a libertação do trabalho não constava neste ideário<sup>151</sup>.

---

<sup>150</sup> Composição de classes no declínio da Colônia: “senhores de terra e de escravos, como classe dominante, já sem a unidade dos primeiros tempos, apresentando agora frações de interesses heterogêneos, - alterando a posição antiga face à Metrópole; camada média, constituída de funcionários, militares, padre, letrados, pequenos comerciantes, pequenos proprietários, elementos que não vivem do trabalho; trabalhadores não escravizados, ou submetidos ao regime de servidão, nas áreas não escravistas ou exercendo, nas áreas urbanas, o trabalho físico, do mais rudimentar ao artesanal; escravos, numa fase em que, com o declínio da mineração, o trabalho escravo passa por transformações importantes, inclusive cedendo lugar, em vastas áreas, à servidão ou semi-servidão” FHB, 1967b, p. 175.

<sup>151</sup> Muitas das caracterizações sobre a história latino-americana e de seu desenvolvimento são de acordo com outros autores clássicos. Uma atenção especial e que merece estudo mais dedicado são as notas explicativas do autor, por onde em muito pode-se questionar a invalidade de suas teses, visto que baseadas em autores muito bem aceitos na historiografia, como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr, Celso Furtado, inúmeras citações aos clássicos de Marx, Engels e Lênin e inclusive, de José Carlos Mariátegui, reconhecido autor marxista peruano, considerado um dos precursores da latino-americanização do marxismo, do qual se utiliza nesta passagem para caracterizar as contradições do ideário republicano das elites recém-independizadas (SODRÉ, Op.cit, 1968, p. 284, nota 21)

Em uma estrutura social dessa natureza, a contradição principal é a que antagoniza os que trabalham e os que usufruem do trabalho de outrem: entre senhores e escravos, entre senhores e trabalhadores livres, entre os que detêm a propriedade dos meios de produção e os que dela estão privados.<sup>152</sup>

Esses antagonismos são refletidos em relação à representação local da classe dominante e, independentemente das condições de organização e reivindicação que atingem os trabalhadores livres e escravos no Brasil do terceiro século de colonização, não há dúvida que almejam o fim do regime de escravidão e “servidão”.

Daí se infere que a autonomia só teria condições para efetivar-se, no que dependia da situação interna quando realizadas as condições externas, a classe senhorial se interessasse por ela. Até as vésperas da Independência, entretanto, aquela classe só está interessada na eliminação do monopólio comercial.<sup>153</sup>

A libertação da relação de monopólio comercial é atenuada, segundo o autor, pela própria transferência da Corte ao Brasil. Contudo, o fim do bloqueio continental napoleônico e o retorno da Corte a Portugal traz à tona novas contradições e unifica a elite brasileira na defesa de seus direitos. Ao fim do processo, o autor admite que esta mudança de poder apenas mantém intacta a estrutura de produção colonial no país, transformando suas relações de aliança da classe dominante lusa para relações com a classe burguesa européia.

Inserido no conjunto da revolução burguesa e uma de suas mais importantes conseqüências, o processo de independência das áreas coloniais não era estanque: recebia reflexos europeus e americanos. Entre eles, os postulados ideológicos [propagandeados] aos que podiam aplicar, concretamente, porque as condições locais ou regionais assim permitiam ou exigiam, como aos que não podiam aplicar, concretamente, porque as condições locais ou regionais eram outras. Neste último caso, serviam, quando menos, para a expressão, embora inadequada, da inconformação com o estado de coisas reinante.<sup>154</sup>

---

<sup>152</sup> SODRÉ, Op.cit, 1968, p.175.

<sup>153</sup> Id, p. 177.

<sup>154</sup> Id, p. 181.

O autor vai evidenciar que a história do Brasil é uma história de conflitos gerados por interesses econômicos locais e antagônicos entre si e que o processo de centralização impelido pelo Império recém formado a partir do processo de independência era fraco. As contínuas rebeliões regionais revelavam a permanência da tradição separatista implementada pela Metrópole como forma de evitar uma “unidade” ou “identidade” entre as seções coloniais e que foram reaproveitadas pela disputa econômica e política dos burgueses europeus, interessados na fragmentação política e territorial da região colonial ibérica para melhor dominá-la.<sup>155</sup>

Esse processo não pode ser tratado, ainda conforme o autor, a partir de uma luta entre as províncias, mas precisa ser compreendido como uma disputa dentro da própria classe dominante brasileira. A impossibilidade de investimento industrial exige que um novo impulso econômico para exportação seja empregado na produção agrícola. Será a vez do café. Capaz de apropriar-se de muito da estrutura produzida pelo surto mineiro, como os meios de transporte e os escravos sobrantes. Segundo ele, o café

(...) corresponde ao primeiro grande esforço caracterizadamente brasileiro para criar riqueza. No seu desenvolvimento, irá introduzindo o novo, pouco a pouco, à proporção em que vai deixando o velho, de que se valeu em seu início. Com o café, realmente, o Brasil encontra possibilidade para alterações profundas, que o tempo vai assimilar.<sup>156</sup>

Para Sodré, a participação das classes médias nos processos de rebeliões vividos no Brasil entre 1817 e 1845 se dá pela oneração destas através da sobretaxação fiscal, decorrente da necessidade da manutenção do Estado brasileiro. Pode-se questionar o conceito de classe média, contudo a explicação dada pelo autor a este grupo social é relacionada aos profissionais liberais e funcionários públicos e militares que surgem à cena. Muitos oriundos

---

<sup>155</sup> “Os interesses do senhor de engenho estavam longe de coincidir com os dos fazendeiros de café, os destes eram diferentes dos do estancieiro, e os de todos não se harmonizavam com os do grupo mercantil que vinha em rápida ascensão desde a abertura dos portos e cujos elementos se colocavam, face aos senhores de terras, na posição, muitas vezes, de hábeis credores contra devedores relapsos (...). [e desenlaçam] o antagonismo que gera xenofobia; a flutuação entre a centralização e descentralização, que aparece no quadro político, da Independência aos nossos dias.” (FHB, 1967, p. 194)

<sup>156</sup> SODRÉ, Op.cit, 1968, p. 201.

do processo de extração do ouro, que demandou grande organização do Estado naquelas regiões, o aumento da força repressiva e possibilitou o aparecimento de trabalhos especializados como ouríveres, artesãos, alfaiates.

Ao mesmo tempo, o autor afirmava que as classes médias se constituíam como força política em meados do século XIX, ganhando espaço em suas reivindicações dentro de uma sociedade que estava, no mínimo, sob fortes contradições. O declínio do trabalho escravo, a ampliação de profissionais liberais, de funcionários públicos, o papel da Igreja e do Exército na criação de camadas sociais que “não vivem do trabalho alheio”, associados ao desencontro de interesses dentro da própria elite (senhorial *versus* cafeeira) serão, conforme nosso autor, determinantes para a crise política derradeira do Império.

O declínio do trabalho escravo é acompanhado pela passagem ao trabalho livre e também ao trabalho servil. É importante deixar claro que para Werneck Sodré este declínio se dá ainda durante a vigência da escravidão como regime de organização do trabalho, sendo o trabalho servil, assim como o trabalho livre, implementados para melhorar a rentabilidade do fator trabalho na produção.<sup>157</sup> Segundo o autor, essa diferenciação é dada também por questões de raça: os negros são levados ao trabalho servil, enquanto a implementação do trabalho livre é feita por imigrantes europeus brancos.

A chamada “regressão feudal” se estabelece em áreas vazias de ocupação humana, embora fossem propriedades de alguém. Ser propriedade de alguém é condição para a caracterização de regressão feudal.

Há espaços vazios, mas não há propriedades para conquistar; não há transferência de propriedades. Grandes áreas não apropriadas, já objeto de ocupação, são apropriadas, por diferentes processos, entre os quais a violência pura e simples; é como se sempre tivessem sido propriedades. É nesses vazios que se estabelece a base da regressão. Não se trata, assim, de uma espécie de “fronteira móvel”, como se pensa às vezes, mas de uma invasão formigueira de pequenos lavradores ou de pequenos criadores que estabelecem suas roças de mera subsistência e que permanecem, no conjunto, ausentes do mercado. A extensão em que o fenômeno se opera e a variedade de formas que apresenta, são enormes.<sup>158</sup>

---

<sup>157</sup> SODRÉ, Op.cit, 1968, p. 245. Especialmente nota 18, p. 282, onde cita Marx.

<sup>158</sup> Id, p. 247-248.

O fim da escravidão se dá sem alterações na base econômica, sendo apenas uma saída política para um estatuto já anacrônico e que já não encontrava mais o respaldo de sua manutenção nos interesses da parte hegemônica da elite brasileira: o setor cafeicultor. E conclui que

A estrutura econômica estava ainda tão profundamente onerada pela herança colonial que se apresentava impreparada para o estabelecimento do trabalho assalariado. Enquanto o problema fundamental, que era o da terra, permanecia intocado, o trabalho sofreria um inevitável retardo. A massa escrava disponível em 1888, tende a dois destinos de vez que a propriedade territorial permanece nas mesmas condições:

- As áreas de servidão ou semi-servidão, que pode ser a mesma em que vigorava, até então, o regime de trabalho escravo;
- A área urbana, onde vai constituir uma sobra humana marginalizada pelas condições locais <sup>159</sup>

Com o fim do monopólio comercial lusitano aumenta a dependência da região açucareira em relação aos empréstimos internacionais e à regulação da taxa de câmbio. Toda variação cambial gerada pela desvalorização do padrão ouro afeta diretamente a balança econômica destas regiões produtivas. Além disso, a necessária expansão da produção para enfrentar a concorrência era afetada pela estruturação da produção açucareira, seja geográfica, seja pelo uso da força de trabalho escravo.

A cultura do café se estabelece sobre poucos recursos, diferentemente da cultura açucareira. Há preponderância do fator terra e pouca exigência de equipamentos. Consegue aproveitar-se do que sobrou do declínio aurífero, como os meios de transporte, inclusive, a massa escrava disponível e, sobretudo, a ausência de um mediador (Metrópole). Para o autor, a consolidação do café como produto base da economia brasileira denota um caminho de alterações viáveis na constituição de uma “economia nacional”, ou pelo menos, uma forma autenticamente brasileira de gerar riquezas.

---

<sup>159</sup> SODRÉ, Op.cit, 1968, p. 173



O processo de expansão da cultura cafeeira molda a nova classe dominante no Brasil. O autor reitera em diversas passagens que, após a Independência, o centro econômico e o centro político do país não eram necessariamente, e majoritariamente, os mesmos. Assim como não havia preponderância de um sobre o outro.

Com o debate da regulamentação cambial ainda no Império o autor já constrói uma relação entre os interesses de uma elite brasileira, aquela ligada às atividades agrícola, provinda do latifúndio, com o interesse internacional na economia brasileira. Baseando-se em Celso Furtado, afirma que os prejuízos advindos da exportação (constituída de produtos primários) em tempos de crise eram repassados ao povo pelo reajuste da taxa cambial, encarecendo gêneros industrializados importados. Uma “socialização do prejuízo”.<sup>160</sup>

### **3.5. Classe Média e República**

Nelson Werneck Sodré afirma ser a lavoura cafeeira intimamente ligada ao Império. Segundo ele, é a disseminação, mesmo que inicial, desta cultura que faz com que o Império seja capaz de sobreviver politicamente em confronto de interesses com as elites açucareiras, órfãos da proteção metropolitana e, sobretudo, de seus mercados exclusivos. O café foi, portanto, durante todo o século XIX a base da estabilidade do Governo Brasileiro para proceder à centralização e consolidação do poder no país.

E [a produção cafeeira] tão intimamente se solidariza com essa obra [centralização e sustentação do Estado Imperial] que, no momento em que a lavoura cafeeira, pelos seus representantes mais autorizados, falta ao regime com seu apoio decidido, na questão do elemento servil, o Império não pode ter mais dúvidas quanto ao seu destino. É a queda que o espera.

---

<sup>160</sup> SODRÉ, Op.cit, 1968, p. 253-267.

Porque a sua grande força, o seu suporte natural e constante, passa a lhe faltar.<sup>161</sup>

O processo de surgimento de uma classe média como grupo de reivindicações está diretamente ligado às mudanças econômicas trazidas pela plantação cafeeira. Ela é fruto de quadros do Exército, da Igreja e de profissionais liberais.

Nesta conceituação, admite-se que sejam englobados na classe média os que não exploram o trabalho alheio, em escravidão ou servidão, embora alguns de seus elementos se valham, subsidiariamente, do trabalho alheio remunerado e mesmo de formas de trabalho escravo doméstico. No esquema, deficiente como todos os esquemas, entende-se classe senhorial a que vive do trabalho alheio; como classe média, a que não vive do trabalho alheio; como classe trabalhadora, a que vive do próprio trabalho.<sup>162</sup>

O aparecimento da classe média já neste período traz à pauta a sua participação política. Desde o Manifesto Republicano (1870) começam a desenhar-se os descontentamento de quem tem condições de intervir socialmente, pelo posto que ocupa (Exército, Igreja, etc.). Aparecem as pautas de contrariedade à escravidão (principal pauta, segundo Werneck Sodré), de desejo de eleições. O positivismo encontra aí um solo fértil para seus “princípios reformadores sem romper com os valores éticos tradicionais”<sup>163</sup>.

O espaço que ganha a classe média ainda dentro do Império se deve, ainda conforme o autor, a desunião da classe proprietária. Desunião provocada pelas diferenças entre interesses econômicos e políticos. As reivindicações da classe média por espaço político foram conseqüentes quando parte da classe dominante, já prejudicada pela organização estatal escravista e conservadora, toma para si algumas das bandeiras sustentadas pela classe média. A República dá à classe média, representada pelos militares, parte do espaço que ela almejava.

A análise do autor se aprofunda no sentido de explicar que o evento da Proclamação da República é apenas “pró-forma”, visto que ele expressa

---

<sup>161</sup> Id, p. 276 (nota 1)

<sup>162</sup> SODRÉ, Op.cit, 1968, p. 268.

<sup>163</sup> Id. p.274.

uma situação já irreversível: uma nova classe dominante, representante de interesses mais “modernos” se contrapõe à “antiga” classe dominante apegada ao regime colonial, expresso pelo Império. As mudanças materiais possibilitaram um passo adiante na superação das relações coloniais de produção com o fim do escravismo e a tendência ao trabalho livre assalariado. A Proclamação da República oficializa a mudança de regime político, consequência das mudanças das relações sociais de produção predominantes.

Quando poderia então ocorrer uma mudança de regime, no Brasil? Quando a classe dominante dos senhores de terra se enfraquecesse, ou quando se fracionasse – de qualquer forma: quando ela se interessasse pela mudança, no todo ou na parte. O enfraquecimento teria de ser relativo, isto é, no confronto com as outras classes ou camadas sociais, ou no fracionamento que dividisse a própria classe dominante, permitindo que uma de suas frações se compusesse com outras classes ou camadas.<sup>164</sup>

É importante salientar que, como demonstra a citação, a análise de Werneck Sodré não se restringe a um modelo estático de relações interclasses. O autor busca ponderar sobre as relações estabelecidas entre as frações de classe, como, por exemplo, a própria disputa de interesses dentro da classe dominante dos senhores de terra, e como este jogo de interesses reflete na relação entre as classes dominantes e as dominadas. É esta flexibilização da construção dos interesses de classe, mediados pela cultura, pela conjuntura histórica e pelos interesses econômicos em jogo, que permite ao autor apontar, adiante, na leitura de seu tempo presente, que as divisões entre o interesse da burguesia imperialista e da burguesia nacional são divergentes.

Independentemente de julgar correta sua avaliação, a flexibilização das relações intraclasses proposta pelo autor demonstra certa sofisticação de sua análise, preocupada em estabelecer a dinâmica das relações sociais a partir de sua expressão própria na economia e na política. Tal postura soma na

---

<sup>164</sup> SODRÉ, Op.cit, 1968, p. 292 e 297. Aqui neste trecho chama à atenção a associação que o autor faz de que a mudança de regime só é possível ou por decisão da classe dominante, convencida de que tal mudança é positiva aos seus interesses, ou pela *associação de parte desta classe com outras classes ou camadas* da sociedade. De certa forma, é esta a lógica que está presente na análise da Revolução Brasileira, ao afirmar uma política de frente nacional e democrática com a “burguesia nacional” para a potencialização das contradições materiais (desenvolvimento de um capitalismo autônomo) e da consolidação de um regime democrático-burguês, tema a ser desenvolvido no próximo capítulo.

contraposição à construção de Werneck Sodré como um mero reproduzidor de “uma linha dogmática da III Internacional Comunista”, embora na leitura de seu tempo presente esta flexibilização sirva à caracterização da necessidade da Frente Única como espaço prioritário da ação política.

Somado à mudança de regime, e mais que isso, como propulsor dela o autor afirma que:

Se aprofundarmos a análise, verificaremos que o esforço brasileiro corresponde a uma adaptação às condições do capitalismo agora em fase imperialista. Toda a nossa história, e as alterações que ela assinala, marca as etapas por um esforço de adaptação: da produção colonial ao capital comercial; da produção colonial ao imperialismo; da produção semicolonial ao imperialismo. (...) Com a República, assistimos realmente, ao apogeu da estrutura colonial de produção: o Brasil é um dos principais fornecedores de matérias primas do mercado mundial e o seu produto principal é o alimentício que figura em maior volume nas correntes de trocas, com a particularidade de fazê-lo ainda sem concorrência. Isto acontece quando o mundo assiste ao extraordinário surto do comércio internacional, decorrente do crescimento vertical da produção capitalista que, com o surto demográfico, invade mercados e destrói velhas relações.<sup>165</sup>

Esse esforço para adaptar-se ao desenvolvimento do capitalismo provoca a especialização e o isolamento da produção brasileira em áreas determinadas. Contudo, o ritmo imposto ao desenvolvimento máximo das relações de produção ainda dentro da estrutura colonial impõe ao novo regime a contradição deste desenvolvimento conservador, ao mesmo tempo em que vai superando obstáculos que o entravam.

Todavia, a crise logo se instaura na República. As altas variações cambiais afetam diretamente a economia brasileira, dependente do mercado externo, de forma positiva pela ampliação do valor no padrão ouro para os exportadores e credores; e de maneira negativa sobre os padrões de vida e consumo das classes médias e dos trabalhadores. Afeta, inclusive, frações da classe dominante ligadas à produção industrial, dependente de uma moeda

---

<sup>165</sup> SODRÉ, Op.cit, 1968, p.294.

estável.<sup>166</sup> Segue, portanto, a luta entre os interesses de classes e frações de classe, a luta entre o moderno e o arcaico da economia e da política brasileira.

No entanto, a presença da classe média no poder, representada pelo Florianismo, atrapalhava os desejos da classe dominante

Derrocada a monarquia, reformado o aparelho de Estado obsoleto, introduzidas as alterações que interessavam a classe dominante, não havia mais que aceitar a aliança e se tornava incômoda. Reunificando as suas frações, desavindas quando da mudança do regime, a classe dominante, ligada à exportação, necessitava introduzir o mecanismo de defesa da concentração da renda e via todos os obstáculos na presença no poder de uma componente estranha, que lhe entravava os passos. (...) Isolada, a classe média, sem base política, estava condenada a gravitar, por muito tempo, em torno de problemas circunstanciais, sofrendo os efeitos de uma política econômica que atirava ao consumidor os ônus cada vez mais pesados da “valorização do café”.<sup>167</sup>

A crise da República, caracterizada pelo autor como o processo de choque de interesses e reorganização da classe dominante no poder e uso exclusivo do aparelho do Estado após a Proclamação do novo regime, configurou a ascensão das oligarquias regionais ao poder, a descentralização federativa e a associação definitiva das classes senhorial ao imperialismo. A associação definitiva ao imperialismo por parte desta classe está diretamente ligada à desvalorização do café no cenário externo e a necessidades dos produtores de o “revalorizar”.

A conhecida “política dos governadores” permite o acordo político necessário à estabilidade e liberdade de negociação regional, “semifeudalizando” a organização política, econômica e militar do país. Os interesses econômicos e o acordo político lavrado dentro desta classe senhorial ficam claros no pronunciamento de Campos Sales, então presidente, exposto e comentado por Werneck Sodré:

É tempo de tomar o caminho certo; e o que nós devemos fazer para esse fim é nos esforçarmos para exportar tudo o quanto pudermos produzir em melhores condições do que os outros países, e importar tudo quanto eles possam produzir em melhores condições que nós”. Nesse simplismo,

---

<sup>166</sup> Id, p. 301, Citação de Normando.

<sup>167</sup> SODRÉ, Op.cit, 1968, p. 302.

aparentemente lógico, estava todo o segredo de uma política que se reduzia em paralisar justamente o que era novo e progressista reduzindo, por sistema de força, o impulso renovador.<sup>168</sup>

Mais uma vez, é possível observar que o autor aponta as forças contraditórias do arcaico e do moderno disputando espaço no cenário político. Aqui o autor também começa a desenhar aquele que é o principal argumento da sustentação de sua tese de que há no Brasil uma burguesia nacional: a profunda dependência entre a classe senhorial (latifundiária) e o mercado externo.

Esse processo de agudização das contradições entre novo e velho no desenvolvimento do país traz à cena política novos atores: o proletariado organizado, ainda que em associações de socorro mútuos; novamente a classe média - notavelmente a fração militar claramente apresentada no episódio tenentista -; e uma burguesia nascente, nacional, gerada pela indústria de substituição de importações que visa atender às demandas internas, ganhando força nos períodos de enfrentamento bélico e crise externa (1914-1917; 1929; 1937-1945). Esse processo se faz permeado por motins re voltas, desde a resistência à vacinação em massa, passando pela revolta da chibata, liderada por João Cândido e o movimento tenentista, marcadamente um movimento da classe média em busca de espaço político.<sup>169</sup>

### **3.6. Apontamentos para o debate**

Durante toda a construção deste capítulo, buscou-se salientar a presença permanente da tensão entre o novo e o velho, entre o moderno e o arcaico na obra de Nelson Werneck Sodré. Contudo, a análise de seus estudos

---

<sup>168</sup> SODRÉ, Op.cit, 1968, p. 305.

<sup>169</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967a, p. 176.

de forma mais detida, como se buscou explicitar aqui, revela ao leitor que essa dualidade não é estruturalista. É permeada por uma lógica dialética.

Esta lógica, avalio, está bastante nítida pelos processos que o autor considera a partir da hierarquização dos fatos, determinação em última instância, da profunda noção de processo que apresenta, com a busca da descrição detalhada do movimento e o apontamento de suas contradições, no que “avança”, no que “permanece” e no que “retrocede” a partir de sua análise. Pode-se, assim, afirmar que a mesma construção de análise atribuída por Bernardo Ricupero à produção de Caio Prado Jr é válida também para a obra de Nelson Werneck Sodré.

Constata-se, assim, que a avaliação de Caio Prado Jr. sobre os contrastes que marcam nossa sociedade é bem mais complexa e sofisticada do que a prevalecente no pensamento social e político latino-americano, marcadamente dualista. Apesar do que ele mesmo diz, Caio Prado não é nem mesmo dualista, até porque o dualismo pressupõe uma relação de oposição entre os dois setores considerados, enquanto nosso autor trabalha com ambos como pares opostos, mas dialeticamente unidos.<sup>170</sup>

As peculiaridades da sociedade brasileira destacadas por Werneck Sodré, embasado em um extensivo arrolamento de fontes, dão o tom do debate que o autor se propõe a fazer. A análise dessas peculiaridades está diretamente vinculada a sua concepção metodológica de que os conceitos precisam ser reconstruídos conforme a realidade que pretendem explicar. Somente a compreensão de cada fato, num entrecruzamento de dados oficiais, leis, e de análises do processo concreto pode ir esvaziando o conceito original e buscando, através dele, a reconstrução adaptada à realidade, com a finalidade de validar a generalização conceitual à análise feita.

Outra característica que a análise dos textos de interpretação histórica do autor nos apresenta é sua permanente referência aos autores clássicos. Marx e Engels figuram permanentemente nas notas de rodapé das obras do autor aqui utilizadas. Evidenciam mais ainda a enorme erudição por ele apresentada. Ao mesmo tempo, demonstram que a redução da análise do autor a “reprodução” da linha política da III Internacional configura muito mais

---

<sup>170</sup> RICUPERO, Op.cit, p. 178.

um balanço político realizado *a posteriori* pelos seus críticos do que uma análise sustentada na leitura de sua obra, pelo menos no que tange ao aspecto até agora analisado, o processo que antecede a revolução brasileira.

Nem mesmo o polêmico conceito de feudalismo – determinantes para a caracterização de etapismo que rotula a obra do autor - passa desconstituído de sua singularidade à brasileira. O feudalismo no Brasil, como explicitado, é na verdade a caracterização dada pelo autor às formas pré-capitalistas de produção. Instaladas em diferentes regiões do país e condicionadas ao atrofamento de relações produtivas, no mínimo, mais dinâmicas, as relações pré-capitalistas vão se manter e caracterizar pela falta de salário, pelo atrelamento político ao proprietário da terra, pelo apadrinhamento, pela proteção com o uso da força e pelos favores decorrentes destas relações. Outros autores como Celso Furtado e Caio Prado Jr são recorrentemente citados. É notório o acordo de Werneck Sodré com as idéias destes autores, sobretudo nas análises sobre mercados e circulação e dependência do capital estrangeiro em Celso Furtado.

A referência permanente a estes autores, considerados clássicos na literatura histórica e econômica do Brasil, é recorrentemente “esquecida” quando da construção das críticas à Werneck Sodré. Nestas análises críticas, busca-se desautorizar Werneck Sodré como intelectual, classificando-o como etapista, dogmático e ortodoxo. Entretanto, como já afirmado neste texto, uma análise um pouco mais detida nos seus textos e, sobretudo, em suas notas explicativas, demonstra que as teses do autor sobre história do Brasil estão amplamente fundamentadas nos autores consagrados como “clássicos”, a exemplo de Caio Prado Jr e Celso Furtado, sendo pequenas e sempre expostas as suas divergências de caracterização.

Outro fator que merece destaque, e constitui a ligação principal deste capítulo com o próximo, é que já na análise da formação da Primeira República o autor começa a denotar aqueles que serão seus principais argumentos de sustentação da tese de revolução brasileira: o surgimento da burguesia nacional e o atrelamento da classe senhorial (latifundiária) ao capital estrangeiro. Pontos nos quais iniciará a divergência mais profunda de Werneck Sodré com Caio Prado Jr, relativa á análise da situação do país nos anos 1960,



ou seja, a divergência é no âmbito em que se entrelaçam a análise e a vontade política.

Por fim, cabe ressaltar que até aqui o estudo da literatura de Werneck Sodré evidencia uma obra profundamente unitária e coerente. Unitária pela noção de processo intrínseca à análise que faz da sociedade brasileira através dos tempos e seus desdobramentos em diferentes esferas, como econômica, política e cultural; coerente pela noção de totalidade que a permeia, relacionado-a com o processo mundial e hierarquizando suas relações internas e externas. Para o autor, a constituição de cada fato está ligada às pressões políticas e econômicas sofridas, sendo o resultado, coerente com a capacidade de pressão e resistência de ambas as partes envolvidas.

#### 4 A REVOLUÇÃO BRASILEIRA NA ORDEM DO DIA

O objetivo deste capítulo é apresentar a parte mais densa e mais polêmica da obra de Werneck Sodré: sua formula o sobre o processo da Revolu o Brasileira. O autor afirma em reiteradas passagens de sua obra que toda a análise visa um fim político e que nisto consiste sua “alma”.<sup>171</sup> Talvez disto decorra a polêmica sobre seus posicionamentos acerca do processo de Revolu o Brasileira.

Para não incorrer na perspectiva de julgá-lo valorativamente sobre seu posicionamento, buscarei neste capítulo apresentar os principais aspectos de sua análise sobre este processo. Inicio com a conceitua o de Revolu o Brasileira como categoria de análise histórica. Em seguida, passo   caracteriza o da Revolu o de 1930 e do primeiro Governo Vargas (1930-1945). Na interpreta o deste governo, estão aspectos importantes da caracteriza o do autor sobre os anos de “moderniza o” da economia Brasileira e seus motivadores. Destes, também decorrem pautas políticas agregadas pelo autor em sua obra como um todo: democracia e anti-imperialismo.

Como segundo ponto de abordagem, passo a uma caracteriza o mais detida das categorias de classe e povo. Destas categorias, derivam o que NWS caracterizava como os agentes da Revolu o Brasileira em curso. Conseqüentemente, aprofundo as categorias de burguesia nacional e pequena burguesia. A todos estes eu considero, partindo da análise de Werneck Sodré, como “agentes nacionais” da revolu o brasileira.

Como último momento da análise, apresento a caracteriza o acerca do latifúndio e do imperialismo. Estes dois são permanentemente apresentados por Werneck Sodré como o p lo conservador, arcaico, da sociedade brasileira e que cumprem papel contra-revolucionário, visando frear o processo de desenvolvimento da revolu o no país. A partir destes pontos

---

<sup>171</sup> Remeto a nota 69 deste trabalho, onde apresento os trechos em duas obras aqui analisadas (Forma o Histórica do Brasil., 1968 e História da Burguesia Brasileira, 1967) em que o autor reitera sua posi o acerca do necessário engajamento de uma análise.

elencados, é possível ter um panorama da formulação de Werneck Sodré sobre o processo que cunhou sob o nome de revolu o brasileira.

#### **4.1 O papel da Revolu o de 1930 e o conceito de Revolu o Brasileira**

O contexto dos anos 1920 e o declínio do poder das oligarquias, em uma conjuntura de atritos e baixa popularidade dos presidentes eleitos na lógica da “política dos governadores” demonstra cada vez mais a falta de correspondência entre a estrutura política, “inadequada, obsoleta, vivendo por inércia, rotinada em seus processos”<sup>172</sup> e a estrutura econômica, modificada pela introdu o e amplia o de uma indústria nacional. Esta indústria, entretanto, estava voltada a burlar as barreiras tarifárias, tendo quase nada de uma produ o nacional: as serviam para a montagem e acabamento de peças e produtos, sem desenvolver a indústria de bens de produ o (D1) voltando-se   indústria de bens de consumo (D2)<sup>173</sup>, configurando, assim, uma “indústria subsidiária”, como definiu Caio Prado Jr., citado por Werneck Sodré<sup>174</sup>, e que mesmo assim demonstra a rápida absor o de sua produ o pelo mercado interno em expansão e a concorrência estabelecida por ele.

Esta nova configura o que começa a se delinear no Brasil dos anos 1920 e que dará base às reivindica es que levam   Revolu o de 1930 e   mudança de regime político por ela imposta, se d  sob uma nova fase da organiza o do capitalismo, nomeada Imperialismo. O imperialismo modifica o centro de equilíbrio do sistema econômico da Europa para os Estados Unidos da América e   apresentado pelo autor como o processo de fusão entre capital produtivo e capital financeiro (especula o). Deriva daí uma nova organiza o

---

<sup>172</sup> SODRÉ, Op.cit, 1968, p. 315.

<sup>173</sup> Departamento 1 (D1) e Departamento 2 (D2) são os nomes dados por Marx   organiza o dos setores industriais na sociedade capitalista, sendo o D1 responsável pela indústria de bens de produ o (máquinas, etc.) e o D2 responsável pela indústria de bens de consumo, destinado ao consumo de massa. Ver: MARX, Karl. O Capital. Livro Primeiro, Volume 1, capítulos 1 ao 4. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 1968.

<sup>174</sup> SODRÉ, Op.cit, 1968, p. 338. Nota 20.

do sistema produtivo do capital buscando novos investimentos em novas matérias primas, novos mercados consumidores e novas matrizes produtivas, além da reestruturação da organização do trabalho nas linhas de produção das fábricas (fordismo).

Junto do processo econômico, a análise do imperialismo demonstra que a mundialização do capital tem seu momento de legitimação política, passando a constituir a disputa de mercados em uma disputa entre os Estados capitalistas por novos espaços e frentes de atuação. Nisto estaria o motivador das 1ª e 2ª Guerras Mundiais.<sup>175</sup> É a fusão definitiva entre política e economia. Desde esta perspectiva o autor fará o esforço permanente para demonstrar em sua obra que a luta anti-imperialista é um dos caminhos a serem seguidos na busca de modernização.

No Brasil, a intervenção do Estado em favor de determinado ramo da produção nacional não é novidade. A política voltada ao “salvamento” permanente do café em suas crises onerava os mais pobres e aumentava o abismo social com uma política inflacionária permanente. Mesmo a mudança de regime político ocorrido no processo da Primeira República não alterou a produção econômica que continua sendo de natureza colonial, caracterizada pelo

(...) fato de sua dependência absoluta: a década de vinte, aliás, os primeiros trinta anos do século, assinalaram uma prosperidade extraordinária das nações industrializadas, isto é, das nações capitalistas e particularmente daquelas em que no capitalismo alcançaram plenamente a etapa imperialista, mas assinalaram também a extrema debilidade da produção das nações subordinadas ao imperialismo, o seu depauperamento, as suas crises.<sup>176</sup>

O processo iniciado com a Revolução de 1930 é entendido dentro deste contexto de desenvolvimento débil, porém é quando se abre o período histórico delimitado por Werneck Sodré como Revolução Brasileira. Ainda que uma (Revolução de 1930) e outra (Revolução Brasileira) não sejam equivalentes, complementam-se. Os motivos desta complementaridade estão nas implicações políticas impostas pela Revolução de 1930, que concretiza

---

<sup>175</sup> Ver: LENIN, Op.cit. Especialmente os capítulos II, IV e VII.

<sup>176</sup> SODRÉ, Op.cit, 1968, p. 316.

uma mudança profunda no *regime* político do país, obrigando à recomposição dos elementos sociais no poder. Nas palavras do autor:

A classe dominante continuaria a ser representada pelos senhores territoriais, mas já sem condições para manter-se sozinha no poder e, progressivamente, sem condições para orientar a vida nacional segundo os seus exclusivos interesses. O crescimento numérico e o amadurecimento político da classe média foi um fenômeno de importância inequívoca, cujos reflexos logo se fizeram sentir na seriação dos acontecimentos, segundo as oscilações próprias dessa classe. O fator mais importante, porém, seria o advento de uma classe trabalhadora em que o operariado definia nitidamente o seu campo e entrava a participar da vida política com uma força inédita no Brasil.<sup>177</sup>

O processo de 1930 também exigiu, segundo Werneck Sodré, a reorganização e “democratização” do processo eleitoral, antes totalmente dirigido pelo “voto a cabresto” e listas e coronéis municipais. Esta reorganização é expressão da própria disputa travada, na qual a burguesia cria formas de ampliar a sua participação nas decisões de poder, em detrimento da oligarquia.

A revolução de 1930, que correspondeu a um novo impulso da burguesia brasileira para ampliar a sua participação no poder, com apoio da pequena burguesia, criou um sistema eleitoral diferente, tornando o voto secreto, extensivo às mulheres e apurado por aparelho especial, uma justiça específica. Manteve, entretanto, a exclusão dos analfabetos, isto é, dos elementos que não tinham, por condições de classe, acesso à cultura. A classe dominante não lhes permitia esse acesso e punia-os por isso. Mas aí as condições eram muito diferentes: havia um operariado numeroso, dotado do mínimo de organização, e uma pequena burguesia cada vez mais interessada pelo problema político. (...) O engenhoso sistema eleitoral, em que os mortos votavam, as “degolas” se sucediam e as quarteladas alvoroçavam o País, estava condenado. Era mesmo necessário se antecipar à revolução popular.<sup>178</sup>

O autor entende a mudança de forma bastante positiva, um avanço em relação à situação anterior; o que de fato é. Porém, ao destacar que os analfabetos permanecem sem o direito de voto, não interpreta esta situação como uma opção feita no processo de reforma política no decorrer da

---

<sup>177</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967a, p. 178.

<sup>178</sup> Id, p. 218-219.

Revolução de 1930 e sim como decorrência da “correlação de forças” com grandes perspectivas de mudança, pois “(...) havia um operariado numeroso, dotado do mínimo de organização, e uma pequena burguesia cada vez mais interessada pelo problema político.”<sup>179</sup> Entende, portanto, que a unidade dos interesses nacionais faria com que operariado e pequena burguesia, conjuntamente, ampliassem o espaço político aos analfabetos. Aos olhos do autor, não são contraditórios os interesses *democráticos* destas duas classes. Porém, a classe média, mesmo em suas honestas pretensões reformistas, não conseguia pô-las em prática pela fragilidade de sua estruturação social.

Parte desta análise é compartilhada pela caracterização que o autor faz do principal movimento de classe média envolvida no processo de 1930: os tenentes. O autor, em crítica a Celso Furtado, afirma que:

De modo algum estava claro para os elementos mais ativos comprometidos nos levantes militares mencionados que a aliança da classe dominante de senhores de terras com o imperialismo é que permitia a manutenção da política que nos levava a um clima tal de inconformação. O *tenentismo*, fenômeno típico de classe média, era muito mais superficial em sua interpretação e muito mais modesto em suas reivindicações. (...) O governo era responsabilizado por tudo que acontecia, e a forma como se recrutavam seus mandatários parecia a fonte de todos os males. (...) Se os setores aferrados ao *tenentismo* viam apenas a mudança de homens, os setores da própria classe dominante viam a mudança política. Neutralizar a liberdade com que o setor do café manipulava os mecanismos econômico e financeiro parecia a amplos grupos da dominante, entregues a outras formas de produção, uma necessidade.<sup>180</sup>

No trecho acima podemos perceber que a questão democrática é importante para a classe média organizada, principalmente aos militares tenentistas. Por isso a afirmativa e a expectativa anteriormente apresentadas de que, na nova conjuntura dos anos 1930, a luta pela ampliação do direito ao voto a todos os setores da sociedade ganharia corpo. Ao mesmo tempo, ao apontar que o tenentismo pouco consegue compreender em seu tempo o fundo da disputa dada na sociedade o autor demonstra que os interesses comuns entre as classes no país ainda são pontuais e incipientes. Cabe, dentro deste

<sup>179</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967a, p. 218-219

<sup>180</sup> SODRÉ, Op.cit, 1968, p. 318-319. Grifos no original.

contexto, o apontamento da real disputa à burguesia que se organiza no país e está excluída das políticas de beneficiamento do Estado brasileira por não ser exportadora de café e estar fora do acordo “café com leite”. Segundo o autor, a conjuntura internacional de crise e guerra leva ao Governo de Vargas ao desenvolvimento econômico e acordos políticos com setores excluídos da economia até então: as classes médias urbanas, sobretudo os setores militares, e a “incipiente burguesia nacional”.

Destes apontamentos podemos inferir que há, na concepção do autor, uma visão sobre a Revolução de 1930 como o processo que traz à tona novas configurações e correlações de força na sociedade brasileira, dando início ao embate entre as classes produtoras na disputa pelo poder.

Claro está que a própria revolução foi uma consequência da crise, e não ocorreu apenas no Brasil, mas em toda área subdesenvolvida da América. As formas diversas como reagiram os países desta área tiveram influência nos acontecimentos políticos subseqüentes, definindo claramente o conteúdo do que os acontecimentos eram sinais evidentes à observação.

O jogo de interesses que leva à constituição de um “bloco nacional” e um “bloco entreguista” vai sendo delimitado pelo autor na constituição dos agentes da revolução brasileira e a partir da perspectiva de como cada um toma posição nos anos subseqüentes ao processo de 1930. Como expressão econômica da Revolução de 1930, o autor destaca o crescimento da indústria nacional. Segundo afirma, a inversão de capitais líquidos no ano de 1935 foi recorde, superando o ano de 1929 e abrindo espaço para um novo produto na matriz exportadora: o algodão, sobretudo para países como a Alemanha. A crise obriga a reorganização da economia brasileira e abre brechas de disputa de espaço dentro da elite econômica do país.

Corroborando a tese de Celso Furtado, Werneck Sodr e aponta que tal crescimento deveu-se à retirada dos interesses do capital estrangeiro da produ o agrária, devido ao protecionismo dos países antes compradores, sobretudo em rela o ao algodão. No caso do café, a política de prote o que vinha sendo implementada há mais de uma década, gerando forte impacto inflacionário no país, já não surtia mais efeito, agravada sob o cenário de

despontamento do algodão como matéria de interesse no mercado internacional. Para justificar sua posição, Werneck Sodré cita, mais uma vez, Celso Furtado:

O nível da renda nacional havia sido recuperado, não obstante esse corte pela metade nas importações de bens de capital. É evidente, portanto, que a economia não somente havia encontrado estímulo dentro dela mesmo para anular os efeitos depressivos vindos de fora e continuar crescendo, mas também havia conseguido fabricar parte dos materiais necessários à manutenção de sua capacidade produtiva.<sup>181</sup>

Novos setores da economia avançam no espaço deixado pelo “imperialismo” no setor produtivo. Para Werneck Sodré, ainda que o povo não reconhecesse nessa mudança econômica por ele apontada, era a prova de que o imperialismo “(...) não desfalcava apenas a classe trabalhadora, mas carregava para o exterior a melhor parcela dos recursos e riquezas do país, retardando sua capitalização.”<sup>182</sup> As afirmações do autor desenhavam já no que tange a relação da organização produtiva brasileira em uma dicotomia entre nacional e internacional. Esta dicotomia está presente em toda a análise do processo de industrialização do país iniciado nos anos 1930.

O desenrolar da Revolução é a luta interna pela hegemonia do processo, concretizada pela rebelião de 1932 e pela tentativa de golpe de Estado em 1935. O Estado Novo será, dentro deste cenário, uma reação das frações de classe interessadas em isolar o latifúndio, mas também em realizar a “revolução burguesa sem o proletariado”. Essa administração pode ser relacionada ao quadro internacional de ascensão do fascismo e do “perigo vermelho” instaurado no mundo todo após a Revolução Russa e agudizado no processo de Guerra Mundial.

O Estado Novo buscou compor novas forças econômicas internas, avançando no processo de industrialização e inversão de capitais, ainda mais potencializado com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Além de sua face policial, o Estado Novo representou um “reassentamento” dos interesses burgueses no Brasil e aprofundou o processo de modernização capitalista.

---

<sup>181</sup> FURTADO, Celso apud SODRÉ, Op.cit, 1968. p. 325.

<sup>182</sup> Id, p. 326.



Cometerão engano profundo, entretanto, os que encararem o Estado Novo apenas pelo triste e infamante lado policial. Ele foi isso, mas muito mais que isso. Continuou, dentro das novas condições geradas pelo retorno do imperialismo, recuperado da crise, e do latifúndio, novamente na primeira linha, as reformas que vinham sendo empreendidas desde o triunfo da Revolução de 1930. Foi, assim, como uma espécie de revolução burguesa contra o proletariado, ou assemelhou-se, dentro das proporções admissíveis, aos movimentos de refluxo que têm sucedido às revoluções burguesas, quando a burguesia se separa das classes e camadas que a ajudaram a desalojar a velha classe feudal, voltando a recompor-se com esta e tratando aquelas de acordo com a lei da violência.<sup>183</sup>

É sob este processo de profundas contradições que Werneck Sodré desenha o início da Revolução Brasileira. A complementaridade enunciada no início deste tópico diz respeito às características que começam a se desenhar neste período e que, ainda que interrompidas com a instauração do Estado Novo, configurarão a pauta do projeto nacional: a questão democrática e a defesa de um desenvolvimento voltado ao benefício nacional. O aprofundamento destas duas premissas se dá

(...) no sentido de superar as deficiências originadas no seu passado colonial e a ausência da Revolução Burguesa no seu desenvolvimento histórico (...) [e tem como] fundamento mínimo a manutenção e a ampliação do regime democrático, de um lado, e a solução nacionalista dos problemas de exploração econômica das nossas riquezas, de outro.<sup>184</sup>

A superação destas deficiências é debatida nos marcos de um projeto de sociedade. O apontamento de que este projeto deve ser *nacional e democrático* é baseado em sua leitura sobre as deficiências do desenvolvimento histórico brasileiro. A Revolução Brasileira é, portanto, um novo momento do desenvolvimento histórico do país e está em aberto, que consiste na busca da modernização do país e na derrota de forças conservadoras. Em suas palavras:

O processo de transformação que o nosso país atravessa, no sentido de superar as deficiências originadas de seu passado colonial e da ausência da revolução burguesa no seu processo histórico. Tal processo, que se opera diante de nós, com a

<sup>183</sup> SODRÉ, Op.cit,1967b, p. 304.

<sup>184</sup> SODRÉ, Op.cit, 1963, p. 35.

nossa participação, tende a superar os poderosos entraves que se antepunham, e ainda se antepõem em parte, ao desenvolvimento do país. Discriminando as origens das forças interessadas no processo nacional e mostrando o que existe ainda de negativo no quadro brasileiro, procuramos realizar uma tentativa de esclarecimento político, no sentido de cooperar para a aceleração do mencionado processo, que tem como fundamento mínimo a manutenção e a ampliação do regime democrático, de um lado, e a solução nacionalista dos problemas de exploração econômica de nossas riquezas, de outro lado.<sup>185</sup>

Pode-se observar claramente a retomada da relação *moderno versus arcaico* na caracterização do processo histórico sob análise: “Tal processo, que se opera diante de nós, com a nossa participação, tende a superar os poderosos entraves que se antepunham, e ainda se antepõem em parte, ao desenvolvimento do país.” Esta, como já afirmei, é a dinâmica central da análise de Werneck Sodré e de muitos autores do mesmo período. Assim, cabe analisar se no debate sobre a Revolução Brasileira essa dinâmica mantém sua expectativa dialética, de processos contraditórios e complementares, como demonstrou na análise do período Colônia – Primeira República.

Também se apresenta neste excerto aquele que é o “nó” do debate de todo historiador do tempo presente, característica que se atribui a Werneck Sodré: a tênue linha entre a análise e a vontade. Este “risco” se sobressai no momento em que o autor afirma buscar “realizar uma tentativa de esclarecimento político, no sentido de cooperar para a aceleração do mencionado processo [Revolução Brasileira]”<sup>186</sup>. A análise dos agentes, características e dinâmica da Revolução Brasileira que passo a discorrer levam em consideração esta possibilidade.

---

<sup>185</sup> SODRÉ, Op.cit, 1963, p. 9.

<sup>186</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967b, Prefácio.

## 4.2 Quem é o povo no Brasil? Os agentes da Revolução Brasileira

Como já demonstrado no tópico anterior, dentre as muitas mudanças no cenário político e econômico abertas com o processo da Revolução de 1930, “(...) O fator mais importante, porém, seria o advento de uma classe trabalhadora em que o operariado definia nitidamente o seu campo e entrava a participar da vida política com uma força inédita no Brasil.”<sup>187</sup>. Essa “entrada” do operariado para vida política constitui uma reorganização, a partir de fatos novos, da leitura de Werneck Sodré a respeito da realidade histórica do país.

É importante recuperar como o autor caracteriza o trabalhador até então. Para ele, a durante a história do Brasil Colônia e Império, os trabalhadores pouco ou nada interferem na vida política. Ainda que o autor não ignore as revoltas e sublevações de trabalhadores não-escravos ou escravos, ele deixa claro que o caráter do trabalho (escravo ou servil) os impede de organizarem-se enquanto classe, como agente político em defesa de interesses comuns.

Pode-se afirmar que esta visão traz subjacente a compreensão de que a única classe capaz de operar uma mudança revolucionária é o operariado urbano. Essa caracterização é reforçada pela explicação do autor sobre a dificuldade de uma ação de classe por parte dos trabalhadores até os anos 1930. Werneck Sodré afirma que os primeiros trabalhadores urbanos, “oriundos” do campo brasileiro, não constituem relações de solidariedade e identidade de classe que possibilitassem a ação conjunta dos trabalhadores na cena política do país. Expressavam o atraso do desenvolvimento do campo em atraso das relações de identidade de classe. Há aí o apontamento para a ausência de um dos pontos constitutivos da consciência de classe: a solidariedade com o outro e o reconhecimento político da necessidade de sua ação conjunta.

Ao mesmo tempo em que o autor repõe na análise a dualidade da realidade brasileira, apontava um dos aspectos esquecidos em muitos dos

---

<sup>187</sup> SODRÉ, Op.cit, 1963, p. 9.

debates sobre a formação de consciência de classe e que já estava presente no Manifesto Comunista<sup>188</sup>: para se reconhecer como classe não basta a determinação imposta pelo papel na estrutura produtiva, mas é necessária a complementação desta situação concreta pela identidade forjada na contradição entre capital e trabalho, e que constrói a capacidade de agir como classe e se reconhecer como classe. É fato que Werneck Sodré aponta estes aspectos de identidade de classe sob a denomina o de “cultura”. Todavia já apresenta uma preocupa o nem sempre constatada nos autores marxistas de seu tempo o que será complementado pelos seus estudos detidos nas questões referentes   literatura,   imprensa, às artes,   questão racial e cultural do país.<sup>189</sup>

A rela o que Werneck Sodré estabelece na constru o da classe trabalhadora como classe capaz de interferir politicamente nos rumos da sociedade brasileira se dará com o desenrolar da Revolu o de 1930. O protagonismo da classe operária aumenta com o “aprofundamento” da Revolu o Brasileira, já definida como aqui como um processo e profundas mudanças sociais. Contudo, esse protagonismo está subordinado na análise de Werneck Sodré   a o do “povo”.

A categoria de povo figura entre as principais defini es do autor na caracteriza o dos agentes da Revolu o Brasileira. O autor inicia seu debate a esse respeito apontando justamente a fragilidade do conceito. Segundo ele:

Como o ato político por excelência, nas democracias do tipo do Brasil,   o ato eleitoral, - quando são escolhidos os “representantes do povo”, - a realiza o desse ato, dos preliminares   apura o dos resultados, corresponde a um período em que o consumo da referida palavra   mais intenso: todos os interessados dizem dirigir-se ao *povo*, apelam para o *povo*, proclamam os direitos do *povo*. Esse uso imoderado, embora natural nas condi es em que vivemos. Por parte das pessoas as mais variadas, e dirigindo-se, também, aos grupos mais variados, de   palavra *povo* uma significa o tão genérica que a despojou de qualquer compromisso com a realidade.<sup>190</sup>

<sup>188</sup> MARX, Karl. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 67 p

<sup>189</sup> A mesma preocupa o   encontrada na obra de José Carlos Mariátegui, intelectual peruano recorrentemente

citado por Werneck Sodré na análise da constitui o da economia colonial do Brasil. Ver: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Siete Ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Lima: Amauta, 1999. 71 ed.

<sup>190</sup> SODRÉ, Op.cit., 1967a, p. 187.

Tal descontextualização do conceito de povo acarreta em sua descaracterização como agente político e, na visão do autor, impede sua utilização correta na análise do papel do povo como agente real da Revolução Brasileira. Para Werneck Sodré, a construção do conceito de povo incorre em dois erros fundamentais: o primeiro de considerá-lo como aqueles sujeitos produtores de bens materiais caracterizados, sobretudo, por serem os “mais humildes”, os desprovidos materialmente de quaisquer benesses. Isso exclui da categoria povo os funcionários públicos, os desempregados e os intelectuais. Demonstra assim, em sua argumentação, que o caráter exclusivamente econômico distorce o conceito de povo. O segundo erro consiste, para Nelson Werneck Sodré, em confundir o povo com a população em geral. Ao igualar povo e população propositadamente visa-se “sonegar a realidade, esconder que a sociedade se divide em classes e que nem todas as classes estão incluídas no conceito de povo.”<sup>191</sup>

No entendimento que o autor apresenta, povo é um conceito que precisa ser contextualizado historicamente e que assume em cada conjuntura ou processo histórico uma função e uma *composição*.

Em diferentes fases históricas e em diferentes países, portanto, o conceito de povo corresponde a diferentes agrupamentos de força sociais. Há uma composição específica para cada situação concreta; não uma situação eterna e imutável; *povo* não é a mesma coisa em diferentes situações históricas. Mas, evidentemente, encontra-se um traço geral, permanente, que atravessa a história e se repete em cada lugar, algo que existe em qualquer tempo e em qualquer lugar, quando se trata de *povo* e se procura definir o conceito, para compreender o papel dessa força social na vida política. Esse traço é o seguinte: *em todas as situações, povo é conjunto das classes sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive.*<sup>192</sup>

E prossegue, afirmando que a história é formada a partir das relações entre as classes as quais, por sua vez, são determinadas “pelo papel que desempenham na organização social do trabalho e, conseqüentemente,

<sup>191</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967a, p. 190.

<sup>192</sup> Id, p. 191. Grifos no original.

pelo modo e pela proporção em que percebem a parte da riqueza social de que dispõem.”<sup>193</sup> Povo, em cada tempo histórico, é um rearranjo das relações entre as classes em determinada conjuntura ou processo histórico.

A construção do conceito de povo proposta pelo autor expressa duas significativas características de sua produção intelectual. A primeira, já ressaltada nesta dissertação, é a preocupação permanente com a historicização e contextualização do conceito que está utilizando. Isso é feito sob duas perspectivas: uma que visa a definição de um traço comum a todos os conceitos de povo, o que lhe permite uma noção universal, como categoria analítica; outra assim como a escravidão que lhe permite a especificação de sua utilização em determinado contexto, consentindo a expressão de sua composição a partir de realidade imediata, de seu particular. Assim Werneck Sodré constitui a permanente relação por ele apregoada entre universal e particular de suas categorias de análise histórica.

A segunda característica expressa na construção deste conceito está diretamente relacionada a sua compreensão política do processo de Revolução Brasileira. Ao construir povo como unidade do “conjunto das classes sociais empenhadas na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive”, o autor aponta para a alternativa da tática política proposta pelos pecebistas brasileiros: a frente única. Ainda que a política de frente única não esteja aqui apontada claramente, será a análise da sociedade a partir da categoria povo, dos interesses do povo, do papel do povo no processo político, que alavancará a tese da necessidade da ação conjunta das classes sociais “majoritárias” no Brasil (trabalhadores urbanos, camponeses e burguesia nacional) em defesa da revolução (democrático-burguesa) brasileira.

Contudo, o autor não nega as contradições entre as classes que configuram o povo, pelo contrário, chama a atenção para elas e afirma que

Compondo-se de classes, camadas e grupos diferentes, o *povo* apresenta contradições internas. Admiti-lo como formando uma unidade é pura ilusão. Distinguir as diferentes classes, camadas e grupos, e compreender as suas contradições não significa, entretanto, isolar uma das outras, mas situá-las

---

<sup>193</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967a, p. 191

devidamente. O critério justo sobre o conceito *povo* ajuda a compreender o papel das massas na história, particularmente na fase atual, e situa devidamente o complexo processo de desenvolvimento por que passam países como o Brasil, em que profundas mudanças estão ocorrendo e em que o mais importante aspecto do que é novo está, precisamente, na presença do povo na vida política.<sup>194</sup>

Para Werneck Sodré, a presença do povo como agente político se dá desde a Independência, estando também presente na República e na (atual) Revolução Brasileira. O autor caracteriza que no período da Independência a população está dividida em

(...) a) senhores de terras e de escravos, - que constituem a *classe dominante*, - e são, em vastas áreas, senhores de terras e de servos, quando nelas existem relações feudais; b) pessoas livres, não vivendo da exploração do trabalho alheio, agrupadas numa *camada intermediária*, entre os senhores, de um lado, e os escravos e servos, de outro, camada que receberá grande impulso com a atividade mineradora, compreendendo pequenos proprietários rurais, comerciantes, intelectuais, funcionários, clérigos, militares; c) *trabalhadores submetidos ao regime de servidão*; d) *escravos*.<sup>195</sup>

Afirma também que:

Como os servos e os escravos, tanto quanto os pequenos grupos de trabalhadores livres que se dispersam, particularmente em áreas urbana, não têm consciência política, embrutecidos que se acham pelo regime colonial, só participam da luta pela autonomia a classe dominante de senhores e a camada intermediária.<sup>196</sup>

Os trabalhadores de uma forma geral estão à margem do processo político. Foram protagonistas da execução das tarefas progressistas do período, portanto, as classes dominantes e as classes médias. Porém, o povo é constituído de toda a população do período, mesmo com a limitação da ação dos trabalhadores devido sua situação econômica e embrutecimento político.

É importante observar que a ausência de *ação política* não descaracteriza os trabalhadores da composição do povo. Sua permanência

<sup>194</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967a, p. 196. Grifo no original.

<sup>195</sup> Id, p. 198. Grifo meu.

<sup>196</sup> Id, p. 199.

como povo – definido anteriormente como “o conjunto das classes sociais *empenhadas na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário* na área em que vive” – é dada por uma noção subentendida de que é de seu interesse direto a Independência por sua condição economicamente determinada de classe. Definição esta que contradiz em certa medida os exemplos citados pelo próprio autor sobre a composição do povo na Revolução Francesa, na Revolução de 1848 na Alemanha e na Revolução Russa. Todos os exemplos citados pelo autor apontavam para as camadas da população envolvidas diretamente nas lutas progressistas.<sup>197</sup> Como já afirmado anteriormente, a ausência da ação política da classe trabalhadora brasileira é enfatizada pelo autor como persistente até o início dos anos 1930, devido a sua impossibilidade de agir conscientemente como classe e por um projeto coletivo.

Sendo assim, parece despontar na sua caracterização de povo dos anos da Independência esta contradição na qual a *ação como classe* não implica em sua manutenção ou não como povo. Os trabalhadores compõem o povo por uma característica inerente, determinada por sua localização no processo produtivo e por sua adesão inconsciente de interesse na Independência. Sendo assim, o autor acaba corroborando a tese por ele negada: de que nem todas as classes compõem o povo em qualquer período histórico. E incorrendo no outro argumento, também por ele negado, de que povo é identificado como a parcela mais humilde da população.

Ao debater quem é o povo no processo de proclamação da República, o autor apresenta novamente os mesmos setores de classe da sociedade, assim como aqueles que estavam presentes no processo de Independência. Eles mantêm-se em essência, tendo os trabalhadores a presença dos assalariados ainda em pequena quantidade. O conflito de interesses que leva ao processo de proclamação da República se dá, mais uma vez, intraclasse. Há duas perspectivas de condução econômica, tencionada pelo desenvolvimento capitalista exterior. Os produtores de café cada vez mais próximos da defesa do trabalho livre em contraposição aos defensores da manutenção do trabalho escravo. Essa diferenciação da classe dominante repercutirá no *povo* que desta vez não consta como toda a

---

<sup>197</sup> SODRÉ, Op.cit,1967a, pp. 190-191.



população, mas sim como todas as classes, exceto a fração de latifundiários (senhores de terra e escravos).

#### Segundo Werneck Sodré

Se a Independência reunira o apoio de todas elas [classes], com uma participação proporcional à força de cada uma e o grau de consciência política de seus elementos, já a República não provocaria a unidade. As classes interessadas na implantação do novo regime compunham ampla frente, englobando setores latifundiários e a burguesia nascente, o proletariado, o semiproletariado e os servos. Como acontecera na Independência, a burguesia nascente se mostrava vacilante; a pequena-burguesia, que esposara muito antes o ideal republicano, era mais enérgica em suas manifestações, o reduzido proletariado e particularmente o semiproletariado não haviam alcançado ainda o grau de consciência política necessário a uma participação eficiente; e a servidão permanecia estática, isolada no vasto mundo rural. Quem constituía o *povo*, então? Estas classes, evidentemente, as que estavam interessadas na tarefa progressista, historicamente necessária, de criar a República. A classe latifundiária não fazia parte do *povo*. Seu último serviço fora a Independência.

<sup>198</sup>

Após a República há a reorganização e recomposição de forças no poder na tentativa de impedir o povo de uma participação real deste espaço. Com isso, a burguesia nascente, ora organizada como povo, rearticula-se com a classe latifundiária recompondo as forças contra o povo. O autor ressalta que ambos os processos foram processos *progressistas* e não *revolucionários*. E deixa transparecer que o processo revolucionário no Brasil implica na derrota e retirada do poder do *latifúndio*, centro do atraso e da submissão ao imperialismo pela dependência do comércio exterior. Ao analisar o processo do [seu] tempo presente, Werneck Sodré afirma ser a tarefa progressista, revolucionária e historicamente necessária “Libertar o Brasil do imperialismo e do latifúndio.”<sup>199</sup>

Esta bandeira delimita quem é o povo no Brasil.

Povo, no Brasil, hoje, assim, é o conjunto que compreende o campesinato, o semiproletariado, o proletariado, a pequena burguesia e as partes da alta e da média burguesia que têm seus interesses confundidos com o interesse nacional e lutam

<sup>198</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967a, p. 202.

<sup>199</sup> Id, p. 203-205. Grifos no original.

por este. É uma força majoritária inequívoca. Organizada, é invencível. Para organizá-la, entretanto, para permitir que seus componentes tomem consciência da realidade, superando o concentrado bombardeio da propaganda imperialista, arrimada em poderosos recursos materiais e detentora do aparelho de difusão do pensamento, faz-se indispensável o regime democrático, de liberdade de pensamento, de reunião e de associação. Estão excluídos do *povo*, pois, nesta fase histórica, e agora para sempre, enquanto classes, os latifundiários, a alta burguesia e a média, comprometidas com o imperialismo, como os elementos da pequena burguesia que o servem.<sup>200</sup>

Este trecho da obra *Introdução à revolução Brasileira* é bastante esclarecedor sob aspectos diversos da leitura de Werneck Sodré sobre o [seu] tempo presente e abre espaço para um conjunto de questionamentos de sua análise. Embora seja bastante difícil apontar as contradições da obra do autor, inclusive porque não são muitas, cabe aqui ressaltar que com o debate da tarefa atual do *povo* brasileiro o autor deixa de lado algumas das principais características de sua análise, apresentando um forte apelo da “vontade política” sobre a “análise política”. Esmiuçando, pode-se afirmar que, primeiramente, o excerto contradiz a lógica que o autor vem trabalhando na própria categoria *povo*.

A demonstração dada pelo autor a partir da análise da atuação do povo na história do Brasil evidencia e destaca a reorganização das forças que compõem o povo, após a “conclusão” das tarefas progressistas comuns, sob os interesses da classe dominante. Isso ocorre tanto na Independência quanto na República, onde as frações da classe dominante “minoritária” reacomodam-se no poder buscando excluir os setores médios e populares de qualquer espaço e participação no novo sistema. Esta hipótese não é trabalhada pelo autor.

Werneck Sodré aponta, também, para a necessidade do desenvolvimento da consciência do povo, de uma consciência nacional, de uma consciência de sua função histórica. Sendo assim, a pauta democrática configura-se como central. O autor, sempre apegado aos dados e as determinações materiais dos processos, se encontra aqui argumentando sob uma lógica idealista. O autor não demonstra a partir de quais fundamentos estabelecer-se-ia esta consciência. O nacionalismo parece a resposta lógica.

---

<sup>200</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967a, p. 208. Grifos no original.

Da mesma forma, o autor não demonstra como, materialmente, os interesses entre classes antagônicas seriam acomodados sob os “interesses nacionais”. Um conceito por si só difuso. Durante toda a análise histórica da obra de Werneck Sodré ele atenta com entusiasmo às contradições que demandam a disputa e a imposição da exploração das classes dominantes sobre os trabalhadores. Neste momento da análise, a análise do tempo presente, este fator não é central em suas teses. De forma geral o autor não enfrenta o problema do poder. Tampouco argumenta como sanar as contradições de classe – as mesmas que ele salienta existirem sempre no seio do povo – durante este processo.

Outra questão que chama a atenção pela ausência de explicação é como diferenciar quem são os setores, as frações de classe da alta, média e pequena-burguesia ligadas ao imperialismo. Não há o comentário ou análise dos critérios que diferenciam e distinguem umas das outras, além da defesa do desenvolvimento nacional, uma caracterização vaga e dúbia. A chave para a explicação de muitos destes fatores é o nacionalismo, a ser trabalhado no próximo tópico. Cabe, ainda assim, apontar para a vontade política como eixo da argumentação do autor no processo de revolução brasileira. A diferença da estrutura de argumentação entre os estudos históricos e os estudos do tempo presente do autor é bastante notória. Nesta última, há pouca sustentação empírica e pouca precisão nas diferenciações entre os interesses nacionais e os interesses não nacionais. Resta debater o nacionalismo como opção de classe.

#### **4.3 Burguesia e operariado: nacionalismo como opção de “classe”**

O que define ser nacional? Essa talvez seja a pergunta primeira para tentar entender a nuances que fundamentam o argumento sodreano acerca da composição de classes no processo de revolução brasileira. Como demonstrado acima, o autor apresenta como ponto de unidade entre as

diferentes classes sociais, no processo que vivência em seu tempo presente, a defesa dos “interesses nacionais”. Tal defesa se daria mediante uma “opção nacional”, construída historicamente pelas necessidades e determinações do processo de desenvolvimento econômico e político da sociedade brasileira e efetivada na ação prática das classes.

Segundo o autor esta “postura nacional” é fenômeno de seu tempo, possibilitada pelo próprio processo de revolução brasileira e parte dele. Afirma que

Qualquer [que] seja a posição em face desse fenômeno central da vida política brasileira, nos dias que correm, que é o Nacionalismo, não há dúvida que representa fato de importância indiscutível, configurando um quadro e que tal posição deixa de ser indiferente para ser militante. Só os fenômenos cuja grandeza se traduz por semelhante generalidade e profundidade podem tornar-se divisores de águas. (...) Cumpre, pois, analisar as suas raízes uma vez que, na vida das coletividades, nada acontece por acaso, tudo tem seu momento próprio e decorre de condições concretas. A tarefa resume-se em demonstrar, pela análise histórica, que o Nacionalismo não só tem raízes profundas entre nós, como ainda, o que é fundamental, só poderia ter ocorrido agora, e não antes, e não poderia deixar de apresentar-se, nesta fase, com a força que não lhe podem negar, mesmo os seus mais ferrenhos adversários.<sup>201</sup>

Os adversários do Nacionalismo, segundo Werneck Sodré, são aqueles que negam a importância das mudanças que ocorrem no país, são aqueles agarrados ao passado e às interpretações históricas a ele vinculadas. São, em resumo, aqueles que defendem o arcaico, o atrasado, o velho. Mas não só estes. São também aqueles que ironizam o Nacionalismo, o desprezam e o denunciam como um rompimento com a realidade, uma “alfinetada” incontestada em setores do PCB e da esquerda em geral críticos à política de Frente Única e ao Projeto Nacional-Democrático.<sup>202</sup> A demonstração de que o nacionalismo é um processo historicamente determinado, questiona e derrota as posições conservadoras que defendem a eterna permanência das “coisas

---

<sup>201</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967a, p. 165-166.

<sup>202</sup> Importante lembrar que a política de Frente Única do PCB foi muito questionada após a derrota do projeto Democrático Nacional com o Golpe Civil Militar de 1964, como apresentado no capítulo 1 desta dissertação. As “alfinetadas” demonstram que o debate da crítica à linha política do PCB já está presente antes desta derrota, mas será mais bem formulado e potencializado na “opinião pública da esquerda” após o golpe.

como são e sempre foram” e que, assim, negam a própria lógica histórica da mudança.

Para Werneck Sodré, a humanização do especialista (o intelectual), responsável pela formulação analítica da História, traz a necessária relação com a realidade que o envolve e assim o incontestável reconhecimento do processo de matriz nacional que está em curso. E promove de uma ação militante. Aqui o debate sobre engajamento aparece com relevância. Ao afirmar que “(...) não há dúvida que [o Nacionalismo] representa fato de importância indiscutível, configurando um quadro e que tal posição deixa de ser indiferente para ser militante”, o autor associa diretamente a análise sobre o nacionalismo, seja ela pela positiva ou pela negativa, como uma posição necessariamente militante. Como em nenhuma outra fase histórica, a análise ganha o tom de engajamento político.

É necessário recordar que a opinião do autor sobre o envolvimento político com a análise é bastante clara: “não ter posição política justa é como não ter alma”. Contudo, há diferenças entre ter posição política e ter posição militante. A primeira, legítima, indissociável e até necessária ao desenvolvimento do conhecimento histórico.<sup>203</sup> A segunda também legítima, porém conflitante com a cientificidade necessária ao estudo histórico. Na análise da revolução brasileira o autor tem, cada vez mais, acentuada posição militante, representada – como já afirmado antes – por recorrente imprecisão na análise e maior grau de subjetividade na caracterização dos agentes históricos do seu tempo presente.

Seguindo na análise histórica do Nacionalismo, suas profundas raízes na história do Brasil podem ser averiguadas, segundo o autor, nos três principais eventos de mudanças qualitativa das relações institucionais sofridas, já por ele utilizados como referências de corte temporal: a Independência, a República e a Revolução Brasileira. E afirma que “(...) Pela simples comparação dos quadros, verificaremos o que era novo em cada momento, e o que era velho, e como, inevitavelmente, o velho cedeu lugar ao novo – e que o novo de determinada etapa passa a ser o velho da futura, e assim se

---

<sup>203</sup> Conforme HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

desenvolve a história, e por isso mesmo é que é história.”<sup>204</sup> É a partir desta irrefutável referência à Karl Marx<sup>205</sup> que Werneck Sodr e busca dar ao Nacionalismo uma rela o processual.

O detalhamento da sociedade brasileira no processo de Independência e República já foi por mim construído em t pico específico no capítulo segundo desta disserta o. Cabe aqui apenas salientar uma de suas estrutura es marcantes: a mudança qualitativa da rela o entre velho e novo se dá pelas altera es na constitui o do Povo – conforme conceito do autor – ou seja, “*as classes sociais empenhadas na soluço objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive*”<sup>206</sup>, no período em que vive.

Desta forma, o interesse nacional e, conseqüentemente, o nacionalismo   constituído pelos interesses que o Povo defende ou deve defender na perspectiva do autor. Isso leva a seguinte defini o de Nacionalismo

Por que o Nacionalismo? Porque, agora, são as forças econômicas externas o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento, e os seus aliados internos declinam em resistência, já não tutelam o país. Realizar-se nacionalmente, para um país de passado colonial, com estrutura econômica subordinada a interesses externos, corresponde a uma tarefa em muitos pontos idêntica   que os países europeus realizaram no alvorecer da Idade Moderna, com a derrota dos remanescentes feudais e o avanço da capitaliza o. O que para eles eram as rela es feudais antepondo-se ao desenvolvimento,  , para nós, tudo o que reflete ainda o passado colonial. O Nacionalismo apresenta-se, assim, como liberta o. De seu conteúdo libertador prov m o teor apaixonado de que se reveste e que leva seus opositores a considerá-lo mais como uma paixão do que como uma política. Conviria acentuar, no caso, que não existe paixão pelo abstrato, e que o Nacionalismo traduz uma verdade – a verdade do quadro histórico, a verdade   sempre concreta.<sup>207</sup>

O combate   explora o das forças econômicas externas demonstra a necessidade de uma “a o nacional”, de uma a o pensada para fortalecer o

<sup>204</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967a, p. 167.

<sup>205</sup> Ver obra. MARX, Karl. A mercadoria IN: O Capital, São Paulo: Civiliza o Brasileira, 1967. Livro 1, Volume 1.

<sup>206</sup> Conforme defini o de Povo construída no ponto 2 deste capítulo.

<sup>207</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967a, p. 180.

país mediante os ataques estrangeiros à economia do Brasil. Portanto, o nacionalismo, segundo Werneck Sodré, traz em si o debate democrático, promovido pela profunda e indissociável necessidade de obter apoio popular para seu triunfo, pois “(...) o Nacionalismo é popular, o que não pode surpreender a ninguém, uma vez que só é nacional o que é popular.”<sup>208</sup> E sua ascensão no Brasil não é anacrônica, é lastreada pela

(...) necessidade de compor um novo quadro, conjugando os interesses de classe, reduzindo-se a um denominador comum mínimo, para a luta em defesa do que é nacional em nós. É o imperativo de superar as contradições entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora que adota o Nacionalismo como expressão oportuna de uma política. É compreensão de que só a passando a segundo plano, sem negá-la ou obscurecê-la, a contradição da classe que fornece o trabalho, e que ganha consciência a cada dia que passa, e a classe que necessita capitalizar-se pela realização com os recursos nacionais e seu adequado aproveitamento, poderemos subsistir como nação que apresenta o Nacionalismo como solução natural e lhe dá essa força, essa penetração e esse poder catalisador que a simples observação registra.<sup>209</sup>

Esta posição sobre a unidade em nome do desenvolvimento nacional é idêntica a posição do PCB, apresentado no capítulo primeiro desta dissertação e aqui reproduzida com a mesma citação:

O fortalecimento da unidade da classe operária, o desenvolvimento e consolidação da aliança operário-camponesa são fatores decisivos para garantir a estabilidade e a ampliação da frente única. As reivindicações específicas da pequena burguesia, da intelectualidade e da burguesia nacional devem merecer da parte dos comunistas a maior atenção. Em relação aos grandes capitalistas brasileiros, nosso ataque deve ser dirigido somente contra aqueles que traírem os interesses nacionais, pondo-se do lado dos imperialistas ianques. Mesmo em relação aos latifundiários, nossa posição deve depender de suas atitudes concretas diante da luta pelas reivindicações e direitos de nosso povo. Concentrando sempre o fogo contra os imperialistas norte-americanos e seus agentes no Brasil, nosso dever é cooperar com todos os que desejam lutar pela soberania nacional, pelas liberdades democráticas,

<sup>208</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967a, p. 181.

<sup>209</sup> Id, 181-182.

por melhores condições de vida para o povo, por um Brasil próspero e independente.<sup>210</sup>

As convergências dessas caracterizações, que no fundo compõe a tática de Frente Única defendida pelo PCB, demonstram a aproximação de Werneck Sodré da linha política dos comunistas no que tange a orientação de ação para o período. Tal aproximação é bastante clara nas análises do autor de caracterização do seu tempo presente e podem ser observadas em diferentes passagens do texto. Contudo sua expressão mais relevante se dá justamente no aspecto do debate que caracteriza quem são os agentes da revolução brasileira. Retomarei este debate na seqüência deste texto, porém caba apontar desde já que o processo de revolução brasileira e a caracterização de seus atores é a relação mais clara entre Werneck Sodré e o PCB.

Ainda na construção destes sujeitos ou agentes da revolução brasileira, o autor busca caracterizar a “burguesia nacional” e justificar a importância da ação conjunta entre esta e a classe trabalhadora. Objetivando demonstrar as raízes deste processo no país, Werneck Sodré recorre novamente a historicização do acontecimento em análise. Assim como fez com o Nacionalismo, procurando demonstrar suas raízes através de cortes temporais específicos (Independência, República e Revolução Brasileira), a unidade entre as classes no país no desenrolar da revolução brasileira também é fruto de um processo histórico específico.

Segundo o autor, o processo revolucionário nos países de subdesenvolvidos, de passado colonial e de descolonização recente depende da análise da situação concreta de cada país. No caso do Brasil deve-se levar em consideração as contradições entre burguesia e proletariado e entre burguesia e imperialismo. Assim como se deve considerar potencialidade da burguesia para cumprir as tarefas democráticas e nacionais, características da revolução burguesa, necessárias à libertação de um país, construindo uma

---

<sup>210</sup> PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Projeto de resolução do CC do PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do PCUS da URSS (20/10/56)**. IN: CARONE, . op. cit. p. 147-148.



“independência autêntica e o pleno desenvolvimento das forças produtivas”.<sup>211</sup>

Sendo assim, cabe a avaliação de cada caso.

Uma coisa é a burguesia nos países desenvolvidos, outra coisa nos países ditos subdesenvolvidos e uma terceira coisa nos países coloniais ou de passado colonial recente. O que distingue, em particular, a posição desses três tipos de burguesia é o que concerne ao problema nacional. Essa relação com o problema nacional coloca, assim, na atual etapa histórica, a categoria de burguesia nacional.<sup>212</sup>

E prossegue afirmando que “Por burguesia nacional entende-se a fração da burguesia objetivamente interessada na exploração do mercado nacional e, conseqüentemente, na eliminação do domínio dos monopólios imperialistas sobre esse mercado”. Na busca de precisar o conceito de burguesia nacional, Werneck Sodré afirma não ser esta apenas distinguível por sua colocação no ramo produtivo, em uma associação comum entre burguesia comercial ligada ao imperialismo e a burguesia industrial associada ao desenvolvimento nacional. Afirma que

Parece que o critério válido consiste em verificar as ligações de cada camada ou fração da burguesia com o imperialismo para se concluir de sua posição nacional ou não, e pode bem ocorrer que parte da burguesia comercial seja nacional e parte da industrial esteja comprometida com o imperialismo, como pode acontecer que parte da alta burguesia represente uma parcela importante da burguesia nacional.<sup>213</sup>

Aqui me parece plausível a hipótese de que a busca pela confirmação da tese da existência de uma burguesia eminentemente nacional faz com que o autor se afaste de uma de suas principais características de analista: a história concebida como totalidade.<sup>214</sup> A fragmentação da burguesia em diferentes camadas ou extratos faz com que se descaracterize seu papel

---

<sup>211</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967b, p. 367.

<sup>212</sup> Id, ib

<sup>213</sup> Id, p. 368.

<sup>214</sup> Conforme Lukács, totalidade pode ser compreendida a partir do (...) problema da compreensão unitária do processo histórico surge, necessariamente, como o estudo de todas as épocas e de todos os setores parciais, etc. E é aqui que se revela a importância decisiva da concepção dialética da totalidade, pois é muito possível que qualquer pessoa compreenda e descreva um acontecimento histórico de maneira essencialmente justa sem que por isso seja capaz de perceber este acontecimento no que ele realmente é, na sua função real no interior do todo histórico a que pertence. Isto é, de o perceber no interior da unidade do processo histórico (Lukács apud VIANA, 2007, p. 869).

como classe. De forma geral, a defesa de que a burguesia age mediada por considerações políticas e não econômicas leva o autor a negar sua própria tese sobre a origem da burguesia brasileira.

Segundo Werneck Sodré a burguesia brasileira nasce sob novas condições de determinação mundial: a era do imperialismo. Deixa claro seu entendimento de que o capitalismo vive sua fase monopolista e que seus interesses no Brasil – demonstrados por gráficos, números e quantificações – são de ampliação da principal característica do monopólio que é o controle vertical das fases da produção e do capitalismo em geral, produzir mais e mais barato. E afirma que esta nova fase “É o contrário, justamente o contrário, do que ocorreu nos períodos de expansão do capitalismo de concorrência, quando a dispersão era característica.”<sup>215</sup>.

A profunda consciência que o autor demonstra sobre o processo de centralização e monopolização do capitalismo é contrastante com sua defesa teórica de burguesia nacional<sup>216</sup>. A caracterização da fase imperialista do capitalismo é feita sob os mesmos termos que Lênin apresenta em seu texto clássico sobre o tema, “Imperialismo: fase superior do capitalismo”, e que, conforme consta no arrolamento bibliográfico de “O que se deve ler para conhecer o Brasil”<sup>217</sup>, atualizado em, 1960, já é de conhecimento do autor. Cabe então, novamente, o questionamento de que o autor se permitiu tencionar pela sua análise política, por sua vontade política, por seu engajamento e militância e não por uma análise concreta da situação brasileira no contexto mundial.

---

<sup>215</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967b, p. 375.

<sup>216</sup> Na obra de Lênin “Imperialismo...”, que caracteriza o processo de acumulação do capital em esfera internacional (verticalização da produção e horizontalização do mercado), e que é de conhecimento de Nelson Werneck Sodré (conforme listagem de “O que se deve ler...”) a impossibilidade de uma burguesia nacional advém da inerente necessidade do capital de ser “internacional” e de sua mundialização a partir do sistema monopólico de produção. Seu desenvolvimento desigual como forma primeira de sua manutenção enquanto sistema produtivo busca incessante pela redução do valor agregado do produto final e pela diminuição dos custos de produção a partir da absolutização da exploração do trabalho vivo (mais valia absoluta) e de sua potencialização com a mecanização da produção (mais valia relativa). LENIN, Vladimir. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1982. (texto original de 1916) e SODRÉ, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988. 7 ed. p. 204.

<sup>217</sup> SODRÉ, Op.cit, 1988.

Outros dois pontos que corroboram esta opinião devem ser destacados: ao afirmar que “Parece que o critério válido consiste em verificar as ligações de cada camada ou fração da burguesia com o imperialismo para se concluir de sua posição nacional ou não (...)”, o autor não informa ou orienta sobre o que caracteriza a burguesia como de interesse nacional ou não. Durante toda sua defesa esta indefinição de em que consiste, praticamente, a “opção nacional” da burguesia deixa espaço para o questionamento da validade de sua análise.

Outro aspecto a ser ressaltado está diretamente relacionado à questão da totalidade. Ao analisar a particularidade do caso brasileiro e da formação de sua burguesia, o autor prescinde da definição de classe em si. Simultaneamente, mesmo usando a obra de Lênin como referência, Werneck Sodré desconsidera em sua análise a conclusão de que o capitalismo monopolista é a fase em que o capitalismo enraíza-se mundialmente, estando toda a economia organizada para sustentá-lo e que sua tendência é expandir-se permanentemente, horizontal e verticalmente.

Além da burguesia nacional, o autor também considera o povo na construção do nacionalismo. Segundo Werneck Sodré

A principal das forças atingidas por aquele processo [desenvolvimento capitalismo], de alguns lustros a esta parte, vem sendo, sem a menor dúvida, o proletariado. Os estudos de história e economia insistem, entre nós, em desconhecer, omitir ou negar essa força; a estatística se esmera em sonegar as informações que lhe confere destaque, englobando cifras de produção, como se o capital resultasse de alguma composição química ou fosse colhido no ar; a política insiste em negar-lhe os direitos mais elementares e se surpreende com as suas reivindicações. No plano teórico tudo aparece como se essa classe não existisse. Dir-se-ia que tal orientação esconde um secreto desejo de que houvesse burguesia sem proletariado.<sup>218</sup>

O autor continua sua análise afirmando a burguesia tenta impor sua posição de supremacia no processo da revolução brasileira, mas não pode prescindir do apoio do proletariado e campesinato, que por sua vez exigem maior espaço de representatividade e impõem o problema democrático no país. Contudo, sobretudo após a Revolução Cubana e sob pressão do Imperialismo

---

<sup>218</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967b, p. 376.

a burguesia tem buscado uma postura fracional junto ao proletariado, sob a bandeira do 'anticomunismo'<sup>219</sup>. Para Werneck Sodré, tal postura implica no enfraquecimento da defesa nacional e a abertura para a ação imperialista no país.

Para o autor há sim uma disputa essencial entre a burguesia e o proletariado no Brasil e nos países subdesenvolvidos no geral, inerente à luta de classes, porém deve ser hierarquizada de forma secundária em relação ao Imperialismo e em nome da construção do processo nacional. Werneck Sodré afirma que fazer da burguesia nacional o principal inimigo é

(...) uma posição [que] funda-se numa análise teórica e numa visão prática deformadas: repousa na suposição de que o fortalecimento da burguesia contra o imperialismo e o latifúndio, em casos como o do Brasil e na atual etapa histórica, possa levar a uma situação semelhante àquela que sucedeu às revoluções burguesas clássicas, quando a classe minoritária que tinha hegemonia do processo, conquistando o poder, preferiu assegurar à classe vencida alguns de seus privilégios, voltando-se contra o proletariado e o campesinato, que lhe haviam fornecido a base política.<sup>220</sup>

Volta aqui ao debate a noção de que o poder dos interesses comuns do povo é maior do que os interesses das classes em contradição. Mais do que isso, que os interesses populares são capazes de “segurar” os interesses da burguesia através da construção de um processo democrático e profundamente nacional, que ponha em primeiro plano o interesse da maioria. Segundo o autor, esse comprometimento nacional entre a burguesia e as demais classes sociais é o que torna impossível um recuo ou uma “traição” do projeto nacional-democrático.

Contudo, o autor não nega a possibilidade de que o rumo do processo nacional não seja o desenvolvimento democrático burguês.

Levanta-se também a hipótese, em consequência, de superarem os países onde o capitalismo ainda não se instalou a rigor, em que tem uma significação secundária no conjunto da economia, a etapa capitalista, voltando-se, desde logo, no processo de emancipação e de libertação nacional, para a via socialista, enquanto os países em que as relações capitalistas

<sup>219</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967b, p.376

<sup>220</sup> Id, p.379.

atingiram já um desenvolvimento mais ou menos amplo passariam pela etapa de pleno desenvolvimento capitalista, nas condições peculiares de cada um, para permitir à passagem à etapa socialista. O chamado “Estado de democracia nacional” seria, no caso, - o da situação de inexistência de relações capitalistas amplas – uma forma específica de desenvolvimento não-capitalista calcada principalmente na experiência socialista já acumulada.<sup>221</sup>

A afirmação da análise de caso a caso acaba por considerar a possibilidade de um processo não-capitalista de desenvolvimento para os países “subdesenvolvidos” e deixa exposta a influência do processo cubano na análise do autor. Contudo o autor não abandona a caracterização de que nos países subdesenvolvidos há a predominância de uma “burguesia nacional” que se diferencia da burguesia “clássica” por ser fruto de um processo desenvolvido sob o imperialismo, o que não lhe faz “naturalmente” revolucionária como sua predecessora originária, porém lhe impõe a pauta democrática e nacional como condição ao seu desenvolvimento autônomo.

A dissipação dos interesses de classe sob os interesses nacionais põe em foco a questão da disputa pelo poder. O autor não chega a debater os problemas da conquista do poder, porém, a questão do povo como agente da revolução brasileira implica neste debate e que será uma das críticas dirigidas à proposta do PCB de projeto nacional. Ainda cabe ressaltar que sob este aspecto o a tese da revolução brasileira se aproxima dos debates acerca do populismo.

O populismo como processo histórico é caracterizado pela pauta desenvolvimentista - de aceleração da economia nacional, pelo apelo ao povo como agente social, pela coalização de classes, pelo nacionalismo e pela direção política de um sujeito carismático, capaz de condensar em sua imagem as características anteriores, mantendo a unidade política necessária para o desenvolvimento do país. A exceção do líder carismático, as demais características aqui elencadas constituem a caracterização do processo de revolução brasileira.

---

<sup>221</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967b, p.367.

O populismo surge na historiografia de forma pejorativa, negativa, como um processo de ilusão, manipulação do povo. A revolução brasileira, por sua vez, é analisada sob dois momentos, como apresentado no capítulo 1 desta dissertação: primeiro, sob a caracterização apresentada por Werneck Sodré, como processo de aceleração da industrialização e do capitalismo no Brasil sob a direção do povo, e após o golpe civil-militar de 1964, sob a forma de balanço político sobre a linha política do PCB. A proximidade entre ambas as caracterizações permite a comparação entre elas.

Dentro destas questões é que se pode afirmar que o Nacionalismo é, para o autor, uma opção de classe. Uma opção das classes em nome de um projeto conjunto. Esse processo é o que o Werneck Sodré chama de Revolução Brasileira, ou o processo do desenvolvimento da etapa burguesa no Brasil, sob os auspícios do imperialismo e contra ele e seus representantes em território nacional (latifúndio).

#### **4. 4. Latifúndio e Imperialismo: duas faces da mesma moeda**

Se, para Werneck Sodré, o povo (trabalhadores da cidade, do campo e camadas das classes médias, da burguesia e da alta burguesia) é a força nacional da revolução brasileira, a força do imperialismo está representada no latifúndio. A contradição entre burguesia e latifúndio acentua-se com o processo de industrialização, sendo este último o entrave ao desenvolvimento da própria burguesia.

O desenvolvimento da burguesia, no Brasil, em relação ao latifúndio, passa por duas etapas: a primeira se caracteriza pela coexistência da burguesia com o latifúndio, quando o crescimento e o alastramento de relações capitalistas apresentam a compatibilidade com a existência e a predominância do latifúndio; a segunda, quando o desenvolvimento das relações capitalistas se incompatibiliza com o latifúndio e demanda, para prosseguir, a liquidação deste. Na primeira, a contradição permanece latente, ou repona em alguns episódios, na segunda, ela se torna aguda.

Claro está que estamos, agora, em plena segunda etapa, quando o desenvolvimento da burguesia exige a liquidação do latifúndio. *A possibilidade tornou-se necessidade.*<sup>222</sup>

A necessidade de enfrentamento ao latifúndio é posta pelo autor como uma condição ao aprofundamento do processo burguês no país. O latifúndio é a marca do atraso e contrapõe-se frontalmente ao desenvolvimento e à modernização defendidos por Werneck Sodré. Ao mesmo tempo, está no latifúndio a imagem do autoritarismo contra o qual o projeto de nacional se levanta, sendo que a democracia   a base de sustentac o da a o das classes em prol do desenvolvimento nacional.

Para Werneck Sodré claro está que a burguesia compreende o vínculo entre latifúndio e imperialismo, expresso em vários números e obras citadas no texto, que demonstram que a rela o monopolista do mercado mundial   que exige do latifúndio sua permanência monocultora e regulada por agentes externos   economia brasileira. E afirma que

Tornou-se claro que o monopólio da terra   causa do nosso atraso, ou como escreveu Prebisch [<sup>223</sup>]: “Nossa superestrutura inflacionária   uma expressão de nosso atraso e de nossa pobreza, um reflexo de nossa estrutura econômica caduca.” Caduca fundamentalmente pela existência do latifúndio, que entrava as rela es capitalistas, marginaliza enorme parcela de nossa popula o e det m o aumento da riqueza. *A grande agricultura, voltada para a exporta o, tornou-se  nus pesad ssimo ao desenvolvimento do país, pela sua estrutura fundiária, e a pequena agricultura, voltada para o mercado interno, sofre a desigualdade de tratamento, que se espelha escandalosamente na alta dos preços dos g neros alimentícios mais necessários.*<sup>224</sup>

Há a diferencia o entre a agricultura do latifúndio, de monocultura exportadora e a agricultura das pequenas propriedades, produtora de bens de consumo para a cidade, e que demonstra a diferencia o em rela o   defesa do trabalho do camponês contra a lógica da produ o de matérias-primas para

<sup>222</sup>SODRÉ, Op.cit, 1967b, p. 343.

<sup>223</sup>Raul Prebisch   um dos principais nomes do desenvolvimentismo, fundador da Cepal e referência entre os intelectuais na América Latina nos anos 1940-1960.

<sup>224</sup>SODRÉ, Op.cit, 1967b, p. 350.

a exportação. Na análise do autor, o combate a esta lógica é uma luta árdua contra a imposição dos interesses internacionais na economia do Brasil.

Sobre o tema Werneck Sodré apresenta como exemplo o algodão, que sofre o *dumping*<sup>225</sup> promovido pela indústria norte-americana. A baixa de preços põe em crise produções como a do Brasil, exigindo o salvamento a partir de investimento público através do financiamento do Estado. As indústrias que controlam o algodão no Brasil são estrangeiras, sobretudo americanas, e mesmo assim recebem o financiamento público. Os lucros, contudo, são enviados à matriz, inclusive a norte-americana, esvaindo as divisas e consagrando a operação através de “capital comercial da pior espécie.”<sup>226</sup>

O latifúndio possibilita a intervenção das empresas estrangeiras na economia nacional, pois é regulado pelo mercado externo e suas variações pressionam a política de câmbio do país. O latifúndio, ao lado do imperialismo, produz o tencionamento necessário à flexibilização das relações produtivas junto aos investidores no campo brasileiro, desarmando as fronteiras nacionais e concretizando a política econômica voltado à produção monocultora e agroexportadora. A evasão das divisas e o uso do dinheiro do Estado em capitais privados das empresas estrangeiras concorrem frontalmente com os interesses do setor nacional da burguesia, segundo o autor, gerando saídas políticas que salvaguardam o poder político desta classe (instruções da SUMOC sobre a taxação da remessa de lucros, por exemplo), mas que prejudicam o desenvolvimento econômico autônomo do país. O latifúndio e sua permanência concorrem à industrialização de caráter nacional, voltada a atender e desenvolver ainda mais o mercado interno e as necessidades da população brasileira.

Embora tenha preponderância no cenário político e seja necessária a confrontação direta ao latifúndio, a burguesia não liquida o latifúndio porque está imprensada entre suas demais contradições com a classe operária e camponesa. Se o imperialismo vale-se do latifúndio na ampliação de sua interferência na economia do país, forjando a contradição com os “interesses

---

<sup>225</sup> Baixa de preços combinadas e propositais para levar à crise as produções menos lucrativas.

<sup>226</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967b, p. 351.



nacionais” da burguesia local, os trabalhadores urbanos e do campo tem como contradição principal a própria situação de classe. É a conjunção das contradições entre essas classes que organizam a postura da burguesia no Brasil, uma postura que visa mantê-la no poder permanentemente:

Na contradição com o latifúndio, tomada isoladamente, a burguesia está vinculada ao proletariado, também interessado na aniquilação do latifúndio, e com o campesinato, maximamente interessado na aniquilação do latifúndio. Daí o fato, no terreno concreto, de desejar a burguesia determinada forma de reforma agrária, e lutarem as outras classes e camadas, notadamente o proletariado e o campesinato, por uma forma diferente de reforma agrária. Estas classes, todas elas, têm contradição com o latifúndio, não é apenas a burguesia que participa desta contradição – mas visam a solução desta contradição de maneiras diversas, para chegar a resultados diversos.<sup>227</sup>

A clareza que o autor apresenta sobre os interesses em jogo entre as contradições de classe é, muitas vezes, contrastante com a certeza política da necessidade da unidade em frente única de defesa nacional de todas as classes contra o latifúndio e, conseqüentemente, o imperialismo. Segundo Werneck Sodré, apenas teme a unidade em defesa de um programa nacional e democrático aqueles que ainda duvidam da força das classes trabalhadoras no processo político em curso<sup>228</sup>.

Se o que identifica a burguesia como nacional são seus “interesses nacionais” e esta, por sua vez, teme a ruptura das rela es com o latifúndio e o avanço das classes populares na cena política, porque a aliança de frente única em defesa dos supostos interesses comuns? Como se daria a conquista do poder pelos trabalhadores em face de tão diferentes interesses em jogo dentro da própria frente de a o política?

Essas questões são ainda mais eloqüentes quando analisamos a rela o que o autor estabelece entre burguesia e imperialismo:

No caso brasileiro, pois, a aliança entre imperialismo e latifúndio já não satisfaz mais as necessidades do imperialismo; ele necessita participar do desenvolvimento da capitaliza o nacional e, em conseq ncia, levanta algumas

<sup>227</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967b, p. 344.

<sup>228</sup> Id, p. 378.

questões pertinentes ao desenvolvimento burguês interno, como a de uma reforma na estrutura agrária, de vez que participa amplamente da luta pelo mercado interno. (...) Daí, naturalmente, a complexidade que apresenta a contradição entre a burguesia e o imperialismo, no Brasil, numa fase em que o imperialismo começa a abandonar a tradicional aliança com o latifúndio, que sabe condenado, e se esforça por estabelecer ou consolidar uma aliança com a burguesia, dificultada pelas contradições que o separam desta. E a política da burguesia, em relação ao imperialismo, varia entre a resistência e a conciliação (...).<sup>229</sup>

A explicação de que “no caso brasileiro, pois, a aliança entre imperialismo e latifúndio já não satisfaz mais as necessidades do imperialismo; ele necessita participar do desenvolvimento da capitalização nacional (...)” demonstra a contradição em curso no país. Se o imperialismo é uma força capaz de coligar-se aos extratos nacionais da burguesia, defender parte da pauta desta (como reforma agrária, desenvolvimento do mercado interno e de uma indústria nacional) onde fica estabelecida a contradição dos “interesses nacionais” *versus* os “interesses do imperialismo” que permeia a definição do autor de burguesia nacional?

Se há a constante variação de posição da burguesia com relação ao imperialismo e ao investimento estrangeiro no Brasil, qual o sentido da aliança entre trabalhadores e burguesia, ainda que para o desenvolvimento do país, se o próprio desenvolvimento está “ameaçado” pela instabilidade da classe burguesa? Aqui ganha força o argumento da correlação de forças: quanto menos tensão dos trabalhadores sofrer a burguesia, mais facilmente esta se aliará com o imperialismo. Sua análise demonstra, inclusive através de dados, que a aproximação entre imperialismo e burguesia é cada vez maior, sendo que a última vacila, quando não abdica, da solução de problemas latentes, caracterizados como componentes do processo democrático burguês ainda em curso no país. As reformas essenciais às necessidades dos trabalhadores – agrária, urbana, constitucional – são em um único movimento aquilo que expressam a unidade e a ruptura entre as classes no país.

Sendo assim, cabe ao proletariado e aos trabalhadores do campo o papel de “fiéis” da balança no jogo político do desenvolvimento brasileiro, e o

---

<sup>229</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967b, p 358.

papel da frente única ganha maior força. Como afirmado anteriormente, a contradição principal do Brasil, na visão de Werneck Sodré, é a contradição entre os interesses nacionais e os interesses do imperialismo, sendo necessário deixar em segundo plano, hierarquicamente tratando, a contradição de classes, inerente a própria existência das classes sociais.

Werneck Sodré permanentemente aponta as contradições deste processo e afirma que reforma constitucional, limitação da propriedade da terra, titulação de posse das terras são, na verdade, medidas de reforma burguesa, mas que, devido ao momento histórico em que acontecem no Brasil (sob o domínio imperialista) são refutadas pela própria burguesia que as teme e teme também a ruptura com o latifúndio. E mais uma vez a correlação de forças vira o tema central de sua tese:

Todos os seus recuos e concessões ocorreram quando a porta para o recuo estava aberta, quando lhe era possível recuar. Ao enfrentar o imperialismo, cuja força é ainda muito grande, firma-se, ou avança, ao sentir que aporta para o recuo está fechada, que a sua base política se voltará contra ela. Entre o imperialismo e as forças populares, que constituem a sua base política, prefere sempre conciliar com o mais forte e enfrentar o mais fraco.<sup>230</sup>

A correlação de forças é, portanto, o ponto que delimita a postura da burguesia para uma atitude nacional ou não e, com isso, reafirma a tese de que o esquerdismo (por ele entendido como a posição contrária à frente única) e a incompreensão de que o principal inimigo dos trabalhadores brasileiros era o imperialismo e não a burguesia, sendo que a inserção do imperialismo é o que impede a concretização da etapa burguesa (nacional e democrática) do Brasil.

Se latifúndio e imperialismo compõem as duas faces de uma mesma moeda, a correlação de forças pode fazer com que mesmo a burguesia seja aliada do imperialismo. Esta contradição é bastante clara na obra do autor que analisa a história da burguesia no Brasil e que foi usada como fonte principal deste tópico. Apesar da clareza das contradições existentes, o autor não abre mão da defesa de uma frente única em defesa daquilo que é nacional e de um

---

<sup>230</sup> SODRÉ, Op.cit, 1967b, p 364-365.

espaço democrático na construção de uma nova etapa de desenvolvimento do país.

#### **4.5 Apontamentos para o debate**

Na construção deste capítulo buscou-se demonstrar a análise que Werneck Sodré constrói sobre o processo histórico em curso no seu tempo presente, a chamada Revolução Brasileira. Com ela, muitas categorias surgem para a discussão na dissertação: a necessidade da definição de povo, a necessidade da qualificação da burguesia (nacional ou não-nacional), a necessidade da leitura dos interesses em jogo. A busca por delimitar estas questões no texto do autor e apontar suas possíveis contradições foi a tônica de cada um dos tópicos.

Para isso, parti da Revolução de 1930, uma polêmica comum na análise historiográfica brasileira. Qual o papel e o peso deste evento político? Na visão de Werneck Sodré é um divisor de águas, uma mudança profunda na conjuntura e na correlação de forças onde a burguesia ganha espaço e firma-se como classe politicamente dominante, abrindo espaço para a sua construção como classe economicamente dominante.

A correlação de forças, ainda que de forma implícita, acompanha toda construção do capítulo. O que o autor define por correlação de forças está diretamente relacionado à leitura da realidade e de como mover-se, politicamente, dentro dela. Surge, assim, a inevitabilidade do posicionamento político acerca do que ocorre no país o que para o autor é não apenas inevitável, mas necessário a qualquer análise histórica (é a sua alma). Assim Werneck Sodré aponta, num conjunto de contradições sempre explícitas em sua obra, as contradições de seu próprio tempo e de sua leitura sobre o presente.

A análise do tempo presente tem por princípio a contradição, a busca do movimento. Isso pode explicar saídas políticas, como a frente única, que parecem aos nossos olhos de leitores do passado, tremendamente contraditórias. Contudo, no tempo presente de Werneck Sodré a disputa pelos rumos do processo político brasileiro não é letra fria de um ou outro documento, mas sim a vida cotidiana e o incentivo à ação, a orientação para mover-se em alguma direção, ainda que esta comprometa em disputas futuras; é a explicitação da lógica militante, da lógica de quem ousa pensar futuros dentro dos limites da visão de seu tempo.

Não há qualquer sentido o julgamento político das análises apresentadas pelo autor e muitas vezes, como demonstrado, contraditórias. Buscou-se salientar as contradições evidentes entre os dados e as conclusões, entre a vontade e a realidade. A construção da história do tempo presente de Werneck Sodré, no seu conjunto de equívocos e acertos, é o que lhe faz um homem de seu tempo, um teórico relevante, um analista indispensável ao conhecimento da vida política e da história intelectual do Brasil.

## CONCLUSÃO

Ao concluir este trabalho de pesquisa acredito ser necessário retomar alguns aspectos já apresentados ao final de cada capítulo como “considerações ao debate”. Todos os aspectos trabalhados visaram um maior conhecimento da totalidade das categorias utilizadas por Werneck Sodré bem como acompanhar a construção de cada uma dentro de sua obra e na relação com o seu contexto. Desta forma, pontuo aquilo que considero de maior relevância ao entendimento de sua obra.

Como ponto primeiro, quero destacar que o estudo da obra de Nelson Werneck Sodré nos permite acompanhar o grande respaldo material da análise sodreana. Suas análises são feitas partindo de longo elenco de fontes, sejam elas bibliográficas, literárias, documentos oficiais, dados quantitativos, leis, etc. A habilidade com que o autor entrecruza esses dados demonstra que sua obra é fruto de um profundo esforço reflexivo, visando compreender o “estado da arte” da revisão histórica do Brasil, mapear seus limites e constatar novos pontos a serem trabalhados.

Esta disciplina de pesquisa demonstra, de per si, que a obra de Werneck Sodré está longe de ser considerada apenas um panfleto ou reprodução dogmática das categorias originadas do “marxismo oficial” soviético. E mesmo nas questões mais polêmicas, como a caracterização da existência do feudalismo no Brasil, o autor é capaz de demonstrar, pela explicitação do seu método e da sua lógica de raciocínio, que a historicização e contextualização dos conceitos são questões primeiras na construção da análise da realidade – como demonstrado no tópico “2.1: Modernidade e concepção de história”.

Outro ponto a ser destacado é que o engajamento<sup>231</sup> - representado por sua decidida participação política, anunciada nos prefácios das três obras

---

<sup>231</sup> Conforme HOBBSAWM, Eric. **Sobre História: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

que constituem as fontes principais deste trabalho<sup>232</sup> -, é parte do que lhe propiciou a busca por novos temas de pesquisa. Assim, ao contrário do que tradicionalmente afirma a historiografia, a militância de Werneck Sodré não está demonstrada pela suposta limitação dogmática de sua análise, efetivada pro categorias estanques e trasladadas da realidade europeia para a brasileira. Seu engajamento atinge sua análise em um momento específico: o da análise de seu presente imediato e na conseqüente elaboração sobre a ação necessária à mudança futura. Fica claro aqui que o balanço político acerca da orientação de ação do PCB e de seus adeptos pesa para o descarte do autor como “intelectual viável” da esquerda brasileira.

Cabe aqui introduzir o tema sobre a proximidade das teses de Nelson Werneck Sodré com o PCB. Não podemos afirmar, a partir das fontes que constituem este trabalho, a ligação oficial e orgânica do autor com o partido. Contudo, estudiosos de Werneck Sodré, como André Moysés Gaio e Paulo Cunha<sup>233</sup> sustentam esta relação e demonstram, a partir de entrevistas, cruzamento de dados, etc., que ela existiu. A convergência da caracterização que Werneck Sodré tem com o Partido está muito pautada na leitura da conjuntura: defesa incondicional da Frente Única como forma de ação política, a caracterização de uma burguesia nacional e de uma etapa democrático-burguesa a caracterizam.

Há, por isso, que se destacar a visível mudança da densidade da análise de Werneck Sodré entre os livros *Formação Histórica do Brasil* e *História da Burguesia Brasileira*, sobretudo nos últimos capítulos dedicados a caracterizar a burguesia pós anos 1930. Como destacado em diferentes passagens do capítulo três desta dissertação, o autor foge da rigidez de seu método e define sob bases frágeis de argumentação o que distingue a burguesia nacional da burguesia não nacional, resumida a seu “sentimento nacional”. Esta fragilidade, a meu ver, demonstra a vontade política sobrepondo-se á análise política. Questão plenamente compreensível do ponto de vista histórico, pois como afirma o brigadeiro Teixeira em entrevista a

---

<sup>232</sup> Introdução à Revolução Brasileira (1958), *Formação Histórica do Brasil* (1962) e *História da Burguesia Brasileira* (1964).

<sup>233</sup> GAIO, op. Cit, 2000 e CUNHA, op. Cit, 2002.

Cunha “(...) estávamos completamente convencidos de que o caminho do progresso político era dentro da legalidade democrática.”<sup>234</sup>

Contudo, os posicionamentos políticos sobre a realidade brasileira que influenciam e, sim, distorcem a análise de Werneck Sodré sobre o Brasil não o descaracterizam como autor marxista dotado de originalidade. A demonstração do esforço de análise, partindo de uma relação prática-teoria-prática. Isso fica bastante claro, no entendimento por mim estabelecido, com a centralidade da categoria trabalho na caracterização do processo histórico brasileiro até a abolição da escravidão. Essa noção do trabalho como categoria central na caracterização das sociedades é ainda bastante discutida entre os marxistas da atualidade, sendo palco de muitas polêmicas. Através desta abordagem é possível perceber certo refinamento na leitura de do autor e demonstra o conhecimento das obras do próprio Marx.

O mesmo refinamento pode ser percebido nas questões específicas trabalhadas pelo autor. Os muitos matizes com que caracteriza as classes no Brasil demonstram que o autor se distancia cada vez mais da possibilidade de ser enquadrado como um dogmático intérprete soviético. A atenção dispensada às questões culturais também aponta a ruptura desta relação “engessada”, Werneck Sodré trabalha com questões como miscigenação, literatura, folclore, arte. Sinais possíveis de sua autonomia frente ao receituário da III Internacional Comunista.

Outro ponto de grande relevância na obra do autor é o debate forjado entorno da categoria de “contemporâneo do não-coetâneo” que significa a coexistência de uma ou mais “etapas” distintas na mesma sociedade. A conceituação de “contemporâneo do não-coetâneo” demonstra, assevero, a busca do autor para a explicação do contraditório que, dentro de uma lógica “etapista formal” seria dispensada. Ou seja, apesar de o autor não abrir mão da caracterização das sucessivas etapas, busca, mediado pela realidade, flexibilizá-las e reorganizá-las em sua análise. Este movimento teórico-metodológico realizado pelo autor, mais uma vez, corrobora a ausência da simploriedade em seu pensamento.

---

<sup>234</sup> CUNHA, . Op. cit. p. 255.



Desta forma, apresenta-se a dualidade entre arcaico e moderno como uma expressão da leitura política da realidade, que orienta a lógica de leitura do autor na contraposição essencial do desenvolvimento do Brasil. Porém, esta orientação não simplifica ou reduz a interpretação de Werneck Sodré a uma mera comparação entre “bom ou ruim”. Conforme demonstrada por Bernardo Ricupero sobre Caio Prado Júnior – no segundo capítulo desta dissertação – a dualidade entre arcaico e moderno é parte constante da leitura dialética da realidade, que visa buscar na contradição entre um e outro o nascimento da nova fase em desenvolvimento.

É importante salientar também que Werneck Sodré é um dos primeiros pensadores brasileiros a ter conhecimento das obras de George Lukács, ao lado, por exemplo, de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder especialmente, tendo inclusive publicado uma obra sobre estética marxista<sup>235</sup>. Ainda que a mim seja impossível destacar no texto do autor qualquer influência de Lukács, é evidente que leituras desta complexidade o distanciam cada vez mais de uma lógica dogmática de leitura da realidade.

Cada uma destas observações demonstra que a obra de Nelson Werneck Sodré fora pouco e mal lida por muitos anos. No âmbito acadêmico, o desprezo pela obra de Werneck Sodré, em boa medida, é resultado do desprezo em relação ao marxismo em geral. Nos últimos 30 ou 40 anos, o grosso dos estudos sobre história do Brasil têm se afirmado como uma crítica à interpretação marxista, particularmente à de Prado Júnior.

Segundo esta vertente, os dados imediatos fornecidos pela documentação seriam capazes de demonstrar que as categorias marxistas – classe, luta de classe, imperialismo, etc. - são construções *a priori*, impostas sobre a realidade. Apegando-se à imediatividade dos dados fornecidos pela documentação, nega aquilo que reputa como “esquematismo”, “dogmatismo”. Procedimentos comuns à epistemologia pós-moderna que constrói categorias autonomizadas, que “independem” de qualquer referência material concreta, e que ainda hoje estão muito em voga.

---

<sup>235</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **Fundamentos da Estética Marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Tal movimento, a meu ver, trata-se de uma regressão teórica, ideológica e política – se comparado ao grau de engajamento que já influenciou a produção intelectual no país - e, por isso, é muito funcional à ordem burguesa. Essa “asépticização” da produção intelectual implica na rotulação das obras entre “viáveis” e “não-viáveis” como produção acadêmica, desprezando aquilo que é considerado um “erro”. Neste sentido, é conclusão deste estudo, também, que a história do marxismo brasileiro se caracteriza, justamente, pelos limites de sua produção e pelas peculiaridades de seu entrecruzamento com as demais teorias econômico-político-sociológicas disseminadas no Brasil. Sua “validade” e sua verdade não estão na ortodoxia e sim nas apropriações e fusões realizadas. Por estas e outras razões, qualquer projeto de esquerda que vise à transformação das estruturas fundamentais da realidade brasileira deverá passar pela reflexão cuidadosa de muitas das questões analisadas por Werneck Sodré (independentemente de que o resultado desta análise tenha se revelado correto ou insuficiente por parte do autor). E é a partir deste movimento que se pode compreender a trajetória do pensamento marxista brasileiro e os caminhos da esquerda política nacional.

Todas estas conclusões aqui apresentadas têm por objetivo demonstrar que a o estudo da obra de Nelson Werneck Sodré possibilita um aprendizado em múltiplas áreas. No decorrer deste trabalho, fiz considerações sobre método, sobre contexto histórico, sobre produção de conceitos, sobre utilização de categorias, sobre a relação com a bibliografia consultada pelo autor. Todas estas questões demonstram a amplitude de possibilidades de problematização e investigação presentes na obra deste intelectual.

Werneck Sodré apresenta-se como um autor indispensável ao balanço da historiografia da esquerda, do nacionalismo e da modernidade brasileira. Acredito que esta dissertação tenha contribuído para apresentá-lo como um intelectual à altura dos demais clássicos da historiografia brasileira, por sua originalidade e por seus limites. A contradição presente na obra de Werneck Sodré é parte de sua maior riqueza que é a capacidade de apresentar hoje as dúvidas, receios, esperanças dos sujeitos do seu tempo. Da mesma forma, demonstra os limites da própria teoria marxista no Brasil nos anos 1950/1960, muito influenciada pelo nacionalismo e pelo desenvolvimentismo.

Isto se explica porque os marxistas são sujeitos de seu tempo e refletem, assim, os seus limites. Assim, demonstra-se o que a história tem de humano, constrói-se também nos erros. Werneck Sodré é um marxista nos limites do marxismo de seu tempo.

**FONTES**

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1968.

\_\_\_\_\_. **História da Burguesia Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967b.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967a

\_\_\_\_\_. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988a. 7 ed. (texto de 1963)

\_\_\_\_\_. **Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

\_\_\_\_\_. **Quem é o povo no Brasil ?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

\_\_\_\_\_. **Do Estado Novo à Ditadura Militar: Memórias de um soldado**. Petrópolis. RJ: Vozes, 1988b. v. 2.

## BIBLIOGRAFIA

BASTOS, Élide Rugai & RÉGO, Walquíria D. Leão (org.). **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olho D'Água, 1999.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido**. São Paulo: Revista Dados; *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 1, 2004, pp. 49 a 84

CAPELATO, Maria Helena. **Intelectuais latino-americanos: o caráter nacional em questão**. Porto Alegre: Revista Anos 90. v. 16, n. 29, p. 59-79, jul.2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/10241>> Acesso em: 25 dez 09.

CARONE, Edgar. **O PCB II : (1943-1964)**. São Paulo: Difel, 1982.

CECEÑA, A. E. Los monopolios y La soberania latinoamericana. IN: MARINI, Ruy Mauro & MÁRGARA, Millán (coord.). **La Teoria Social Latinoamericana**. Tomo II: Subdesarrollo y Dependencia. Ciudad de México: El Caballito, 1994. pp. 45-84

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Um olhar a esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré**. São Paulo: Revan, 2002.

DEL ROIO, Marcos. *A teoria da Revolução Brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo*. IN: MORAES, João Quartim de & DEL ROIO, Marcus (orgs.). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2000. v 4 – Visões do Brasil.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **Será o Populismo um conceito operacional?** Notas para o debate. Porto Alegre: Revista Aedos, 2008. v1, n1. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/9816>> Acesso em: 23 dez 09. pp. 169-188.

FALCÃO, Frederico José. **O Relatório secreto de Krushev e o Partido Comunista do Brasil (PCB): desestalinização e crise**. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/>> Acessado em 10 mar 09.

FERNANDES, Florestan. *O que é Revolução*. IN: EXPRESSÃO POPULAR (org.). **Clássicos sobre a Revolução Brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. pp. 55-148.

FURTADO, Celso. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

GAIO, André Moysés. **Por uma teoria da independência: História e revolução em Nelson Werneck Sodré (Tese de Doutorado)**: São Paulo: PUC, 2000.

\_\_\_\_\_. **Uma teoria da dependência:** história e revolução na obra de Nelson Werneck Sodré. São Paulo: PUCSP, 2000 [tese de doutoramento].

GOULART, João. **Discurso no Comício da Central de 13 de Março de 1964.** Disponível em: <<http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/33.pdf>> Acesso em: 28 dez. 09.

GRESPLAN, Jorge. *O conceito de modo de produção em Nelson Werneck Sodré.* IN: CABRAL, Fátima & CUNHA, Paulo Ribeiro da (org.) **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena.** São Paulo: UNESP, 2006. pp. 135-150.

GUEVARA, Ernesto. *Cuba: uma exceção histórica ou vanguarda na luta anticolonialista?* IN: **Obras – 1967-1967.** Havana, Casa de Las Américas, 1970. t.2 , pp. 403-419.

HIPPOLITO, Regina. *Enfoques de uma vida militante.* N: CABRAL, Fátima & CUNHA, Paulo Ribeiro da (org.) **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena.** São Paulo: UNESP, 2006. pp 197-213.

HOBSBAWM, Eric J. **Sobre História:** ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe.** O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006. pp. 386-442.

KONDER, Leandro. **A democracia e os comunistas no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1980.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo, fase superior do capitalismo.** São Paulo: Global, 1982. (texto original de 1916).

LIMA, Heitor Ferreira. Três anos na União Soviética. pp. 107-113

LONER, Beatriz Ana. **O PCB e a linha do Manifesto de Agosto:** um estudo. Campinas: Unicamp [dissertação de mestrado], 1985.

MADUREIRA, Madureira de Anunciação. *A problemática dos modos de produção na obra de Nelson Werneck Sodré: seu lastro filosófico.* IN: CUNHA, Paulo Ribeiro da & CABRAL, Fátima (org.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena.** São Paulo: UNESP, 2006. pp. 245-263.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica.** Rev. Bras. Hist. [online]. 2008, vol.28, n.55, pp. 245-263. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v28n55/a12v28n55.pdf>> Acesso em: 25 dez 09.

MENDES, Cândido. **Nacionalismo e Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: IBEEA, 1963.

MORAES, João Quartim de. *O programa Nacional-democrático: fundamentos e permanência*. IN: MORAES, João Quartim de & DEL ROIO, Marcus (orgs.). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2000. v 4 – Visões do Brasil. pp. 151-205.

\_\_\_\_\_. **A esquerda militar no Brasil: da Coluna à Comuna**. São Paulo: Siciliano, 1994.

OLIVEIRA FILHO, Virgílio Roma de. A participação de Nelson Werneck Sodré no debate nacionalista da década de 1950. IN: CABRAL, Fátima & CUNHA, Paulo Ribeiro da (org.) **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: UNESP, 2006. pp. 245-264.

OSORIO, Jaime. Fuentes y tendencias de La teoria de La dependência. IN: MARINI, Ruy Mauro & MÁRGARA, Millán (coord.). **La Teoria Social Latinoamericana**. Tomo II: Subdesarrollo y Dependencia. Ciudad de México: El Caballito, 1994. pp. 157-177

OURIQUES, Nildo Domingos. Hacia uma teoria marxista de la dependência. IN: MARINI, Ruy Mauro & MÁRGARA, Millán (coord.). **La Teoria Social Latinoamericana**. Tomo II: Subdesarrollo y Dependencia. Ciudad de México: El Caballito, 1994. pp. 179-197

PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e Desenvolvimento Nacional**. Rio de Janeiro: ISEB – MEC, 1960. 4 ed.

PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira*. IN: EXPRESSÃO POPULAR (org.). **Clássicos sobre a Revolução Brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. pp.25-54.

REIS, Elisa P. **O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos. V.1, n.2, 1988. pp 187-203. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2166>> Acesso em: 27 dez 09.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2007.

\_\_\_\_\_. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2000.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. Rio de Janeiro: Record, 2000. pp. 11-55.

\_\_\_\_\_. **O fantasma da Revolução Brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993. pp. 31-37.

ROSA, Michele Rossoni da. **O pensamento da esquerda e a revista Civilização Brasileira (1965-1968)**. Porto Alegre: UFRGS [Dissertação de Mestrado], 2004.

SAMPAIO JR. Plínio de Arruda. SAMPAIO, Plínio de Arruda. *Apresentação*. IN: EXPRESSÃO POPULAR (org.). **Clássicos sobre a Revolução Brasileira**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. pp. 7-24.

SILVA, Lígia Osório. *Feudalismo, capital mercantil e colonização*. IN: MORAES, João Quartim de. & DEL ROIO, Marcos (org.). **História do Marxismo o Brasil**. Visões do Brasil. Campinas: UNICAMP, 2000. v. 4.

SILVA, Marcos. *Diante do Imediato* IN: SILVA, Marcos (org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001. pp. 9-24.

\_\_\_\_\_. **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001.

SILVA, Ricardo Oliveira da. **A questão agrária brasileira em debate (1958-1964)**: as perspectivas de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães. Porto Alegre: UFRGS [Disserta o de Mestrado], 2008.

SILVA, Vicente Gil da. **A Aliança para o Progresso no Brasil: de Propaganda Anticomunista   Instrumento de Intervens o Política (1961-1964)**. Porto Alegre: UFRGS [disserta o de mestrado], 2008.

SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. IN: RÉMOND, R ne. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. 2ed.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. Campinas: Unicamp, 1997

VIANA, N. *Historiografia, Totalidade e Fragmenta o*. IN: Revista Fragmentos de Cultura. Goiânia, v. 17, n. 9/10, p. 865-879, set./out. 2007. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/fragmentos/article/download/473/393> Acesso: 08 jul. 10.

VILLABOY, S. G. Os fundadores da historiografia marxista na América Latina. IN: MALERBA, Jurandir & AGUIRRE-ROJAS, Carlos. (orgs.). *Historiografia contemporânea em perspectiva*. São Paulo: EDUSC, 2008. pp. 319-353.

WASSERMAN, Claudia. **La perspectiva brasile a del desarrollo y de la integración latinoamericana y regional (1945-1964)**: intelectuales, políticos y diplomacia. [artigo não publicado].

ZANGHERI, Renato. **Bloco histórico**. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=632>> Acesso em: 03 jan. 10.